

des;idades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

44

ISSN 2318-9282

número 44

ano 14

jan/ene - abr 2026

desidades

REVISTA CIENTÍFICA DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
REVISTA CIENTÍFICA DE LA INFANCIA, ADOLESCENCIA Y JUVENTUD

REALIZAÇÃO/REALIZACIÓN



NUCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS
DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio de Janeiro



APOIO/APOYO



PARCEIROS/INSTITUCIONES ASOCIADAS



INDEXADORES



equipe editorial/equipo editorial

EDITORA CHEFE/EDITORA JEFE

Lucia Rabello de Castro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

CO-EDITORAS

Renata Alves de Paula Monteiro – Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil

Sonia Borges Cardoso de Oliveira – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, UFRJ, Brasil

EDITORES ASSOCIADOS/EDITORES ASOCIADOS

Andrea Szulc – Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina

Antonio Cesar de Holanda dos Santos – Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil

Felipe Salvador Grisolia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Jimena de Hernández Garay – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Juliana Siqueira de Lara – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Lucia Isabel da Conceição Silva – Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil

Maria Celeste Hernández – Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Renata Tomaz – Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil

Roseane Amorim da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Brasil

Sabrina Dal Ongaro Savegnago – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

O Conselho Editorial é composto pela Editora, Co-Editoras e Editores Associados.

EDITORES ASSISTENTES/EDITORES ASISTENTES

Adelaide Rezende de Souza – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

Erica dos Santos Vieira – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Karima Oliva Bello – Universidad Veracruzana, UV, México

Paula Pimentel Tumolo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Renata Tavares da Silva Guimarães – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Sofia Hengen – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

EQUIPE TÉCNICA/EQUIPO TÉCNICO

Ana Leticia Lima Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Davi Alves de Abreu – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Flavia Pereira Chrispino – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Giesela Maria Schöpke Marques Talon – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Julia Junqueira Castillo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Lara de Oliveira Moreira – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Pedro Sá Campello Queiroz – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Sofia Mitie Kamashiro Manzatto – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

REVISÃO TÉCNICA

Danúbia de Paula Oliveira – Língua Portuguesa

Ana Carolina Henriques – Língua Espanhola

TRADUTORAS/TRADUCTORAS

Flavia Ferreira dos Santos – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

Karima Oliva Bello – Universidad Veracruzana, UV, México

Sofia Hengen – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil

apresentação/presentación

DESIDADES é uma revista científica eletrônica na área da infância, adolescência e juventude latino-americanas, com periodicidade quadrimestral. Publica textos em português ou espanhol. É uma publicação do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está comprometida em divulgar a pesquisa científica para além dos muros da Universidade estabelecendo um diálogo com pesquisadores, profissionais, estudantes e demais interessados na área de infância, adolescência e juventude. A revista publica originais inéditos de artigos, entrevistas e resenhas desde uma abordagem multidisciplinar da infância, adolescência e juventude.

O título desta revista - **DESIDADES** - foi cunhado para significar a perspectiva teórica, ética e política que sustenta sua práxis editorial. Assume-se que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência de acordo com uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens e conceitos sobre as relações entre os grupos geracionais.

DESIDADES es una revista científica electrónica en el área de la infancia, adolescencia y juventud latinoamericanas, con periodicidad cuatrimestral. Publica textos en portugués o español. Es una publicación del Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas, NIPIAC, de la Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está comprometida en divulgar la investigación científica mas allá de los muros de la Universidad estableciendo un diálogo con investigadores, profesionales, estudiantes, y demás interesados en el área de la infancia, adolescencia y juventud. La Revista publica originales inéditos de artículos, entrevistas y reseñas desde un abordaje multidisciplinario de la infancia, adolescencia y juventud.

El título de esta revista - **DESIDADES** - fue acuñado para significar la perspectiva teórica, ética y política que sustenta su praxis editorial. Se asume que las edades, con criterios fijos que naturalizan comportamientos, habilidades y modos de existencia de acuerdo con una temporalización biográfica linear, necesitan ser problematizados de modo que permitan nuevos abordajes y conceptos sobre las relaciones entre los grupos generacionales.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará, Brasil
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília, Brasil
Anna Paula Uziel	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná, Brasil
Heloísa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará, Brasil
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia, Brasil
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo, Brasil Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí, Brasil
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília, Brasil
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Nair Teles	Universidade Eduardo Mondlane, Brasil
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau, Brasil
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil
Vera Maria Ramos de Vasconcellos	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Ceará, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL / CONSEJO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay, Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo, Uruguay
Ana Vergara del Solar	Universidad de Santiago, Chile
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá, Colombia
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo, Uruguay
Germán Muñoz González	Corporación Universitaria Uniminuto, Bogotá, Colombia
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Manuel Valenzuela Arce	Colégio de la Frontera Norte (El COLEF), México
Juan Carlos Amador Baquiro	Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Lucía Lionetti	Universidad Nacional del Centro, Argentina
Maria Celeste Hernández	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mariana Chaves	CONICET y Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	CONICET y Universidad de Buenos Aires, Argentina
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Maritza Urteaga Pozo	Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), México
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Olga Grijalva Martínez	Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca, México
Pablo De Grande	CONICET y Universidad del Salvador, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
Patricia Guerrero Morales	Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Metropolitana, Chile
Pedro Nuñez	CONICET y Instituto de Investigaciones Sociales de América Latina (IICSAL), FLACSO, Argentina
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Ricardo Fletes Corona	Universidad de Guadalajara, México
Robin Cavagnoud	Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú
Rosa María Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México, México
Silvina Brussino	CONICET y Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Suzana Sosenski	Universidad Nacional Autónoma, UNAM, México
Valeria Llobet	CONICET y Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL

1

TEMAS EM DESTAQUE - SEÇÃO TEMÁTICA / TEMAS SOBRESALIENTES - SECCIÓN TEMÁTICA

Primeira infância na Maré:

território, violência armada e construção participativa de políticas públicas

7

Luiz Eduardo Soares; Miriam Krenzinger

Pistas sobre saúde mental infantojuvenil em contextos de acumulação social da violência

25

Maria Cristina Gonçalves Vicentin; Andrea Scisleski

Narrativas das tramas do cuidado:

dispositivo grupal psicanalítico para adolescentes expostos à violência armada

43

Bruno Waldman Gomes; Rosana Teresa Onocko-Campos; Erotildes Maria Leal

Infâncias afetadas pela violência estatal:

dispositivos territoriais de escuta psicanalítica e elaboração do trauma colonial

62

Alan Coutinho; Luana Martins; Mariana Mollica

Alvos pelo que são?

Juventude negra entre violência armada e resistência nas favelas cariocas

80

Carolina Barboza Brandão; Joviana Quintes Avanci; Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Juventude favelada e violência armada:

impactos visíveis e invisíveis

96

Isabel Cristina Lopes Barbosa; Mayalu Matos Silva; Fernanda Mendes Lages Ribeiro

TEMAS EM DESTAQUE - SEÇÃO LIVRE / TEMAS SOBRESALIENTES - SECCIÓN LIBRE

Desamparos y sorpresas.

Algunas herramientas para la escucha clínica con niños

113

Mercedes De la Mata; Mariano Agustín Girini

ESPAÇO A BERTO / ESPACIO ABIERTO

Lançamento da parceria de cooperação científica UERJ-UFRJ na editoração da Revista DESIDADES

129

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS / INFORMACIONES BIBLIOGRÁFICAS

Por uma educação transformadora:

ideias e práticas de Janusz Korczak,
por Aline Alvim, Monica Fantin e José Douglas Alves

132

Resenha de *Sandra Claudiano Semptikovski de Jesus*

Editorial

Aos nossos e nossas leitoras!

Aos nossos e nossas autoras e colaboradoras!

Celebramos neste Editorial a parceria recente entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que, a partir da presente edição, serão parceiras institucionais na publicação da Revista DESIDADES. As duas Universidades, UFRJ e UERJ, se incumbem, portanto, de dar continuidade ao projeto editorial da DESIDADES de modo que se assegurem a permanência e a qualidade desse projeto no campo da divulgação científica sobre a infância, a adolescência e a juventude latinoamericanas.

A Revista DESIDADES foi lançada em dezembro de 2013 tendo completado, portanto, treze anos de publicação ininterrupta. Veio ao encontro de suprir uma lacuna do campo editorial latino-americano a respeito desta área de estudos e pesquisas - a infância, adolescência e juventude. É a primeira revista científica brasileira totalmente vocacionada a essa temática. De dezembro de 2013 a agosto de 2020 (27ª edição), a Revista foi publicada, na sua totalidade em português e espanhol, tendo em vista cumprir a política editorial de se consolidar como uma revista *latino-americana* neste campo de estudos. No entanto, os altos custos das traduções e a dificuldade de financiamentos fizeram com que o Conselho Editorial tomasse a decisão de não necessariamente traduzir *toda a revista* para ambas as línguas. O enxugamento dos custos e o melhor manejo da logística operacional da Revista também foram os fatores que pesaram na decisão do Conselho Editorial de alterar a periodicidade da Revista, inicialmente publicada trimestralmente, para se tornar uma publicação quadrimestral, a partir de janeiro de 2020. No entanto, a Revista nos seus mais de 10 anos de publicação ininterrupta tem podido se manter, tendo conquistado o lugar de referência editorial científica na América Latina. Esse fato, por si só, tem sido o alento para persistir com este empreendimento editorial científico, em que pesem todas as dificuldades.

DESIDADES é uma revista científica multidisciplinar no campo da infância, adolescência e juventude. Assim, o leque de autores inclui uma diversidade de disciplinas, tais como, a psicologia, a psicanálise, a educação, a antropologia, a sociologia, a geografia, o direito, a enfermagem, o serviço social, a medicina, dentre outros. Destacamos seu formato singular que, não apenas publica artigos inéditos, mas também entrevistas e debates – na Seção Espaço Aberto –, assim como Resenhas de livros lançados recentemente; a seção de Levantamento Bibliográfico, brinde singular aos leitores da Revista, oferecelhes uma pesquisa sobre as novas publicações em livro da área, lançadas pelas editoras comerciais e universitárias de toda a América Latina.

Através de editais públicos, e com a colaboração de editores convidados, a Revista já publicou uma série de Seções Temáticas, tais como: *Bebês*, *Infâncias cuidadoras em contextos latinoamericanos*, *Interdisciplinaridade no campo da Infância*, *Adolescência e Juventude*, *Juventudes indígenas e negras na América Latina: Construção de formas de viver*

a partir dos campos da educação e do trabalho, Infâncias no e do campo - Contribuições das investigações latino-americanas aos estudos das experiências de crianças em contextos rurais, Metodologias participativas na pesquisa com jovens, Saúde da criança e do jovem na América Latina, Mobilidades e territorialidades de crianças e jovens na América Latina, dentre outras tantas temáticas relevantes. Nesta mesma veia, o leque de autores e autoras tem abarcado quase todos os países da América Latina mostrando um panorama rico, diverso, complexo e, ainda bastante inexplorado, de questões e problemas de investigação que se apresentam nesse contexto geográfico do Sul global.

Na presente edição, publicamos a Seção Temática *Violência Armada do Estado: impactos na saúde das crianças e dos jovens*, organizada pelas professoras Lucia Rabello de Castro e Renata Tavares Guimarães. Essa edição temática é lançada a partir da chacina cometida contra os moradores do Complexo da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em outubro de 2025, deixando mais de 120 pessoas mortas. Tal episódio, que não constitui excepcionalidade do braço armado do Estado, tendo sido promovida pelo próprio governo do Estado, nos convoca a todos e todas que lutam pelos direitos, bem-estar e saúde mental de crianças e jovens a disputar narrativas que possam sobrepujar a normalização dessa violência e arbitrariedade extremas. Assim, a Revista acompanha, com enorme preocupação, o impacto desses episódios sobre crianças e jovens. A publicação dessa edição temática vem ao encontro de promover a discussão pública sobre acontecimentos de tamanha importância.

Do ponto de vista da gestão operacional, o trabalho realizado na Revista é, sobretudo, voluntário. A manutenção da revista se dá por meio do trabalho generoso de professores e pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação. Não há pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal). Apenas a revisão técnica, a diagramação e a marcação da Revista requerem profissionais contratados para assessoria nesta função. Contamos com uma tradutora contratada e duas componentes do conselho editorial que auxiliam na tradução de nossos artigos e textos institucionais.

A Revista DESIDADES adota, desde o seu lançamento, a política editorial de Open Access (Acesso Aberto e Gratuito) aos seus leitores e visa criar estratégias de viabilidade econômica sem cobrar taxas para a submissão e publicação de artigos a autores. Essa posição se fundamenta nos princípios de acessibilidade aberta e gratuita para todos e todas que desejam ter acesso a discussões e pesquisas de qualidade na área da infância, adolescência e juventude, sem que o critério financeiro seja um impedimento em um território tão desigual socioeconomicamente como a América Latina.

Nas atuais condições, a Revista tem se equilibrado em um orçamento exíguo obtido através de bolsas de pesquisa, eventuais editais de apoio à editoração e emenda parlamentar. No entanto, esta previsão encolhe o horizonte de ações da Revista já que os recursos são pontuais e instáveis. Com o correr dos anos, três dos dez atuais Editores Associados ingressaram nos quadros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como professores permanentes. Colocou-se, desta forma, para o Conselho Editorial a questão premente da permanência desses Editores nos quadros da Revista, uma vez que seu trabalho voluntário como Editores deveria, no mínimo, contar também como carga de trabalho docente na sua atual Universidade, a UERJ. As considerações acima têm sido objeto da reflexão do Conselho Editorial por quase dois anos. Como parte da solução, foi proposto e aprovado o encaminhamento de que se deveria buscar uma

parceria interinstitucional com a UERJ como colaboração entre Universidades em prol da publicação da Revista. Os primeiros contatos com a UERJ neste sentido foram, então, feitos no início de 2025, tendo recebido sinalização muito positiva nas várias instâncias competentes. Do mesmo modo, se encaminharam gestões no âmbito das instâncias relevantes da UFRJ para aprovação desta parceria que foi, enfim, celebrada em um evento, realizado na UERJ, no dia 26 de março de 2026.

Esperamos que essa parceria co-institucional entre UFRJ e UERJ traga bons ventos e longa vida à Revista DESIDADES!

Lucia Rabello de Castro (Editora Chefe)

Renata Alves de Paula Monteiro (Co-editora)

Sonia Borges Cardoso de Oliveira (Co-editora)

Editorial

¡A nuestros y nuestras lectoras!

¡A nuestros y nuestras autoras y colaboradoras!

Celebramos en este Editorial la reciente alianza colaborativa entre la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) y la Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que, a partir de la presente edición, serán socias institucionales en la publicación de la Revista DESIDADES. Las dos Universidades, UFRJ y UERJ, se incumben, por lo tanto, de dar continuidad al proyecto editorial de DESIDADES de modo que se aseguren la permanencia e la calidad de este proyecto en el campo de la divulgación científica sobre la infancia, la adolescencia y la juventud latinoamericanas.

La Revista DESIDADES se lanzó en diciembre de 2013, por lo que ha cumplido trece años de publicación ininterrumpida. Vino a cubrir un vacío en el ámbito editorial latinoamericano con respecto a esta área de estudios e investigaciones: la infancia, la adolescencia y la juventud. Es la primera revista científica brasileña totalmente dedicada a esta temática. Desde diciembre de 2013 hasta agosto de 2020 (27ª edición), la Revista se publicó íntegramente en portugués y español, con el fin de cumplir con la política editorial de consolidarse como una revista latinoamericana en este campo de estudios. Sin embargo, los elevados costos de las traducciones y la dificultad para obtener financiamiento llevaron al Consejo Editorial a tomar la decisión de no traducir necesariamente toda la revista a ambos idiomas. La reducción de costos y la mejor gestión de la logística operativa de la revista también fueron factores que influyeron en la decisión del Consejo Editorial de modificar la periodicidad de la revista, que inicialmente se publicaba trimestralmente, para convertirla en una publicación cuatrimestral a partir de enero de 2020. Sin embargo, la revista, en sus más de 10 años de publicación ininterrumpida, ha logrado mantenerse y se ha ganado un lugar como referencia editorial científica en América Latina. Este hecho, por sí solo, ha sido el aliento para persistir en este proyecto editorial científico, a pesar de todas las dificultades.

DESIDADES es una revista científica multidisciplinaria en el campo de la infancia, la adolescencia y la juventud. Así, el abanico de autores incluye una diversidad de disciplinas, tales como la psicología, el psicoanálisis, la educación, la antropología, la sociología, la geografía, el derecho, la enfermería, el servicio social y la medicina, entre otras. Destacamos su formato singular que, no solo publica artículos inéditos, sino también entrevistas y debates – en la sección Espacio Abierto –, así como reseñas de libros lanzados recientemente; la sección de Relevamiento Bibliográfico, un regalo único para los lectores de la Revista, les ofrece una investigación sobre las nuevas publicaciones en forma de libro del área, lanzadas por editoriales comerciales y universitarias de toda América Latina.

A través de convocatorias públicas, y con la colaboración de editores invitados, la Revista ya ha publicado una serie de Secciones Temáticas, tales como: *Bebés, Infancias cuidadoras en contextos latinoamericanos, Interdisciplinariedad en el campo de la Infancia, Adolescencia y Juventud, Juventudes indígenas y negras en América Latina: Construcción*

de formas de vida a partir de los campos de la educación y el trabajo, *Infancias en y del campo - Contribuciones de las investigaciones latinoamericanas a los estudios sobre las experiencias de los niños en contextos rurales*, *Metodologías participativas en la investigación con jóvenes*, *Salud de los niños y jóvenes en América Latina*, *Movilidades y territorialidades de los niños y jóvenes en América Latina*, entre otros tantos temas relevantes. En esta misma línea, la variedad de autores y autoras ha abarcado casi todos los países de América Latina, mostrando un panorama rico, diverso, complejo y aún bastante inexplorado, de cuestiones y problemas de investigación que se presentan en este contexto geográfico del Sur global.

En la presente edición, publicamos la Sección Temática *Violencia Armada del Estado: impactos en la salud de los niños y los jóvenes*, organizada por las profesoras Lucia Rabello de Castro y Renata Tavares Guimarães. Esta edición temática se lanza a raíz de la masacre cometida contra los habitantes de los barrios de Complexo da Penha y Alemão, en Río de Janeiro, en octubre de 2025, que dejó más de 120 personas muertas. Dicho episodio, que no constituye una excepción del brazo armado del Estado, ya que fue promovido por el propio gobierno estatal, nos convoca a todos y todas quienes luchamos por los derechos, el bienestar y la salud mental de los niños y jóvenes a disputar narrativas que puedan sobrepasar la normalización de esta violencia y arbitrariedad extremas. Por ello, la Revista acompaña, con enorme preocupación, el impacto de estos episodios sobre los niños y los jóvenes. La publicación de esta edición temática tiene como propósito promover el debate público sobre acontecimientos de tamaño importancia.

Desde el punto de vista de la gestión operativa, el trabajo realizado en la Revista es, sobre todo, voluntario. El mantenimiento de la revista se lleva a cabo gracias al generoso trabajo de profesores e investigadores, así como de estudiantes de grado y posgrado. No se pagan salarios ni complementos salariales al personal técnico y administrativo, ni se ofrece ninguna otra ventaja al personal de instituciones públicas (federales, estatales y municipales). Solo la revisión técnica, la diagramación y el marcado de la revista requieren de profesionales contratados para asesorar en esta función. Contamos con una traductora contratada y dos integrantes del consejo editorial que colaboran en la traducción de nuestros artículos y textos institucionales.

La Revista DESIDADES adopta, desde su lanzamiento, la política editorial de Open Access (acceso abierto y gratuito) para sus lectores y busca crear estrategias de viabilidad económica sin cobrar tasas a los autores por la presentación y publicación de artículos. Esta postura se fundamenta en los principios de accesibilidad abierta y gratuita para todas las personas que deseen tener acceso a debates e investigaciones de calidad en el ámbito de la infancia, la adolescencia y la juventud, sin que el criterio financiero sea un impedimento en un territorio tan desigual socioeconómicamente como América Latina.

En las condiciones actuales, la Revista se ha ido equilibrando con un presupuesto exiguu obtenido a través de becas de investigación, convocatorias ocasionales de apoyo a la edición y enmiendas parlamentarias. Sin embargo, esta previsión limita el horizonte de acciones de la Revista, ya que los recursos son puntuales e inestables. Con el paso de los años, tres de los diez editores asociados actuales se han incorporado al cuerpo docente de la Universidad Estatal de Río de Janeiro como profesores permanentes. De este modo, se planteó ante el Consejo Editorial la cuestión apremiante de la permanencia de estos editores en la plantilla de la revista, ya que su trabajo voluntario como editores debería, como mínimo, contar también como carga de trabajo docente en su actual universidad, la UERJ. Las consideraciones anteriores han sido objeto de reflexión

por parte del Consejo Editorial durante casi dos años. Como parte de la solución, se propuso y aprobó la iniciativa de buscar una alianza interinstitucional con la UERJ como colaboración entre universidades en pro de la publicación de la Revista. Los primeros contactos con la UERJ en este sentido se establecieron, entonces, a principios de 2025, habiendo recibido señales muy positivas en las diversas instancias competentes. Del mismo modo, se iniciaron gestiones en el ámbito de las instancias pertinentes de la UFRJ para la aprobación de esta asociación, que finalmente se formalizó en un evento celebrado en la UERJ el 26 de marzo de 2026.

¡Esperamos que esta asociación coinstitucional entre la UFRJ y la UERJ traiga buenos vientos y una larga vida a la revista DESIDADES!

Lucia Rabello de Castro (Jefa de Edición)

Renata Alves de Paula Monteiro (Coeditora)

Sonia Borges Cardoso de Oliveira (Coeditora)



Primeira infância na Maré: território, violência armada e construção participativa de políticas públicas

Luiz Eduardo Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-6900-0250>

Miriam Krenzinger

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-6505-5035>

Introdução

Este artigo nasce de uma inquietação simples e difícil de contornar: o que significa afirmar os direitos da primeira infância quando o território em que as crianças vivem é atravessado por interrupções violentas de suas rotinas, precariedades acumuladas e formas de governo que não se deixam reduzir ao Estado? Em favelas como a Maré, a promessa normativa da proteção integral convive com uma experiência cotidiana na qual serviços fecham sem aviso prévio, escolas suspendem atividades por operações policiais, consultas médicas são remarçadas repetidamente e mães reorganizam seus dias para atravessar ruas sob tensão. Rotinas se desfazem, deslocamentos se tornam risco e o cuidado precisa ser continuamente reinventado para que a vida siga.

O Brasil dispõe de um arcabouço jurídico e programático robusto para a primeira infância. O Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016) reafirma sua prioridade absoluta e orienta políticas de cuidado, desenvolvimento e proteção. O Plano Nacional pela Primeira Infância (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020) consolida diretrizes e metas. Em 2025, a Política Nacional Integrada da Primeira Infância foi instituída por decreto, reforçando a coordenação intersetorial e a cooperação federativa como eixos de implementação (BRASIL, 2025)¹.

Esses instrumentos, no entanto, não operam automaticamente. Entre a norma e a vida há um território e processos sociais complexos. É nele que se decide, na prática, se a criança consegue vaga na creche, se a gestante realiza o pré-natal completo, se a família acessa o benefício socioassistencial ou se a brincadeira na rua é interrompida pelo som de tiros. É também nele que se define quem tem acesso efetivo a direitos e quem segue vivendo sob as contingências cotidianas da precariedade.

A Maré, no Rio de Janeiro, explicita com nitidez esse hiato e suas contradições. De um lado, a infância aparece como prioridade nos textos legais. De outro, as condições de existência das famílias com crianças pequenas revelam limites persistentes de acesso à saúde, educação infantil, assistência social, alimentação adequada e espaços seguros para brincar. Dados do diagnóstico territorial indicam, por exemplo, dificuldades recorrentes no acesso à creche, barreiras no atendimento em saúde e impactos diretos da violência armada sobre a rotina infantil. A violência armada, estruturante e não episódica, intensifica esse quadro ao reorganizar tempos, trajetos, horários escolares, funcionamento de unidades de saúde e formas de circulação pelo território. Nesse contexto, a primeira infância não é apenas um estágio do desenvolvimento. Ela se torna um campo político no qual se cruzam desigualdades, disputas de território e formas comunitárias de proteção.

Há aqui um ponto que interessa ao debate conceitual. A tendência de universalizar a primeira infância como objeto homogêneo de políticas públicas pode apagar mediações territoriais e comunitárias concretas que configuram o viver e o cuidar. Quando essa universalização se impõe como linguagem técnica dominante, o risco é converter desigualdades estruturais em déficits individuais, deslocando o foco das condições materiais e institucionais que governam a vida cotidiana (KATZ, 2023). Em territórios

¹ O Decreto nº 12.083, de 27 de junho de 2024, estabeleceu diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e instituiu seu Comitê Intersetorial, mas foi revogado expressamente. Em 2025, o Decreto nº 12.574 instituiu a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPi), atualmente vigente (BRASIL, 2024, 2025).

como a Maré, isso significa ignorar que o acesso a direitos depende de trajetos físicos específicos, de redes de vizinhança e de negociações permanentes com múltiplas instâncias de poder.

Mas seria equivocado descrever esses territórios e seus habitantes apenas pela falta. A vida não se sustenta apenas por políticas públicas. Sustenta-se também por redes, alianças, estratégias de sobrevivência e modos populares de cuidar. Na Maré, mulheres, famílias ampliadas, vizinhas, coletivos e organizações comunitárias produzem, todos os dias, uma infraestrutura do cuidado que inclui compartilhar a vigilância das crianças durante operações, organizar rotas consideradas mais seguras para buscar filhos na escola, dividir alimentos em períodos de maior escassez e acionar rapidamente redes informais de apoio diante de emergências. Essa infraestrutura protege, ampara, orienta e, muitas vezes, substitui parcial e provisoriamente aquilo que deveria ser garantido pelo poder público. Reconhecer essa infraestrutura não é romantizar a precariedade. É tornar visível a política concreta que se faz no cotidiano.

É a partir desse horizonte que o artigo sistematiza e analisa a experiência de diagnóstico territorial e de construção participativa do Plano para a Primeira Infância no conjunto de favelas da Maré, conduzida pela Redes da Maré. O diagnóstico *Primeira infância nas favelas da Maré: acesso a direitos e práticas de cuidado* (REDES DA MARÉ, 2023) e o *Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré – 2024* (REDES DA MARÉ, 2024) constituem os marcos centrais do percurso.

A análise aqui apresentada resulta de acompanhamento direto e participação ativa em diferentes etapas do processo, incluindo o desenho metodológico, a organização e sistematização dos dados, a elaboração do relatório final do diagnóstico e a construção do Plano Participativo. Tal implicação confere ao texto o caráter de reflexão situada, ancorada tanto na produção empírica quanto na experiência institucional acumulada ao longo do percurso. A descrição detalhada dos procedimentos metodológicos, instrumentos de coleta e dados citados encontra-se nos documentos técnicos mencionados acima, aos quais este artigo se vincula analiticamente.

Nosso objetivo é duplo. Primeiro, apresentar o caminho metodológico que articula a produção de dados, a escuta comunitária e a construção participativa de prioridades. Segundo, realizar uma leitura analítica desse processo como forma de disputa por direitos em um território atravessado por violência armada e por presenças institucionais fragmentadas. Argumentamos que, na Maré, diagnosticar e planejar não são ações neutras. São práticas de produção de autoridade política sobre a infância, práticas que reposicionam a favela como sujeito de formulação e não como objeto de intervenção.

A Maré como território em disputa

Compreender a experiência analisada neste artigo exige situá-la no interior das dinâmicas históricas, sociais e políticas que conformam o conjunto de favelas da Maré. Localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, o território reúne quinze comunidades e uma população estimada em mais de 140 mil habitantes, formada majoritariamente por trabalhadores pobres, negros e migrantes internos, historicamente excluídos dos circuitos formais de urbanização e proteção social (REDES DA MARÉ, 2023).

A constituição da Maré resulta de processos sucessivos de ocupação popular desde meados do século XX, marcados pela ausência de políticas habitacionais estruturantes e pela precarização sistemática das condições urbanas. A favela se forma, assim, não como desvio, mas como resposta social à negação histórica do direito à cidade. Essa origem imprime ao território uma dinâmica própria de organização, circulação e pertencimento, que marca até hoje as formas de acesso a direitos e serviços públicos.

Nas últimas décadas, entretanto, essa precariedade estrutural passou a ser combinada com um regime persistente de violência armada. A presença de grupos armados e a realização recorrente de operações policiais transformaram o território em espaço de controle instável, no qual a vida cotidiana é organizada sob a lógica da imprevisibilidade e da interrupção: aulas são suspensas, unidades de saúde fecham, atendimentos são adiados, deslocamentos são evitados. A violência, nesse contexto, não opera como evento excepcional; ela incide sobre a governabilidade do território e sobre o acesso a serviços e direitos, compondo arranjos de regulação que reconfiguram, na prática, a vida social (RIBEIRO; SOARES; KRENZINGER, 2022).

Para famílias com crianças pequenas, isso significa viver sob permanente adaptação ao risco, reorganizando rotinas, redes de apoio e estratégias de cuidado diante de cada episódio de violência. Pesquisas produzidas no próprio território apontam impactos sociais e psicossociais associados à exposição à violência armada, com efeitos sobre bem-estar, circulação, vínculos e sociabilidade (KRENZINGER et al., 2021).

Paralelamente, a Maré apresenta elevados níveis de vulnerabilidade socioeconômica, com predominância de rendas baixas, informalidade laboral, insegurança alimentar e precariedade habitacional. A sobrecarga feminina no cuidado, na geração de renda e na mediação com instituições públicas constitui uma das características centrais da organização familiar no território. No entanto, reduzir a Maré à combinação entre pobreza e violência significa apagar sua dimensão política, entre outras. Desde as décadas de 1980 e 1990, habitantes do território constroem um denso tecido associativo, formado por associações de moradores, coletivos culturais, projetos educacionais, iniciativas de comunicação comunitária e organizações de defesa de direitos. Esse campo organizativo não surge como complemento ao Estado, mas como resposta à sua presença irregular, fragmentada e, muitas vezes, brutal.

É nesse contexto que se insere a trajetória da Redes da Maré. Criada no final dos anos 1990 por moradores e ativistas do território, a organização gestou, ao longo de mais de duas décadas, um modelo de atuação que articula produção de dados, formação política, ação cultural e incidência institucional. Sua história está marcada por iniciativas de pesquisa e sistematização sobre educação, segurança pública, juventude, gênero e território, além da criação de espaços educativos e culturais. A produção sistemática de informações sobre o território não aparece como atividade neutra ou meramente técnica, mas como estratégia de enfrentamento da invisibilidade institucional e da estigmatização das favelas.

O diagnóstico sobre a primeira infância e o Plano Participativo são desdobramentos diretos dessa trajetória. Do ponto de vista nacional, trata-se de uma experiência incomum: levantamento domiciliar em larga escala, combinado a estratégias qualitativas e participativas, especificamente voltado à população de zero a seis anos em área de favela; e, em seguida, a tradução desse acúmulo empírico em conhecimento compartilhado e processo estruturado de deliberação coletiva, envolvendo famílias, profissionais, pesquisadores, gestores públicos e as próprias crianças.

Nesse sentido, diagnóstico e plano podem ser compreendidos como práticas de territorialização da política pública: reorganizam o lugar da favela no debate institucional, deslocando-a da posição de destinatária passiva para a de formuladora ativa de agendas.

Produção de dados, escuta e participação

O diagnóstico sobre a primeira infância na Maré e a elaboração do Plano Participativo foram organizados a partir da articulação entre estratégias quantitativas, qualitativas e participativas, desenvolvidas entre 2020 e 2024. O objetivo foi produzir informações consistentes sobre as condições de vida das crianças e, ao mesmo tempo, criar espaços coletivos de análise e formulação de propostas no próprio território, não apenas como instâncias consultivas, mas como arenas deliberativas nas quais moradores, profissionais da rede local e representantes institucionais puderam confrontar dados, experiências e prioridades.

A metodologia partiu do reconhecimento de que, em contextos marcados por violência armada e presença institucional fragmentada, a produção de dados exige adaptações permanentes às dinâmicas locais. Cronogramas, formas de abordagem e estratégias de campo foram ajustados em função de períodos de maior instabilidade, restrições de circulação e condições de segurança, incluindo suspensão temporária de visitas domiciliares, remarcação de entrevistas e reorganização de equipes conforme as condições de acesso às diferentes áreas do território, o que impactou diretamente o ritmo e a organização do trabalho.

A etapa quantitativa consistiu em um levantamento domiciliar realizado junto a 2.144 responsáveis por 2.796 crianças de zero a seis anos, distribuídas pelas diferentes comunidades da Maré. A amostra foi construída com base em dados territoriais existentes, buscando assegurar representatividade interna entre as distintas áreas que compõem o conjunto de favelas. O questionário abordou temas relacionados à moradia, renda, trabalho, acesso à saúde, educação infantil, assistência social, alimentação, redes de apoio e exposição à violência. As entrevistas foram realizadas presencialmente por equipes formadas e, em sua maioria, compostas por moradoras do território, o que favoreceu confiança, acesso e qualidade das respostas. Esses dados foram sistematizados e analisados de forma integrada, constituindo a base empírica do diagnóstico.

De forma articulada ao levantamento, foram desenvolvidas estratégias qualitativas, incluindo entrevistas em profundidade, rodas de conversa, grupos de acompanhamento familiar e observação de atividades comunitárias. Esses dispositivos permitiram compreender como as famílias interpretavam, vivenciavam e enfrentavam as condições identificadas nos dados quantitativos, além de evidenciar práticas de cuidado, redes de apoio e relações com os serviços públicos que não se mostram exclusivamente por meio de indicadores. Em diferentes encontros, por exemplo, mães relataram reorganizar rotinas de trabalho e deslocamento em função de dias de operação policial, ou recorrer a vizinhas e familiares para garantir que crianças chegassem à escola ou a consultas médicas.

Um componente específico do percurso metodológico foi a realização de oficinas lúdicas com crianças, utilizando desenhos, brincadeiras e narrativas como formas de expressão. Essa etapa buscou acessar percepções infantis sobre território, escola, família, segurança e cotidiano, incorporando a perspectiva das crianças na análise e na formulação das propostas. As oficinas envolveram crianças entre quatro e onze anos,

incluindo o grupo da primeira infância, e revelaram, de forma recorrente, associações entre medo, interrupção de aulas, dificuldade de brincar em espaços públicos e presença de violência no entorno doméstico e comunitário.

A transição do diagnóstico para o planejamento participativo foi organizada por meio de oficinas temáticas, pré-conferências territoriais, reuniões ampliadas e da realização da I Conferência da Primeira Infância da Maré. Esses espaços possibilitaram a apresentação dos dados, o debate coletivo e a definição das prioridades, articulando informações técnicas, experiências vividas e expectativas das famílias. Nas pré-conferências realizadas em diferentes áreas da Maré, os resultados do diagnóstico foram apresentados publicamente e debatidos em grupos de trabalho, que formularam propostas posteriormente levadas à deliberação na Conferência. As propostas construídas nesses processos foram sistematizadas, consolidadas e organizadas em eixos estratégicos.

A etapa final envolveu a sistematização dos resultados em relatórios técnicos e materiais de divulgação, bem como a realização de devolutivas públicas no território. Esses momentos permitiram validar as informações, ajustar interpretações e ampliar a circulação dos dados entre moradores, profissionais e gestores, transformando o diagnóstico em instrumento de incidência política e referência técnica para interlocução com o poder público.

Diagnóstico como visibilização das desigualdades

O diagnóstico territorial sobre a primeira infância na Maré, realizado entre 2020 e 2023, produziu, vale insistir, um conjunto inédito de informações quantitativas e qualitativas sobre as condições de vida, cuidado e proteção de crianças de zero a seis anos em território de favela. Como dissemos, o estudo envolveu 2.144 responsáveis, abrangendo 2.796 crianças, o que permitiu elaborar um retrato abrangente das dinâmicas familiares, institucionais e territoriais naquele período.

Mais do que revelar carências pontuais, os resultados evidenciaram a sobreposição de vulnerabilidades sociais, econômicas e institucionais, mostrando como desigualdades estruturais se materializavam precocemente nas trajetórias infantis. Os obstáculos enfrentados pelas famílias não se apresentavam de forma isolada, mas se organizavam em circuitos interdependentes de privação, atravessando simultaneamente saúde, educação, renda, moradia, alimentação e proteção.

No plano da moradia, o levantamento revelou elevada densidade domiciliar, com média de 4,32 pessoas por residência. Em 18,5% dos domicílios, viviam mais de cinco pessoas, chegando a situações extremas de até quinze moradores em uma mesma casa. Essas condições comprometiam higiene, privacidade, descanso e organização das rotinas infantis, afetando diretamente o cotidiano das crianças. Além disso, 42,2% das famílias viviam em imóveis alugados, enquanto 8,6% residiam em casas cedidas, ocupadas ou em situação irregular. Somava-se a isso o fato de que 44,7% relataram alagamentos frequentes em períodos de chuva, evidenciando fragilidades persistentes na infraestrutura urbana e exposição a riscos ambientais.

Do ponto de vista econômico, predominavam rendimentos baixos e instabilidade ocupacional. Cerca de 32,8% das famílias possuíam rendimento mensal de até um salário-mínimo, associado a elevados níveis de informalidade. Essa condição limitava o acesso regular a alimentação adequada, transporte, lazer e materiais educativos, impondo escolhas cotidianas marcadas pela restrição.

A organização familiar revelava forte centralidade feminina. Do total de respondentes, 94% eram mulheres, sendo 83% mães e 17% avós. Apenas 53,4% das crianças mantinham convivência cotidiana com o pai, enquanto 94,7% viviam com a mãe. Essa configuração ampliava a sobrecarga emocional, econômica e institucional das mulheres, que assumiam, de forma concentrada, as responsabilidades pelo cuidado e pela mediação com os serviços públicos.

No campo da saúde, o diagnóstico identificou fragilidades no acompanhamento gestacional e no cuidado pós-natal. Entre as responsáveis entrevistadas, 36,1% relataram ausência de acompanhamento paterno durante a gestação, e 19,3% indicaram dificuldades financeiras significativas nesse período. Destacava-se, ainda, a elevada incidência de nascimentos prematuros: a taxa de prematuridade na Maré mostrou-se aproximadamente seis vezes superior à média nacional e cinco vezes maior que a do estado e do município do Rio de Janeiro. Do total de crianças analisadas, 35,7% nasceram pré-termo, e apenas 42,6% apresentaram peso adequado ao nascer. Somavam-se a esse quadro 85 relatos de complicações no pós-parto e 2,6% de problemas graves de saúde dos bebês. Esses indicadores expressavam a combinação entre precariedade das condições de vida, estresse crônico, insegurança alimentar e barreiras no acesso a serviços especializados.

Embora 96,7% das famílias informassem que as crianças possuíam caderneta de saúde, 64,6% relataram dificuldades no acesso aos serviços, relacionadas a filas prolongadas, ausência de profissionais, problemas de deslocamento e interrupções provocadas por operações policiais. No campo da saúde mental, observava-se forte carência de atendimento especializado, especialmente diante dos impactos psicossociais da violência e da instabilidade experimentada no território.

Na educação infantil, os dados evidenciaram restrições estruturais importantes. Entre as crianças de zero a três anos, 62,9% encontravam-se fora da creche, e 53,2% das crianças entre um e três anos não frequentavam nenhuma instituição educacional. Além disso, 52,1% das famílias declararam necessitar de vaga, e 29,5% indicaram falta direta de oferta no território. Cerca de 25,6% dos responsáveis relataram enfrentar dificuldades frequentes ou permanentes no acesso à educação, associadas à distância das unidades, custos de transporte, horários incompatíveis e interrupções decorrentes da violência. A exclusão educacional precoce comprometia o desenvolvimento cognitivo, a socialização e a construção de vínculos institucionais, ampliando o risco de trajetórias futuras marcadas pela evasão.

A insegurança alimentar apareceu como dimensão central da experiência das famílias, especialmente durante a pandemia. A alimentação tornou-se o principal gasto doméstico e, simultaneamente, a principal fonte de privação. Apenas 42% das famílias declararam receber algum benefício socioassistencial, enquanto 57,4% permaneciam fora da rede de proteção, evidenciando fragilidades na cobertura e no acompanhamento. Além disso, 22% relataram dificuldades de acesso aos serviços socioassistenciais, associadas à insuficiência de equipamentos, baixa capilaridade territorial e obstáculos ao deslocamento. Nesse cenário, iniciativas comunitárias e campanhas solidárias desempenharam papel fundamental na mitigação da pobreza alimentar, suprimindo lacunas deixadas pelo poder público.

Apesar desse conjunto de adversidades, o diagnóstico revelou a existência de redes densas de cuidado e apoio mútuo. A maioria das crianças era cuidada diretamente pelas mães (84,7%), seguida por familiares próximos e vizinhos, configurando arranjos

cotidianos nos quais avós, tias, irmãs mais velhas e vizinhas se revezavam para buscar na escola, acompanhar em consultas médicas ou garantir que a criança permanecesse em segurança durante períodos de maior tensão no território. Ao mesmo tempo, 22,5% das famílias relataram não ter com quem deixar as crianças quando precisavam sair ou trabalhar, revelando situações de isolamento social e fragilidade das redes de apoio, especialmente entre mulheres responsáveis solo ou famílias recém-chegadas a determinadas áreas da Maré.

No campo do lazer e da sociabilidade, 59,8% dos responsáveis afirmaram que as crianças não tinham acesso adequado a atividades culturais, esportivas ou recreativas. A maior parte das brincadeiras ocorria dentro de casa (88,4%), com uso expressivo de telas (45,4%), refletindo a escassez de espaços públicos seguros e adequados ao desenvolvimento infantil. Ruas com circulação intensa de veículos, praças sem manutenção regular, equipamentos quebrados ou ocupados por dinâmicas de conflito restringem a permanência das crianças no espaço público, fazendo com que a casa se torne, muitas vezes, o único ambiente considerado minimamente protegido para brincar.

A exposição à violência constituiu um dos achados mais críticos do diagnóstico. Do total de respondentes, 38,2% afirmaram que as crianças já haviam presenciado algum tipo de violência. Entre essas situações, 20% relataram exposição à violência policial, 14,8% agressões entre responsáveis, 7% agressões entre outros familiares e 4,1% violência entre parentes próximos. Além disso, 29,3% afirmaram que a violência afetava diretamente a rotina das crianças. Isso significava, na prática, suspensão de aulas, interrupção de atendimentos de saúde, permanência prolongada dentro de casa e reorganização abrupta de trajetos considerados mais seguros.

As escutas qualitativas indicaram manifestações frequentes de medo, ansiedade, alterações no sono, retraimento e dificuldades de concentração, associadas à vivência de conflitos armados e invasões domiciliares. Crianças relataram medo de sair de casa, receio de que familiares fossem atingidos e dificuldade para dormir após noites de confronto, enquanto responsáveis descreveram tentativas de “normalizar” o cotidiano para evitar que o medo se tornasse permanente. A violência, nesse contexto, integrava a experiência cotidiana da infância, configurando um ambiente de insegurança permanente, no qual o cuidado exige não apenas atenção física, mas gestão constante do medo e da imprevisibilidade.

Da produção de dados à formulação coletiva de prioridades

A transição do diagnóstico para o Plano Participativo não foi concebida como etapa posterior ou meramente técnica. Desde o início, a produção de dados esteve vinculada à intenção de construir uma agenda territorial para a primeira infância. O diagnóstico não se encerrava na sistematização das informações; ele precisava ser apropriado, debatido e traduzido em prioridades coletivas, capazes de orientar reivindicações concretas diante de escolas, unidades de saúde, equipamentos socioassistenciais e instâncias governamentais.

A circulação dos resultados no território foi parte constitutiva desse movimento. Reuniões com equipes técnicas, lideranças comunitárias, profissionais da saúde, educação e assistência social permitiram confrontar os dados com experiências vividas. Em diferentes encontros, gráficos e tabelas foram apresentados publicamente, questionados e complementados por relatos de mães, agentes comunitários e

educadores que confirmavam ou problematizavam os achados do levantamento. Esse processo revelou convergências importantes entre evidências quantitativas e percepções cotidianas das famílias, ao mesmo tempo em que ampliou a compreensão das interdependências entre moradia, renda, saúde, educação e violência, mostrando, por exemplo, como a ausência de vaga em creche impactava a renda familiar e como a violência alterava trajetos de acesso a serviços básicos.

A construção do plano envolveu diferentes dispositivos participativos: oficinas temáticas, pré-conferências em distintas áreas da Maré, reuniões ampliadas com profissionais da rede local e, por fim, a realização da I Conferência da Primeira Infância da Maré. Esses espaços não funcionaram como instâncias meramente consultivas. Neles, os dados foram discutidos, tensionados e reorganizados à luz das prioridades definidas pelos participantes. Propostas foram reformuladas coletivamente, algumas suprimidas, outras ampliadas, à medida que se avaliava sua viabilidade, urgência e impacto territorial.

Ao longo desse processo, foram recebidas 85 propostas iniciais, posteriormente debatidas, consolidadas e aprovadas em assembleia, resultando em 159 propostas organizadas em oito eixos estratégicos. Esses eixos contemplaram intersetorialidade e participação, assistência social, saúde e segurança alimentar, saneamento e racismo ambiental, educação, práticas de cuidado, lazer e cultura, e garantia de direitos. A organização em eixos não teve apenas função classificatória: ela traduziu a compreensão de que os problemas identificados no diagnóstico não poderiam ser enfrentados de forma fragmentada, uma vez que a falta de saneamento, por exemplo, dialogava com indicadores de saúde, e a ausência de equipamentos de lazer se articulava à exposição prolongada ao ambiente doméstico e ao uso intensivo de telas.

O Plano Participativo assumiu dupla função. De um lado, sistematizou demandas historicamente presentes no território, conferindo-lhes maior visibilidade institucional. De outro, organizou essas demandas em formato compatível com o diálogo com o poder público, estabelecendo responsabilidades indicativas para diferentes esferas governamentais. A experiência revelou também tensões inerentes ao processo: a construção coletiva exigiu negociações entre expectativas distintas, limites orçamentários e diferentes níveis de informação sobre o funcionamento das políticas públicas. Em determinados momentos, propostas consideradas prioritárias por moradores esbarraram em entraves normativos ou na ausência de previsão orçamentária, exigindo reformulações ou escalonamento de metas. Nem todas as propostas puderam ser incorporadas integralmente, e a definição de prioridades implicou escolhas.

Ao mesmo tempo, o plano não se converte automaticamente em política pública. Sua implementação depende de vontade política, dotação orçamentária, coordenação intersetorial e estabilidade institucional. Parte das propostas passa a integrar agendas de diálogo com gestores municipais e estaduais, enquanto outras permanecem como horizonte de reivindicação. Nesse sentido, o Plano Participativo opera como instrumento de mediação entre a população do território e o Estado: organiza demandas, qualifica argumentos e amplia a capacidade de interlocução da comunidade, mas não elimina as assimetrias estruturais que marcam essa relação, nem neutraliza os efeitos das disputas territoriais que atravessam a oferta e a continuidade de serviços públicos na Maré.

Práticas populares de cuidado e proteção

O diagnóstico e as escutas qualitativas evidenciaram que o cuidado das crianças pequenas na Maré é sustentado, em grande medida, por arranjos comunitários informais, organizados principalmente por mulheres. Mães, avós, tias, vizinhas e amigas constroem, no cotidiano, redes de apoio que viabilizam a circulação, a permanência no trabalho, o acesso a serviços e a proteção em contextos de instabilidade, como buscar crianças na escola quando há confronto nas proximidades, revezar o cuidado para que outra mulher possa cumprir jornada de trabalho ou acompanhar gestantes e bebês em consultas médicas.

Essas práticas não se organizam como políticas formalizadas, mas como respostas situadas às restrições materiais, institucionais e territoriais. Incluem o cuidado compartilhado das crianças, o empréstimo de alimentos e recursos, a troca de informações sobre serviços, a mediação de conflitos domésticos e a criação de estratégias coletivas para enfrentar períodos de maior violência, como avisos por aplicativos de mensagem sobre áreas de risco ou definição de horários considerados mais seguros para circulação.

Nos momentos de intensificação dos confrontos armados, essas redes assumem papel central na reorganização da vida cotidiana. Vizinhas acolhem crianças cujas responsáveis não conseguem circular, parentes ampliam temporariamente suas casas, grupos organizam rotas mais seguras e sistemas informais de alerta, interrompendo brincadeiras na rua e recolhendo rapidamente as crianças para dentro das casas ao primeiro sinal de tiroteio. O cuidado passa, então, a incluir práticas de proteção física e emocional diante do risco, como explicar às crianças o que está acontecendo, tentar normalizar o ambiente doméstico e criar pequenas rotinas de distração para reduzir o medo.

A centralidade feminina nessas redes é um dado estruturante. As mulheres concentram o cuidado direto, a geração de renda, a mediação com serviços públicos e a sustentação afetiva das famílias. Essa sobrecarga aparece de forma recorrente nas narrativas, associada ao cansaço, ao adoecimento e à sensação de responsabilização individual por problemas coletivos, sobretudo entre mães solo que relatam ausência de apoio paterno e dificuldade de conciliar trabalho remunerado com cuidado integral das crianças. Nesse sentido, as práticas populares de cuidado operam simultaneamente como formas de resistência cotidiana e como expressão das desigualdades de gênero: garantem a sobrevivência diária, mas tendem a naturalizar o trabalho feminino não remunerado como base da proteção social.

O diagnóstico revelou ainda a coexistência entre redes densas de apoio e situações de isolamento. Enquanto parte das famílias contava com suporte regular, outras relatavam ausência quase completa de ajuda, especialmente em casos de adoecimento, violência doméstica ou perda de renda, quando a falta de alguém com quem deixar a criança significava faltar ao trabalho ou adiar atendimento de saúde. A fragilidade dessas redes tornava-se mais evidente em momentos de crise prolongada.

As práticas de cuidado também envolviam dimensões simbólicas e educativas. Histórias, brincadeiras, formas de falar sobre o medo, estratégias de contenção emocional e construção de rotinas constituíam recursos fundamentais para a proteção subjetiva das crianças. Em contextos de violência, essas práticas funcionavam como formas de elaboração do sofrimento no cotidiano, permitindo que experiências de insegurança fossem nomeadas, reinterpretadas e parcialmente ressignificadas no interior da vida familiar e comunitária (SORJ, 2021).

Incidência, efeitos e limites

A elaboração do diagnóstico e do Plano Participativo não se encerra na produção de documentos. Desde sua formulação, ambos são concebidos como instrumentos permanentes de incidência política, voltados à ampliação da capacidade da população local de dialogar com gestores, pressionar por respostas institucionais e disputar prioridades públicas para a primeira infância, em agendas que envolvem desde vagas em creches até condições de funcionamento de unidades de saúde em períodos de conflito armado.

A circulação dos dados e das propostas junto a secretarias municipais, conselhos de direitos, fóruns intersetoriais e instâncias de controle social constitui parte central desse processo. Relatórios, apresentações técnicas, audiências públicas e reuniões com gestores incorporam informações produzidas no território, contribuindo para reduzir assimetrias informacionais historicamente presentes nessas relações. Em diferentes ocasiões, tabelas e indicadores extraídos do diagnóstico estão sendo utilizados para fundamentar solicitações de ampliação de serviços, revisão de fluxos de atendimento ou inclusão da Maré em debates sobre políticas municipais para a primeira infância.

Esse movimento favorece o reconhecimento institucional da especificidade da infância em contextos marcados pela violência armada. Em diferentes instâncias, são debatidas medidas relacionadas à ampliação da oferta de educação infantil, ao fortalecimento da atenção básica à saúde, à articulação com a assistência social e à necessidade de protocolos de funcionamento dos serviços em situações de conflito, incluindo discussões sobre suspensão de aulas, reorganização de horários e garantia de acesso a benefícios mesmo em períodos de interdição territorial.

Alguns efeitos concretos já podem ser observados, ainda que de forma desigual. Registram-se avanços pontuais na articulação intersetorial, maior visibilidade da pauta da primeira infância em agendas locais e incorporação parcial de propostas em programas e projetos existentes. Em determinados espaços institucionais da Redes da Maré, o Plano passou a ser citado como referência técnica para justificar demandas específicas do território, servindo como base argumentativa em reuniões e encaminhamentos formais. Entretanto, a política de segurança pública permanece como fator determinante de instabilidade. Operações policiais, confrontos armados e interdições territoriais seguem produzindo interrupções nos serviços, dificultando a implementação regular de ações voltadas à infância. Consultas são canceladas, equipes deixam de acessar determinadas áreas e calendários escolares são reiteradamente alterados, produzindo descontinuidade na oferta de direitos. A ausência de coordenação entre políticas sociais e de segurança reforça a vulnerabilidade das famílias.

Outro limite importante refere-se à assimetria de poder decisório entre habitantes do território e o Estado. Embora o diagnóstico e o plano qualifiquem o diálogo institucional, a capacidade decisória permanece concentrada nos níveis centrais da administração pública. Muitas propostas continuam dependendo de decisões externas ao território, reduzindo o controle local sobre sua implementação, especialmente aquelas que envolvem alocação orçamentária, criação de novos equipamentos públicos ou redefinição de diretrizes setoriais.

A participação comunitária também implica custos institucionais e humanos permanentes. A mobilização continuada para reuniões, negociações, produção de relatórios e monitoramento sobrecarrega equipes e lideranças comunitárias, que

precisam conciliar essas atividades com demandas emergenciais do cotidiano, como responder a situações de violência, apoiar famílias em crise ou lidar com interrupções frequentes de serviços básicos. Ao mesmo tempo, o processo pode contribuir para a formação política de moradores, profissionais e lideranças, ampliando o conhecimento sobre o funcionamento das políticas públicas, os canais institucionais e os mecanismos de controle social. Esse aprendizado acumulado fortalece a capacidade de argumentação técnica e de incidência qualificada, ainda que não elimine as desigualdades estruturais que moldam a relação entre território e poder público. Esse acúmulo, ainda em construção, constitui um dos efeitos mais relevantes da experiência.

Autonomização problemática do fator disruptivo

O investimento participativo na valorização da primeira infância, como foco de conhecimento, de cuidados e da mobilização convergente de diferentes instituições, agências e setores do poder público, apontou, no território da Maré, para o ideal tácito, por vezes explicitado, de progressiva ampliação do envolvimento das famílias e de crescente integração entre as iniciativas, visando a potencialização das energias e a exponencialização dos efeitos positivos. Assim, os avanços conquistados tenderiam a estimular tanto a difusão da metodologia comunitária participativa, aprofundando sua legitimidade, quanto a articulação entre os esforços da sociedade local e das instituições, guardadas as respectivas especificidades e a necessária independência de cada ator. No horizonte, norteador a caminhada, estaria a formação de uma rede densa de serviços e de cooperação, incrementando-se a agilidade dos atendimentos e a qualidade dos resultados, o que, por outro lado, implicaria a redução dos custos de redundância, desinformação e descontinuação, assim como os lapsos na provisão dos distintos bens públicos.

O movimento coletivo rumo a um destino de complementaridade futura, mirando a integração orgânica entre saúde, educação e assistência, sustentada no diálogo entre Estado e comunidades -participativas e organizadas-, significaria o desenvolvimento da qualidade de vida, a começar pela primeira infância, sem aí se esgotar.

Entretanto, um fator de desestabilização ameaçava e ameaça a evolução desejada, correndo obstinadamente em raia própria, isolando-se, impermeável a um diálogo mais do que tópico e superficial, e atuando na contramão do processo que se buscava promover: a política de segurança, que se manifesta nas ações policiais no território. Em contraste com os esforços de integração intersetorial, resistindo a se considerarem parte de um trabalho concertado de produção da qualidade de vida, como prestadoras à cidadania de um serviço público, as instituições policiais têm assumido uma rota que contrasta com recomendações amplamente sedimentadas nos estudos especializados.

Reflexões acerca de políticas de segurança pública, entendida como direito constitucional (ARAUJO JUNIOR, 2025), destinadas a reduzir as mais diversas formas de violência, indicam a necessidade de concebê-las em perspectiva sistêmica, integrando-as em um conjunto mais abrangente, que envolva outras políticas públicas, evitando, entretanto, submeter as demais a uma lógica securitária, o que promoveria a estigmatização de populações vulnerabilizadas (SOARES, 2006). A justificativa é simples, nem por isso menos relevante -até porque frequentemente ignorada: as diferentes modalidades de violência e as dinâmicas geradoras de insegurança, que desestabilizam expectativas favoráveis à experiência da sociabilidade (SOARES, 2011), se manifestam em distintas

dimensões da vida social ou como desdobramento de processos nelas inscritos. As múltiplas dimensões incluem desde economia, trabalho e renda, relações de produção e posições de classe, até política, cultura (representações, crenças, valores), vida familiar, religiosidade e meio ambiente. Portanto, incluem desigualdades, racismo estrutural, patriarcalismo, configurações de identidade, modos de participação comunitária, laços com a memória coletiva, regimes afetivos e conexões com redes de solidariedade e vizinhança.

Uma vez que as violências se relacionam com essa vasta constelação de campos da vivência coletiva e individual, intersubjetiva e material, tanto os diagnósticos quanto as formulações de políticas voltadas à redução da insegurança, assim como suas respectivas implementações (e os métodos adotados), deveriam levar em conta a referida complexidade, isto é, a intersectorialidade na mais ampla extensão possível, em cada circunstância histórica, em cada circunscrição territorial, em cada intervenção.

Calibrar a articulação intersectorial, no diagnóstico, na formulação e na implementação, é sempre desafiador, uma vez que não se trata de mera elaboração intelectual, nem da aplicação de modelos ideais. As realidades são cambiantes e as dimensões da vida em sociedade se integram, fundem, sobrepõem ou se chocam e se tensionam, reciprocamente, atravessadas por contradições, tanto as permanentes e estruturais, quanto as contingentes e imprevisíveis. Além de tudo, há os limites de todo tipo: recursos, tempo, capacidade de trabalho, disponibilidade de informações. Por outro lado, há emergências, que se desdobram exponencialmente.

Embora a abordagem sistêmica exija mais do que se possa cumprir, daí não decorre que seus propósitos e as linhas gerais de orientação que lhe são dedutíveis devam ser simplesmente ignorados. Negligenciar o caráter sistêmico da insegurança alcança o ponto extremo quando se atua na contramão de seus princípios mais elementares. É o que predomina, no estado do Rio de Janeiro, em particular no território da Maré, onde a presença das instituições da segurança pública se reduz a incursões policiais eventuais, as chamadas “operações” de estilo bélico, em confronto aberto com grupos armados locais, colocando em risco a integridade física dos moradores, como afirmado anteriormente, interrompendo o acesso aos equipamentos públicos, suspendendo atendimentos médicos, a rotina das escolas, a circulação urbana, o deslocamento dos trabalhadores, e inviabilizando a prestação de serviços e o funcionamento do comércio.

Em síntese, no território da Maré, o poder público, em vez de buscar a integração intersectorial, inscrevendo as ações da segurança em um conjunto de iniciativas que se apoiem mutuamente, e que identifiquem na proteção dos direitos sua finalidade última, atua como fator inteiramente independente e mesmo refratário à construção comum. Quando se diz apoio mútuo, evidentemente não se supõe colaboração como denúncia (de moradores à polícia) ou qualquer modalidade de envolvimento popular em práticas policiais, mas o esforço por parte da polícia e do conjunto de instituições inscritas no campo da segurança pública de potencializar a provisão de saúde, educação, paz e previsibilidade, colocando o respeito a esse compromisso como condição *sine qua non* para suas decisões.

Em poucas palavras, assim como a existência de grupos armados no território (mas esses, por definição, não poderiam ser considerados partes da solução ou passíveis de se submeter a lógicas construtivas societárias ou públicas), as polícias representam, na ordem comunitária que os moradores da Maré têm procurado construir -em meio a tantas dificuldades e limitações, mobilizando suas virtudes, sua lucidez, sua criatividade

e sua coragem-, a variável disruptiva, por sua conduta errática e pelo caráter brutal e arbitrário de suas intervenções. Esse fato impõe ao êxito relativo atingido pela população da Maré, de que o presente artigo procurou prestar testemunho, um revés a que sempre se busca responder intensificando os investimentos na formação de uma sólida consciência coletiva sobre direitos, cidadania e a importância da participação democrática.

Considerações finais

A experiência da Maré nos obriga a deslocar o modo como pensamos políticas públicas para a primeira infância. O que este percurso evidencia não é apenas a existência de vulnerabilidades acumuladas, nem apenas a potência das redes comunitárias, mas algo mais estrutural: a infância, em territórios submetidos à violência armada persistente, é governada por uma combinação instável entre fragilidades na presença do poder público, controle armado e auto-organização comunitária (SOARES, 2021).

Nesse contexto, o cuidado deixa de ser apenas prática doméstica ou compromisso moral e passa a constituir uma tecnologia política de sustentação da vida. O diagnóstico territorial revelou dados contundentes, como prematuridade elevada, exclusão precoce da creche, insegurança alimentar e exposição recorrente à violência. Mas o que os números, por si, não explicam é o modo como essas condições se tornam cotidianamente administráveis, quando seus efeitos danosos não escapam inteiramente ao controle, pelas famílias e por redes de apoio, especialmente femininas.

O Plano Participativo, nesse sentido, não é apenas um instrumento técnico de planejamento. Ele opera como gesto político de reordenamento da fala e da autoridade sobre a infância: ao produzir dados, devolvê-los aos moradores do território e transformá-los em agenda pública, a experiência desloca a posição tradicional da favela como objeto de intervenção e a afirma como sujeito de formulação.

Ao mesmo tempo, a experiência explicita seus próprios limites. A institucionalização das propostas permanece dependente de ciclos políticos, disponibilidade orçamentária e disposição administrativa. A sobrecarga das organizações comunitárias revela a persistente transferência de responsabilidades para a sociedade civil. E a política de segurança pública, estruturada sob lógica de confronto, segue produzindo interrupções que incidem diretamente sobre o desenvolvimento infantil. Além disso, a variável errática policial põe em risco toda a construção em curso, como vimos.

O caso da Maré, portanto, não confirma a suficiência da participação social como solução normativa. Ele demonstra que participação sem investimento público estruturante produz apenas deslocamentos parciais. A efetivação do direito à primeira infância exige coordenação intersetorial robusta, financiamento estável e políticas de segurança orientadas pela proteção da vida (SOARES, 2023).

Do ponto de vista conceitual, a experiência sugere que pensar políticas para a primeira infância em territórios periféricos urbanos requer incorporar a noção de cuidado como dimensão política central, não como atributo moral feminino, mas como prática coletiva que organiza resistências e produz governabilidade local em contextos de instabilidade. Nessa chave, a Maré não é apenas cenário empírico; ela exige teorizações capazes de articular desigualdade estrutural, violência armada e agência comunitária.

Se algo este artigo sustenta é que políticas públicas produzidas desde as margens não são políticas suplementares. Elas revelam limites e insuficiências da arquitetura estatal vigente e indicam a necessidade de reconfigurar os modos de proteção social à luz das experiências territoriais concretas. A infância, na Maré, não é apenas objeto de política; ela se torna critério de avaliação do próprio pacto democrático.

Ainda que situada na Maré, a experiência ilumina desafios estruturais enfrentados por políticas de primeira infância em territórios urbanos periféricos marcados por violência armada persistente, sugerindo que a efetivação de direitos depende menos de enunciados normativos e mais da capacidade de integrar proteção social, segurança e participação comunitária em bases estáveis e coordenadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO JUNIOR, J. J. **Segurança pública nas rédeas da Constituição**: um direito fundamental em (re)construção. Rio de Janeiro: Processo, 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 9 mar. 2016.
- _____. Decreto nº 12.083, de 27 de junho de 2024. Estabelece as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e institui seu Comitê Intersetorial. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 jun. 2024. Revogado.
- _____. Decreto nº 12.574, de 5 de agosto de 2025. Institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNPI). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 6 ago. 2025.
- KATZ, I. O problema da universalização da primeira infância: dinâmicas de produção de conhecimento e políticas públicas. **Revista Rosa**, v. 7, n. 3, jul. 2023.
- KRENZINGER, M. et al. Impactos sociais da exposição à violência armada na Maré: incidências, consequências e estratégias de enfrentamento. In: HERITAGE, P.; SILVA, E. S. (Org.). **Construindo pontes**: estudo com moradores das 16 favelas da Maré. Rio de Janeiro; Londres: People's Palace Projects; Redes da Maré, 2021. p. 179-284.
- REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI)**. Brasília: RNPI, 2020.
- REDES DA MARÉ. **Primeira infância nas favelas da Maré**: acesso a direitos e práticas de cuidado. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023.
- _____. **Plano participativo para a primeira infância da Maré – 2024**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2024.
- RIBEIRO, E.; SOARES, L. E.; KRENZINGER, M. Tipos de governança criminal: estudo comparativo a partir dos casos da Maré. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Edição Especial n. 4, 2022.
- SOARES, L. E. **Legalidade libertária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- _____. Segurança pública: dimensão essencial do Estado Democrático de Direito. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (Org.). **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 492-503.
- _____. **Maré e a longa gestação do novo mundo**. Rio de Janeiro: People's Palace Projects, 2021.
- _____. **Educação para mudar o mundo**: histórias de vida e o impacto do projeto Educação de Jovens e Adultos na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré; Fundação Roberto Marinho; Mórula, 2023.
- SORJ, B. Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, n. 3, set./dez. 2021.

Resumo Este artigo analisa a experiência de diagnóstico territorial e de construção participativa do Plano para a Primeira Infância nas favelas da Maré, no Rio de Janeiro, desenvolvida pela Redes da Maré entre 2020 e 2024. A experiência parte da tensão entre a universalização normativa dos direitos da primeira infância e as condições concretas de vida em territórios marcados por desigualdades estruturais e violência armada persistente. O diagnóstico combinou levantamento domiciliar em larga escala com responsáveis por crianças de zero a seis anos, escutas qualitativas e dispositivos participativos de deliberação comunitária. Os resultados evidenciam a sobreposição de vulnerabilidades socioeconômicas, institucionais e territoriais que incidem precocemente sobre as trajetórias infantis, além de destacar a centralidade das redes comunitárias de cuidado, predominantemente femininas, na sustentação cotidiana da infância. O artigo argumenta que a efetivação de direitos em territórios periféricos depende da articulação entre produção de conhecimento territorializado, participação social e compromisso institucional contínuo.

Palavras-chave: primeira infância, território, violência armada, cuidado comunitário, incidência política.

Primera infancia en Maré:

territorio, violencia armada y la construcción participativa de políticas públicas

Resumen: Este artículo analiza la experiencia de diagnóstico territorial y de construcción participativa del Plan para la Primera Infancia en las favelas de Maré, en Río de Janeiro, desarrollada por Redes da Maré entre 2020 y 2024. La experiencia parte de la tensión entre la universalización normativa de los derechos de la primera infancia y las condiciones concretas de vida en territorios marcados por desigualdades estructurales y violencia armada persistente. El diagnóstico combinó un levantamiento domiciliario a gran escala con responsables de niñas y niños de cero a seis años, estrategias cualitativas de escucha y dispositivos participativos de deliberación comunitaria. Los resultados evidencian la superposición de vulnerabilidades socioeconómicas, institucionales y territoriales que inciden tempranamente en las trayectorias infantiles, además de destacar la centralidad de las redes comunitarias de cuidado, predominantemente femeninas, en la sustentación cotidiana de la infancia. El artículo sostiene que la efectividad de los derechos en territorios periféricos depende de la articulación entre producción de conocimiento territorializado, participación social y compromiso institucional continuo.

Palabras clave: primera infancia, territorio, violencia armada, cuidado comunitario, incidencia política.

Early childhood in Maré:

territory, armed violence and the participatory development of public policies

Abstract This article analyzes the experience of territorial diagnosis and the participatory construction of an Early Childhood Plan in the Maré complex of favelas, Rio de Janeiro, developed by Redes da Maré between 2020 and 2024. The experience emerges from the tension between the normative universalization of early childhood rights and the concrete living conditions in territories marked by structural inequalities and persistent armed violence. The diagnosis combined a large-scale household survey with caregivers of children aged zero to six, qualitative listening strategies, and participatory community deliberation processes. The findings reveal overlapping socioeconomic, institutional, and territorial vulnerabilities that affect children's trajectories from early life, while also highlighting the central role of predominantly female community care networks in sustaining everyday childhood. The article argues that the realization of rights in peripheral urban territories depends on the articulation between territorially grounded knowledge production, social participation, and sustained institutional commitment.

Keywords: early childhood, territory, armed violence, community care, policy advocacy.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/02/2026

DATA DE APROVAÇÃO: 23/03/2026



Luiz Eduardo Soares

Professor do Programa de pós-graduação em Ciência da Literatura; Líder da Cátedra Patrícia Acioli da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Bolsista Pesquisador Visitante Emérito da FAPERJ, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: lesufrj24@gmail.com



Miriam Krenzinger

Professora Titular da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Coordenadora do Observatório dos Conselhos Tutelares; Membro da Cátedra Patrícia Acioli da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

E-mail: miriamkren@ufrj.br



Pistas sobre saúde mental infantojuvenil em contextos de acumulação social da violência

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-1718-6721>

Andrea Scisleski

Pesquisadora Autônoma, Brighton, United Kingdom

<https://orcid.org/0000-0001-8387-0391>

Introdução

A Saúde Coletiva no Brasil tomou há mais de duas décadas a violência como um elemento central para a configuração do seu campo de análise e de intervenção. A promulgação da Política Nacional de Redução de Acidentes e Violência, em 2001, reconheceu acidentes e diferentes formas de violência (interpessoal, doméstica e urbana) como importantes causas de mortalidade e agravos à saúde, especialmente entre jovens e populações vulneráveis, consolidando uma abordagem ampla e preventiva (BRASIL, 2001b).

Mais recentemente, a atenção psicossocial¹ tem reconhecido a necessidade de ampliar as ferramentas de intervenção de modo a enfrentar formas estruturais de violência social, institucional e estatal que produzem sofrimento psíquico, atuando de maneira articulada a políticas de assistência, justiça e segurança pública, promovendo estratégias de cuidado baseadas na cidadania, na mediação de conflitos e na proteção social, entendendo a violência não apenas como evento individual, mas como expressão de desigualdades históricas (DELGADO, 2012).

Os estudos em Saúde Mental Infantojuvenil têm identificado atualmente uma ampliação das necessidades de atenção, intensificadas pela pandemia da covid-19. Os debates quanto às violências raciais, de gênero, de capacitismo e de orientação sexual têm ganhado mais recentemente espaço com pesquisas que propõem pensar o sofrimento na sua espessura psicossocial e a partir das condições sociais e institucionais que moldam as trajetórias dos jovens. Como indicam Paiva et al. (2011), esse sofrimento se produz em contextos de desigualdade, violência e disputas por reconhecimento, exigindo práticas de cuidado territorializadas que articulem atenção psicossocial, direitos e proteção social, orientadas à sustentação de projetos de vida.

As populações mencionadas compartilham a experiência da marginalização como um vetor social fundamental para a configuração do que pode ser delineado como saúde ou da fragilidade de saúde. Mais do que a privação material, a vulnerabilidade psicossocial dessas comunidades não decorre de características intrínsecas, como classe ou identidade de gênero, mas de uma arquitetura social que nega o reconhecimento do sujeito. Ou seja, podemos afirmar que populações marginalizadas, além da própria exposição a que se encontram em relação aos direitos violados ou ameaçados, também são mais suscetíveis ao sofrimento mental.

Essa espécie de *interdição do sujeito* obstrui o acesso a direitos fundamentais e, por sua vez, aos serviços de saúde mental, revelando que a barreira para o cuidado é, antes de tudo, política e institucional. Em outras palavras, chamamos a atenção para o fato de que é imperativo desnaturalizar o sofrimento mental nessas populações, pois a vulnerabilidade psíquica não emerge de uma essência patológica, mas da própria violação sistemática de direitos que sitia o sujeito. Essa precariedade política atua como um bloqueio prático: ela degrada a saúde mental ao mesmo tempo em que interdita as rotas de cuidado. Assim, o sofrimento não é um diagnóstico de doença mental em si, mas

1 O Brasil tem uma política em saúde mental reconhecida internacionalmente, organizada a partir da Lei da Reforma Psiquiátrica (BRASIL, 2001a), pautada no modelo da atenção psicossocial que enfatiza a integração e o suporte comunitário, e o cuidado no próprio território, incluído o objetivo de preservar, resgatar e construir laços de pertencimento; e de assegurar a proteção e os direitos humanos das pessoas com transtornos psíquicos.

o sintoma de uma arquitetura social que, ao negar direitos básicos, isola o sujeito dos dispositivos promotores de saúde mental e de reconhecimento social. Esse tensionamento entre as políticas e o direito nos faz refletir sobre a complexa trama em que esses sujeitos estão inseridos e sobre os impactos, em termos de saúde mental, que produzem nessas populações.

As diretrizes da política de saúde mental para crianças e adolescentes no Brasil incluem a consideração sobre as singularidades da vida cotidiana e comunitária, nos territórios de vida, assim como o estímulo à cidadania e à participação de crianças e adolescentes. Estas são consideradas *sujeitos de direito e de desejo*, como atores sociais legítimos que constituem e contribuem para a construção do mundo coletivo, que têm história, experiência e saber próprios, assim como suas diferentes maneiras de participação nos espaços de decisão. A intersectorialidade e a corresponsabilização são destacadas como princípios fundamentais para montagem da rede de cuidados de crianças e jovens (BRASIL, 2005, 2014).

Apesar dos esforços empreendidos e dos avanços conquistados, identificamos, por exemplo, diferenças significativas no acesso e na qualidade do cuidado quando falamos de crianças e adolescentes sob tutela da justiça em relação aos quais persistem as internações em hospitais psiquiátricos e em comunidades terapêuticas, a despeito da disposição territorial, em liberdade e em rede preconizada pela política (BRASIL, 2005). Diferentes estudos e pesquisas relativas à internação psiquiátrica de crianças e adolescentes indicam que grande parte dessas internações poderiam ser evitadas se, em momentos anteriores, outros serviços tivessem sido acionados, principalmente aqueles que se referem aos serviços da rede de proteção (SCISLESKI; MARASCHIN, 2008; BLIKSTEIN, 2012; JOIA, 2014; SCISLESKI et al., 2015; TAÑO et al; SPINK; VICENTIN, 2025). No caso da internação de crianças e adolescentes, percebemos que existe a produção de um perfil que é sempre convocado: jovens pobres, baixa escolaridade, uso de drogas, vítimas de abuso etc. Dessa forma, ressaltamos que a internação psiquiátrica acaba operando como estratégia para acionar os dispositivos assistenciais, inclusive os de proteção. Contudo, embora ela deva se configurar como uma medida extrema, a internação psiquiátrica se converte em uma porta de entrada prioritária para o acesso aos serviços de atendimento. Nesses casos, podemos salientar que as situações de violência muitas vezes subjazem a diagnósticos psiquiátricos, especialmente nos casos de crianças e adolescentes.

Diante desse cenário, indicamos como nos situaremos na composição desta escrita. Este texto tem por objetivo discutir a interseção entre saúde mental, direitos humanos e violência a partir dos impactos na vida de crianças e adolescentes que vivem na periferia da cidade de São Paulo. Para isto, reunimos fragmentos de uma pesquisa que analisou os impactos psicossociais e as lutas por outros regimes de verdade dos moradores de um bairro que viveu duas chacinas de jovens (em 2007 e em 2014) (AGUIAR, 2017) e de um projeto de extensão junto a movimentos sociais de mães e familiares em torno dos impactos psicossociais da violência policial (desde 2020)². Estes fragmentos nos ajudarão a circunscrever alguns dos impactos da violência de Estado para crianças

2 Construído com o movimento Mães em Luto da Leste do município de São Paulo, em seu enfrentamento à violência de Estado, o projeto tem o propósito de contribuir com subsídios conceituais e metodológicos para a atenção psicossocial de pessoas que sofreram/sofrem violações de direitos fundamentais e humanos, além de desenvolver ações de escrita com as mães como estratégia de cuidado, justiça e memória (cf. VICENTIN; AGUIAR; CARREIRO 2024).

e adolescentes e a trazer pistas conceituais e de intervenção que contribuam para a configuração de uma política de atenção psicossocial à altura dos danos produzidos por estas violências.

Ressaltamos que as situações aqui focalizadas consistem na forma como crianças e adolescentes vivem em territórios periféricos, nos quais estão sujeitos à violência letal e a ameaças de morte, sofrendo impactos psicossociais que atingem famílias, comunidades e territórios de forma sistemática e reiterada. A violência estatal não comparece apenas no caso de mortes efetuadas por agentes policiais; a omissão e a negligência com determinados grupos e territórios também refletem uma violação pelo Estado, assim como (i) a negação da garantia de acesso aos direitos básicos, (ii) o uso ostensivo da força policial, (iii) a dificuldade de acesso ao sistema de justiça e (iv) a negligência quanto ao acesso à informação e ao direito dos familiares à memória (ASSUMPÇÃO et al., 2018, p. 136). Assinalamos, então, a acumulação social da violência (MISSE, 2008, 2019) como um processo histórico e social cumulativo, pelo qual diferentes formas de violência – criminal, policial, estatal, simbólica e estrutural – se sobrepõem, se reforçam e se naturalizam ao longo do tempo, sedimentando-se nas relações sociais e institucionais, tornando-se recursos recorrentes de regulação, dominação e produção de desigualdades. A circularidade, a mercantilização da violência e a produção de sujeitos como alvos legítimos do extermínio (jovens pobres, pretos, moradores de periferia) são também elementos deste processo de institucionalização.

A partir de elementos empíricos, indicando que a *acumulação social da violência* culmina na morte ou na ameaça de morte de crianças e adolescentes, destacaremos duas pistas para a política de atenção psicossocial. A primeira refere-se aos territórios-redes, nos quais destacamos o território como locus de produção de redes vivas e de modos de subjetivação como reexistência, em contraposição a redes mortas e à sujeição criminal. A segunda pista — a da cronopolítica intensiva — trata de considerar as vidas limiares e intensivas, sendo necessário pensar uma *cronopolítica* (VIRILIO, 1996) para a política pública.

Territórios feridos e redes vivas³

No começo da madrugada do dia 16 de abril de 2014, longe da imprensa, longe das câmeras de vigilância, seja dos condomínios de luxo ou dos centros comerciais, longe das câmeras de televisão, quatro jovens foram mortos, (ASSASSINADOS) em nossa quebrada. Estes jovens estavam no lugar construído para eles, lugar onde costumavam estar. Durante o dia ali brincam crianças, e agora vão brincar onde há sangue derramado. Mais um sangue preto, jovem e da periferia. Sangue como o de Amarildo, Cláudia, Douglas e Zumbi. Sangue de quem morreu sob o castigo do “tronco” e “vira mundo” contemporâneos (AGUIAR, 2017, p. 73). (Fragmento do Manifesto Contra a Chacina de Jovens na Brasilândia).

3 Os dados empíricos e as narrativas deste item são retirados da pesquisa de 2017, *A Praça Sete Jovens e a expansão do poder punitivo*, de Cristina Trigo de Aguiar, que buscou traçar a rede discursiva em torno da chacina de abril de 2014 ocorrida neste território a partir de entrevistas com os moradores, registros do diário de campo sobre incursões etnográficas no território, análise de documentos e revisão de literatura.

[...] cinco, seis horas da tarde, parou na Rua um Gol, descenderam quatro caras mascarados: “polícia, polícia, de costas na parede!” Os moleques ficaram, sete jovens. Os caras começaram a atirar, mataram seis e um ficou cego de um olho e parálítico. Está em Minas, o Mineirinho. Os caras foram embora... A imprensa divulgou... o governo do Estado e uma parcela da população aqui interpretou como briga entre jovens do tráfico (AGUIAR, 2017, p. 48). (Entrevista com Morador, 57 anos).

O Jardim Elisa Maria no Distrito da Brasilândia, território de maior população preta da cidade de São Paulo, situado na Zona Norte, foi palco de duas chacinas na sua Praça, hoje nomeada 7 Jovens: uma em 2006, narrada brevemente acima, na fala de um morador, e outra em 2014, objeto do Manifesto acima referido. Um mês depois deste segundo crime, o governo do Estado de São Paulo foi combater a violência na Brasilândia e *pacificar* o Elisa Maria, com a Operação Saturação, que ocupou o bairro com forças policiais, e com a Virada Social que ocupou o bairro com *Ações Integradas de Cidadania*. Tais ações se ancoraram no discurso de que ali era um dos bairros mais violentos do mundo e que os sentimentos de insegurança dos moradores deviam-se ao crime e aos homicídios a ele associados. A difusão do medo como política de controle social (BATISTA, 2003) e a sujeição criminal (MISSE, 2010) – como processo de subjetivação que produz a ligação causal dos traços de pobreza, baixa escolaridade, raça e criminalidade – conformam os modos pelos quais o controle do território se faz permanentemente, como um campo de concentração a céu aberto (AUGUSTO, 2013). Por sua vez, a rotulação de *bandido*, produzida *pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais* incide sobre a identidade pública e muitas vezes até íntima de um indivíduo, de forma tão reificada que restam poucos espaços para o sujeito negociar, manipular ou abandonar a estigmatização que lhe acarreta (MISSE, 2010, p. 17). No limite da sujeição criminal, “o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto” (MISSE, 2010, p. 21).

Nesse âmbito, trazemos à discussão a ideia de espaço ferido, que se produz no cruzamento entre território e práticas estatais (FERRÁNDIZ, 2002). Para Ferrándiz (2002), a partir da observação de crianças e adolescentes das favelas da Venezuela, os termos feridas e cicatrizes ganham uma conotação relevante. No caso, feridas e cicatrizes são marcadores de estilo e prestígio entre crianças em situação de rua em Caracas ou mesmo de práticas ritualísticas com feridas e imolações na Venezuela. O espaço ferido, como propõe Ferrándiz (2002), pretende pensar o espaço em múltiplas imbricações, como sociológica, geográfica, corpórea, simbólica e existencial, com qualidades ambíguas: ao mesmo tempo duro e vulnerável, tenso, mas cotidiano, articulado na periferia socioeconômica e nas sombras da pobreza, da criminalização, do estigma e da morte. As experiências que têm lugar no contexto de um espaço ferido não são redutíveis nem a explicações medicalizadas, nem a projeções de corte burocrático, nem a critérios de objetividade estatística: trata-se de um modo de estar no mundo traumático, que aparece por meio de detalhes fragmentados ou descontínuos, em experiências corporais sutis ou maciças, carregadas de intensidades emocionais ou de estados alterados de consciência, dificilmente comunicáveis em palavras.

A noção de *espaço ferido* permite compreender como a violência não se esgota no evento letal, mas permanece inscrita material e simbolicamente nos territórios onde ocorreu. Em seus estudos sobre exumações da Guerra Civil Espanhola, o autor demonstra que valas comuns, campos e povoados atravessados por massacres constituem paisagens densamente marcadas por silenciamento, luto suspenso e disputas de memória, de modo que o espaço passa a operar como arquivo sensível do trauma coletivo. Assim,

o conceito contribui para pensar a espacialização da violência e da memória como processos inseparáveis, nos quais o passado permanece ativo na configuração social e política do presente (FERRÁNDIZ, 2006).

De fato, as circunstâncias agudas da violência que incidem sobre os adolescentes devem nos fazer olhar os efeitos tangíveis da brutalidade cotidiana nesta perspectiva do trauma psicossocial e da espacialização da violência. O território da Praça e seu entorno conformam um espaço ferido que convoca a necessidade de pensarmos a posição situada geopoliticamente de crianças e adolescentes.

Agora sempre tem aquilo, tem sempre um que fala: “será que é tranquilo, será que vai acontecer alguma coisa?” Não tem mais aquela liberdade do lugar [...] querendo ou não, é um lugar muito vingado. À noite, tipo 21h, fica vazio. Esse era um horário que, antes [da chacina], o pessoal ficava, andava de skate, passeava. Uma coisa vingada é onde você não se sente muito bem. Toda hora tem movimento de polícia, toda hora tem alguém diferente olhando o ambiente; você não sabe o que vai acontecer. Não sabe se alguém vai chegar e vai matar todo mundo. Então é uma coisa muito vingada (AGUIAR, 2017, p. 27). (Moradora, preta, 19 anos).

Às vezes, os jovens estão na Praça conversando, remando, brincando e os policiais se aproximam e dizem que não vai ficar só em 10 jovens assassinados. Dez é a soma dos três jovens que foram assassinados na chacina de 2014 e mais sete assassinados em outra chacina ocorrida em 2007 (embora um tenha sobrevivido). O nome da Praça é uma homenagem a esses sete jovens. Esse número aí não vai parar só nos dez, não. É o que eles falam pra gente quando vêm aqui: vai chegar até os 45, 50 se possível. Ameaçam a gente falando isso. Tá entendendo? (AGUIAR, 2017, p. 24, notas de diário, 15.03.2016).

[...] eu saio à noite, sabe. Minha avó até brinca. Ela diz: “você vai na Praça que mataram e que deixam pra matar amanhã mais dez”? (AGUIAR, 2017, p. 24). (Moradora, preta, 19 anos)

Mas o coletivo da Praça, constituído em sua maioria por jovens, segue ocupando e cuidando da mesma. “Se para alguns moradores a Praça é o lugar do perigo, para outros, é o lugar que querem estar sustentado, “à unha”, por assim dizer” (AGUIAR, 2017, p. 25).

A nossa luta aqui é muito grande, porque assim como a gente tem a luta com os políticos, tem com os traficantes [...] eles quiseram fazer aqui ponto de tráfico, tentaram várias vezes [...] “Não pode fazer aqui mano”. Com quem eu tenho que debater eu vou debater; vamos lá, com os irmãos (AGUIAR, 2017, p. 25). (Morador, membro do Coletivo da Praça, preto, 26 anos).

Um acontecimento importante na Praça é o Samba do Bowl, evento cultural que acontece desde 2013 e que ganha destaque como um lugar de intensa troca cultural e artística. É também um espaço de sustentação de outros modos singulares de viver, de se juntar e de criar sentidos, de ter espaço para o lazer e a diversão.

Todo primeiro domingo do mês, no final da tarde, a Praça Sete Jovens reúne moradores e convidados de outras regiões da Brasilândia e de São Paulo para o Samba do Bowl. Com início geralmente marcado por uma referência aos jovens que foram chacinados e uma saudação aos vivos, a primeira hora é por conta do

“pessoal da casa”, dos músicos, poetas, artistas do Coletivo da Praça. Em seguida, são convidados a se apresentarem grupos musicais variados da região. Geralmente, enquanto acontece a música, ou a poesia, ou a performance, grafiteiros mostram o que fazem: grafitam a Praça, especialmente o bowl. Tudo isso acontece junto com as crianças que também ocupam este mesmo lugar durante o Samba. Já os skatistas estão por todos os lugares, menos dentro do bowl que, neste dia, é o palco do Samba. O Samba acontece dentro do bowl. Ali, onde o imaginário de alguns marcou como “o espaço da droga”, “espaço do perigo”. Deste lugar, esse coletivo não abre mão. É o Samba do Bowl, que às vezes se escreve: sambadobowl. O público do Samba fica na pista de skate e gira em torno de 20, podendo chegar a 60 pessoas. [...] O som atinge a todos, inclusive os moradores que não descem do morro. [...] Contudo, segundo os organizadores, uma mudança quanto a esse modo de ver a Praça e seus frequentadores se operou em função da chacina ocorrida em 16 de abril de 2014, próximo à pista de skate. Para a grande maioria das pessoas do distrito, o Samba começou depois desta chacina e por causa dela, sendo que, de fato, ele acontece desde 2013. Mas, o Samba do Bowl foi fundamental para manter a ocupação da Praça depois da chacina. É curioso que algumas pessoas acreditam que os jovens foram chacinados dentro do bowl e que é por isso que o Samba acontece ali. É um modo de falar que, se por um lado, reforça o “espaço do perigoso” e afasta o público, por outro, marca o Samba como um espaço de resistência da juventude local (AGUIAR, 2017, p. 67-68).

[...] antes de acontecer a chacina dos jovens [2014], a comunidade ao redor não dava valor para as atividades que a gente fazia aqui. Não valorizavam, nos chamavam de moleques doidos [drogados]. Depois que mataram os meninos, a comunidade abraçou a gente: “meu, só vocês mesmo! Então tudo o que vocês precisarem podem contar com a gente”. Faz uns dois anos que a comunidade vem fechando com a gente [...] A gente conquistou esse respeito com a comunidade que já estava desacreditada desse espaço: onde tinha morrido muita gente [...] (AGUIAR, 2017, p. 27). (Morador, membro do Coletivo da Praça, preto, 26 anos)

O sambadobowl (também grifado assim pelos jovens) é um dispositivo territorial coletivo de pertencimento que engaja luta, memória e cuidado. Configuram-se, assim, redes vivas para fazer frente aos espaços feridos. A produção de redes pode operar de forma *aquecida* e *viva* ou de forma *mortificada* e *fria*, conforme proposto por Merhy et al. (2014), em alusão ao conceito de *trabalho morto*, entendido como trabalho instrumental, em contraste com o *trabalho vivo*, que se refere ao trabalho em ato (MERHY; FRANCO, 2003). Para Merhy et al (2014), o cuidado em saúde não se organiza apenas por estruturas formais (serviços, protocolos, níveis de atenção), mas por conexões reais que se constroem e reinventam continuamente, sendo produzidas no cotidiano entre trabalhadores, usuários, saberes e instituições, o que conforma as *redes vivas*. Tais redes vivas possibilitam o surgimento de um pensar-agir que, diante do caos ou da complexidade social, encontra uma resposta criativa e própria para aquele fenômeno que se vive (SAIDÓN, 1995).

Ao lado do sambadobowl, acompanhamos a multiplicidade do território da Brasilândia em suas muitas invenções, como o Sarau da Brasa, o Cinescadão e o Kilombrasa (DAVID, 2023), que também forjam a produção de redes vivas. O Kilombrasa é um movimento/coletivo antirracista surgido no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil da Brasilândia, que busca discutir relações raciais no campo da saúde coletiva, fortalecer a identidade e o pertencimento de usuários e trabalhadores pretos e articular

saúde mental, território e luta antimanicomial. O Kilombrasa compôs o movimento AquilombaSUS, entendido como um saber-fazer ético-político libertário, alternativo às organizações sociais racistas e desiguais, inspirado nos quilombos como matrizes de um método da diáspora africana no Brasil, que foi sendo, ao longo dos séculos, exercido em outros espaços e territórios de resistência coletiva, tornando-se ideia-força ou metáfora de liberdade (SOUZA; DAVID; PASSOS, 2025).

Se foi na América Latina que a noção de vidas *descartáveis* para se referir aos meninos do tráfico na Colômbia se colocou, foi também a América Latina que chamou atenção para pensar as adolescências da periferia global em sua potência de invenção de mundos e modos de reexistência (MARTÍN-BARBERO, 2008), pela produção cultural, pelas sistemáticas experiências corporais e de performances no espaço público que encurtam a distância entre a demanda por direitos e a sua prática (ARCE, 1999). Nesse caso, há um deslocamento que opera a passagem do estigma para o emblema (REGUILLO CRUZ, 1995), invertendo as qualificações negativas que lhes foram imputadas, tal como vemos também no Brasil, na forma do orgulho da periferia, afirmando-a como dimensão existencial.

Destacamos marcações epistemológicas importantes em relação ao Sul Global. Embora Martín-Barbero (2008) utilize o mesmo termo que Walsh (2014), *reexistência*, o conceito não é equivalente para ambos. De um modo geral, podemos afirmar que Martín-Barbero (2008) associa o conceito a uma concepção que redireciona e inventa novas formas de vida, especialmente através da ressignificação da própria história dos sujeitos, envolvendo o uso de elementos culturais ou artísticos, como a música, rap, redes sociais, entre outros. Nessa perspectiva, os sujeitos não são passivos consumidores de bens culturais, como a música, por exemplo, mas a utilizam como uma ferramenta para ressignificar suas dores, suas histórias, suas vidas. Assim, eles não apenas resistem: eles reexistem, já que criam e inventam outros sentidos para seus enfrentamentos. Dessa forma, essas reexistências se tornam visíveis e criam estratégias para viver de forma que saem de posições estigmatizadas; tais estratégias são formas de expressões culturais, mas também psíquicas, já que são promotoras de saúde mental.

Por outro lado, se pensarmos na acepção de Walsh (2014), pesquisadora radicada no Equador, entendemos a reexistência como mais fortemente associada à reconstrução daquilo que foi destituído pelos dispositivos coloniais. Inicialmente, a autora aprofunda esse conceito, cunhado por Adolfo Achinte, no qual o autor aborda a reexistência a partir do uso de dispositivos que os sujeitos criam para inventar o cotidiano e dar sentido à vida, como ferramenta para combater a violência que os nega. Walsh (2014), por sua vez, entende a reexistência como uma pedagogia, na qual o sujeito precisa desaprender os valores colonialistas e inventar novas possibilidades, inclusive outras formas de inteligibilidade para conhecer a si e o mundo em que se situa, já que grande parte desse conhecimento foi forjada por uma epistemologia colonizadora. A pedagogia decolonial que a autora defende sustenta-se em um processo simultâneo que envolve o desaprender a herança colonial e criar uma insurgência que produza caminhos, inventando a vida onde estavam presentes elementos mortificadores. Em suas palavras: “pedagogias como prácticas insurgentes que agrietan la modernidad/colonialidad y hacen posible maneras muy otras de ser, estar, pensar, saber” (WALSH, 2014, p. 19). É importante ressaltar que o foco da autora não é apenas individual, mas coletivo, referindo-se a grupos destituídos pelo saber colonizador. Na perspectiva de Walsh (2014), a reexistência dá sentido a uma luta simultânea: luta-se contra o colonialismo e luta-se para criar algo novo. Essa duplicidade política do combate acarreta efeitos importantes sobre o sujeito: se por um lado o sujeito se liberta das correntes coloniais, por outro, reposiciona-se criticamente, possibilitando um outro olhar sobre si e sobre os outros.

Em diferentes trabalhos nos quais pensamos a adolescência e a conflitualidade social, temos insistido na leitura de que a desigualdade social brasileira tem feito de adolescentes e jovens – e mais especificamente os pobres, pretos e periféricos – não apenas objeto sistemático de violações de direitos, mas as principais vítimas de uma guerra não assumida pelo poder público, que se incrementa com a *guerra às drogas* e a letalidade policial, sob o argumento da responsabilização dos jovens pela violência e pela criminalidade (e, por extensão, pela deslegitimação de tudo que pareça rebeldia, desobediência ou conflito afetando a experiência de crianças e adolescentes). Tal movimento transforma especialmente adolescentes e jovens em alvo privilegiado da cristalização dos temores que atravessam o conjunto da sociedade, em razão do suposto incremento das inseguranças social e civil; produz práticas de fixação dos adolescentes e jovens a espaços de exclusão e de controle em função da radicalização da política punitiva e das políticas de prevenção que reificam as áreas pobres como locais de perigo, de crime e de carência; configura uma estratégia de poder que lança setores da adolescência e da juventude na condição de *intratáveis*. Ressaltamos que a desigualdade que afeta essas crianças, adolescentes e jovens, como aponta Batista (2012), é uma permanência ancorada no genocídio colonizador e na escravidão africana, pois vivemos uma construção subjetiva de longa duração de uma mentalidade apartadora e escravocrata que exige também a ruptura com as atualizações dos medos escravistas e autocolonialistas. Trata-se, assim, de violências transgeracionais e da necessária articulação da saúde mental à reparação dos efeitos da escravidão, tendo como foco principal crianças e adolescentes pretos.

Quanto a esse aspecto, podemos aproximar a ideia de reparação da noção de injustiça epistêmica proposta por Fricker (2007). Para a autora, certos sujeitos são percebidos, a priori, pelo sistema de justiça, por outras instituições e pela própria sociedade a partir de um déficit de credibilidade. Isso significa que antes mesmo que esse sujeito se manifeste, o que ele vier a dizer será tomado como uma informação sem importância, errônea ou falha. Seus relatos serão desqualificados e considerados irrelevantes ou inexatos devido a preconceitos identitários – seja pela cor da pele, pelo histórico infracional, pela condição de pobreza ou baixa escolaridade, por exemplo. Em outras palavras, o sujeito não é percebido como um sujeito de conhecimento legítimo (FRICKER, 2007). Essa concepção é pertinente, pois indica uma falha na dimensão ética da escuta que, ao marginalizar certas camadas da população, culmina na violação de direitos e obstaculiza o acesso a serviços essenciais a populações marginalizadas, impedindo o exercício de sua cidadania.

Contudo, vale ressaltar que a ideia de reparação ultrapassa a noção de injustiça epistemológica de Fricker (2007), pois não se trata apenas de um descrédito em relação ao sujeito que enuncia. Em uma perspectiva pós-colonialista, afirmamos que não se trata apenas de uma falha ética da escuta institucional, mas de uma operação que é parte estrutural da lógica colonial. Segundo Fricker (2007), a injustiça epistemológica ocorre porque faltam conceitos coletivos que não se conectam aos sujeitos em questão; os estudos pós-coloniais fazem uma crítica mais contundente ao propor que esses conceitos foram destruídos (WALSH, 2009). Nesse caso, torna-se necessária a criação de dispositivos de reexistência, para que as reparações possam efetivamente acontecer na vida desses sujeitos marginalizados. Retomaremos essa questão mais à frente no texto.

Movimentos de mães e familiares de adolescentes e jovens mortos por agentes do Estado têm protagonizado uma luta pelo direito ao cuidado e ao reconhecimento dos danos específicos desta violência. No projeto de extensão que temos desenvolvido desde 2020 até o presente, relativo à escrita de livros com mães de jovens assassinados, ouvimos de várias participantes as perguntas: *“como vou contar o que aconteceu aos filhos mais novos ou ainda aos netos, já que alguns destes jovens – majoritariamente homens pretos – também eram pais?”*; *“como vou cuidar dos impactos psicológicos desta dor sobre as crianças? Como contar sem produzir novos traumas?”*; *“Seria o silêncio um modo de cuidar ou é parte da estratégia de silenciamento produzida pelo Estado?”*; *“Não sabia que minhas filhas sofriam tanto!”* (depois de escutarem finalmente os filhos numa das atividades em que propusemos ampliar para crianças e adolescentes a participação nas oficinas de escrita). *“Esses brutos querem destruir e distanciar nossa família pelo silêncio”* (VICENTIN, diários de campo). Mas ouvimos também a afirmação de que é crucial contar o que se passou com os filhos para outras gerações, vencendo o silenciamento e os desmentidos. Contar essas histórias é, portanto, um trabalho vital de reparação e produção de memória que só se faz interrogando as modalidades de poder que engendram tal violência. Neste sentido, a produção de saúde mental está totalmente articulada com a luta por memória, justiça e reparação (AGUIAR., 2021).

Como nos ensina Butler (2019), certas mortes são menos dignas de revolta, reconhecimento público e luto. Os espetáculos do sofrimento e o reconhecimento da dor do outro como problema moral têm uma longa história. No caso do Brasil, o trabalho de Caldeira (2000) é uma referência importante ao articular segregação socioespacial, discurso do crime, produção de dor e herança escravocrata. Nas duas últimas décadas, um significativo conjunto de trabalhos, atravessados por uma leitura interseccional, tem trazido pistas para pensar uma política do cuidado em diálogo com a noção de necropolítica de Mbembe (2018), que se assenta também na noção de *“fantasia de aniquilamento”* (MBEMBE, 2020, p. 106). Ou seja, aquela situação na qual as forças sociais concebem a política como uma luta até a morte contra inimigos incondicionais, sem a possibilidade de reconhecimento mútuo e muito menos de reconciliação. Esse ponto é importante ressaltar porque, a partir do trabalho de Fanon (2022), vemos um íntimo entrelaçamento entre doença mental e epidermização do sofrimento, marcado pela questão da ideia de inferioridade racial produzida pelo colonialismo. Essa modalidade de sofrimento tem raízes profundas em uma sociedade na qual perdurou a escravidão – no caso do Brasil – por mais de trezentos anos.

Na experiência de viver permanentemente com a *angústia do aniquilamento* (MBEMBE, 2020), não é apenas a relação com o território que está em jogo, mas o desenho de uma certa cronopolítica. A partir dessa experiência, perguntamos: não estaríamos diante de uma intensificação da potência da vida por estes adolescentes, de uma forma diferente de operar o tempo, para a qual as políticas de cuidado precisam colocar atenção? Queremos destacar aqui a perspectiva temporal-intensiva que percorre a vida dos adolescentes e jovens nos contextos periféricos, sem perder de vista essa singular inscrição histórica e territorial.

Os estudos que abordam os processos de subjetivação de crianças e adolescentes em contextos periféricos circunscrevem, ao lado dos processos de sujeição criminal e de acumulação social da violência, os de fugitividade e de intensificação da vida, como viver a mais perigosa das vidas (VICENTIN, 2005), a intensificação da vida como *vida loka*

(MALVASI, 2012) e vida manifestante (SARDINHA, 2021). Já identificávamos, no final dos anos 1990, no contexto das rebeliões no sistema Febem-São Paulo, o poder dos adolescentes de inventarem-se a si mesmos numa linha de fuga em relação às lógicas tana-topolíticas, forjando um modo de viver na mais perigosa e intensa das vidas, transformando o limiar entre vida e morte em que viviam num modo intenso de subjetivação: uma combinação paradoxal de vida e morte, de utopia e limite, de projeto e finitude, entre a insubordinação e a captura institucional (VICENTIN, 2005). Se acrescentarmos a essa reflexão a angústia de aniquilamento (MBEMBE, 2020), entendemos que essa intensidade do modo de viver no fio da navalha em que os jovens estão imersos implica uma subjetividade na qual o apagamento biográfico e biológico é uma ameaça iminente e urgente. A exposição permanente ao risco e a descartabilidade de suas vidas indicam um horizonte em que a morte é presença constante. Uma vida experienciada nessas circunstâncias afeta diretamente a saúde mental desses jovens. Mais do que uma busca por bem-estar, os jovens desejam, por meio da intensidade, uma expressão que grita diante de um sistema que opera na lógica do descarte.

Numa densa etnografia sobre jovens em cumprimento de medida socioeducativa, Malvasi (2012) mostra que a expressão nativa *vida loka* constitui uma categoria moral, narrativa e analítica que organiza a experiência juvenil nas periferias urbanas. Longe de designar apenas uma vida marcada pelo perigo ou pelo crime, o termo opera como uma gramática interpretativa por meio da qual os jovens elaboram trajetórias atravessadas por precariedade, violência, circulação entre instituições estatais, mercados ilegais, e expectativas incertas de futuro. A *vida loka* é, assim, descrição de uma condição social, dispositivo de produção de identidade e linguagem de reflexão sobre o valor da vida, permitindo compreender como sujeitos periféricos constroem sentidos para suas experiências em contextos de vulnerabilização estrutural (MALVASI, 2012).

Ao escutar as mães, irmãs e irmãos das vítimas da violência letal, ao lado do persistente silêncio como efeito do traumático ou ainda daqueles que se punham em luta com as mães e outros familiares, ouvimos as perguntas de algumas quanto ao gosto dos adolescentes pela *vida veloz e furiosa* — alusão ao nome de uma série de filmes que era do gosto generalizado dos filhos, essas vidas-lokas. Os modos de subjetivação em contextos de espaços feridos e de angústia de aniquilamento demandam também respostas à altura da potência de reexistência, no sentido da intensificação da vida. Se as redes vivas constituem sustentação coletiva da reexistência, os modos de operar a política pública também devem estar atentos aos efeitos do tempo.

A dimensão temporal do agir da política pública e os efeitos do tempo produzidos pelos circuitos institucionais – com suas paradas, imobilidades, inércias, transinstitucionalização; velocidades, fluxos e paradas como modo de gestão das vidas – afetam a vida das crianças, demandando outra cronopolítica (VIRILIO, 1996). Este autor forja o conceito de cronopolítica para se referir ao governo do tempo e da vida exercido pela primazia da velocidade, que atua diretamente nas temporalidades vigentes, tendendo a abolir a própria ideia de duração. Na visão de Virilio (1996), seria preciso um outro regime de temporalidade, reiterando que não bastaria uma política do espaço, mas sim forjar uma política do tempo, uma cronopolítica que desafiasse o modelo dominante de controle temporal e que restituísse ao homem sua condição de habitante do tempo. Nesse aspecto, a ideia de intensidade, ou seja, a afirmação da vida jovem que urge, precisa ser levada em conta como um *modus operandi* de viver que se impõe para resistir e reexistir diante de uma lógica aniquiladora.

Ao acompanhar adolescentes em contextos periféricos na Zona Sul de São Paulo em cumprimento de medida socioeducativa, Sardinha (2021) desenvolveu um debate sobre futuridade e projetividade, colocando a necessidade de outra formulação para o tempo. Ela argumenta que as políticas socioeducativas dirigidas aos adolescentes operam majoritariamente segundo um tempo projetivo, orientado para o futuro. Esse tempo aparece na exigência de planejamento, metas, cronogramas e na construção de um *projeto de vida*, pressuposto como caminho linear de desenvolvimento e de preparação para um futuro considerado desejável e normativo. O tempo institucional – burocrático, lento, normativo – entra em choque com o tempo vivido da adolescência, marcado por urgências materiais, improvisação, criatividade e acontecimentos intensivos. Os adolescentes que discutiam sua dificuldade de elaborar projetos e pediam para fazer um projeto *manifestante* deram a chave de outro regime temporal. Diferente do projetivo, o manifestante afirma o tempo do acontecimento, da criação situada e do fazer coletivo no presente. Esse tempo não é linear nem acumulativo, mas aberto, contingente e atravessado por forças sociais e políticas. Ele surge como resposta às violências, aos vazios institucionais e às vulnerabilizações. Sardinha (2021) evoca a figura da encruzilhada – evocada simbolicamente por Exu. Essa figura ressoa no encontro de tempos em diálogo com Sodré (2017), que salienta que a percepção da temporalidade foi construída a partir de uma lógica da filosofia ocidental, na qual o presente já nasce velho, carregado pelo que passou, transitando em movimento infinito, linear, contínuo e quantificável, trazendo ainda uma tripartição da percepção temporal – presente, passado e futuro –, causando uma divisão entre tempo e espaço, como se não fossem convergentes e conviventes.

Ainda na leitura de Sardinha (2021), a tradição nagô oferece uma contraproposta ontológica por meio das figuras de Exu e Orunmilá, nas quais o tempo se funda na ação e no acontecimento. O aforismo *Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje* expressa essa concepção: o tempo não é linear nem dado, mas constituído performativamente. Assim, Exu não apenas habita o tempo, mas o inventa, instaurando uma temporalidade coexistente e processual, capaz de reconfigurar o já posto. Nessa perspectiva, como sugere Sodré (2017), o tempo deixa de ser sequência e passa a ser potência constitutiva do acontecimento.

Considerações finais

Entendemos a ideia de reparação e reexistência como estratégias para produção de saúde mental para esses jovens e para suas comunidades. A reparação implica, como já sinalizado anteriormente, a devolução para o sujeito reencontrar a humanidade que lhe foi negada pelos dispositivos da violência colonial e estatal. Nesse aspecto, o exercício da memória, as narrativas das mães que perderam seus filhos, o uso do espaço público da praça pela comunidade podem ser considerados táticas que buscam viabilizar, ainda que incipientemente, um território para o cuidado. Desse modo, podemos entrelaçar cuidado, memória e reparação como dispositivos que buscam promover saúde mental. Para além disso, falamos de uma saúde mental que se conjuga com o território, com as redes-vivas e com a busca pelo reconhecimento social da vida dos sujeitos em questão. A reparação implica necessariamente na cessação da produção de morte e da lógica pela sobrevivência, para justamente fomentar a produção de vida.

A reexistência, recordamos, imbrica-se diretamente com a ideia de reparação, sendo entendida como um efeito desta. Ou seja, a reexistência refere-se ao processo pelo qual os jovens, a partir de suas experiências intensivas, afirmam suas subjetividades diante dos espaços feridos, apropriando-se de sua potência política e de seu direito ao futuro, produzindo outra cronopolítica.

Salientamos que a junção dessas duas ferramentas, reparação e reexistência, para a promoção de saúde, não indica um estado mental ou psicológico, mas um ato de afirmação da vida. E afirmar a vida, nesse sentido, implica um ato político que marca a defesa de existências e de experiências que se situam, simultaneamente, em termos da individualidade do sujeito, mas também do seu pertencimento ao coletivo. Em suma, a saúde mental infanto-juvenil emerge de um operar que transita por entre fissuras e brechas proporcionadas pela costura desses rasgos territoriais, convertendo o espaço de produção de morte em um espaço de cuidado, de proteção e afirmação de direitos e da construção do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, C. C. T. **A Praça Sete Jovens**: produções de modos de vida e de mortes. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- AGUIAR, C. C. T. **Quando morre um filho, morre também uma mãe**: violência de Estado e descolonização. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ARCE, J. M. V. **Vida de barro duro**: cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- ASSUMPÇÃO, R. P. S. et al. A violência de Estado e a busca pelo acesso à justiça: uma análise a partir das narrativas dos familiares das vítimas dos crimes de maio de 2006 ocorridos na Baixada Santista, São Paulo. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 27, p. 135-152, jul. 2018.
- AUGUSTO, A. **Política e polícia**: cuidados, controles e penalização de jovens. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.
- BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BATISTA, V. M. (Org.). Adesão subjetiva à barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 313-319.
- BLIKSTEIN, F. **Destinos de crianças**: estudo sobre as internações de crianças e adolescentes em hospital público psiquiátrico. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.216, de 6 abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 737, de 16 de maio de 2001. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. **Diário Oficial da União**: seção 1E, Brasília, DF, n. 96, 9 maio 2001b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional do Ministério Público. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS**: tecendo redes para garantir direitos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CALDEIRA, T. P. DO R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp; Editora 34, 2000.
- DAVID, E. C. **Aquilombamento da saúde mental**: cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil. São Paulo: Hucitec, 2023. (Coleção Diálogos da Diáspora, v. 23).
- DELGADO, P. G. Violência e saúde mental: os termos do debate. **O Social em Questão**, ano XV, n. 28, p. 187-198, 2012.

- FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FERRÁNDIZ, F. Malandros. Espacios de trauma, estigma y peligro entre jóvenes venezolanos. In: FEIXA, C; MOLINA, F.; ALSINET, C. (Coords.). **Movimientos juveniles em America Latina**: pachucos, malandros, punketas. Barcelona: Ariel España, 2002.
- FERRÁNDIZ, F. The return of Civil War ghosts: the ethnography of exhumations in contemporary Spain. **Anthropology Today**, v. 22, n. 3, p. 7-13, jun. 2006. Disponível em: <<https://scispace.com/pdf/the-return-of-civil-war-ghosts-the-ethnography-of-2j8mponmed.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- FRICKER, M. **Epistemic Injustice**: Power and the Ethics of Knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- JOIA, J. H. **As tóxicas tramas da abstinência**: compulsoriedades nas interações psiquiátricas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MALVASI, P. **Vida loka**: circulação, violência e processos de subjetivação entre jovens das periferias de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2012.
- MARTÍN-BARBERO, J. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, S.; FREIRE FILHO, J. (Org.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: EDUC, 2008. p. 9-32.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1 edições, 2020.
- MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. Por uma composição técnica do trabalho centrada no campo relacional e nas tecnologias leves. Apontando mudanças para os modelos tecno-assistenciais. **Saúde em Debate**, v. 27, n. 65, p. 316-323, set./dez. 2003. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/05/676242/v27-n65-setdez-2003-12a-conferencia-nacional-de-saude-sergio-ar_DGKxlyw.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- MERHY, E. E. et al. Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. **Revista Divulgação em Saúde para Debate**: Redes de Atenção à Saúde — construindo o cuidado integral, n. 52, p. 153-164, out. 2014. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Divulgacao-52.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 1, p. 8-19, 2008.
- MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/?format=pdf&lang=pt>
- MISSE, M. (Comentários Sobre) O Enigma da Acumulação Social da Violência no Brasil. **JIED – Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p.1-7, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.32>.

- PAIVA, V. et al. A sexualidade de adolescentes vivendo com HIV: direitos e desafios para o cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 10, p. 4199-4210, out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001100025>.
- REGUILLO CRUZ, R. **En la calle otra vez**: las bandas juveniles. Identidad urbana y usos de la comunicación. Guadalajara: ITESO, 1991.
- SAIDÓN, O. Las redes: pensar de otro modo. In: DABAS, E.; NAJMANOVICH, D. (Orgs.). **Redes**: El lenguaje de los vínculos. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil. Buenos Aires: Paidós, 1995. p. 203-207.
- SARDINHA, Y. C. **Do projeto ao manifestante**: socioeducação, projeto de vida e intensidades adolescentes. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- SCISLESKI, A. C. D. et al. Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 505-515, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>.
- SCISLESKI, A.; MARASCHIN, C. Internação psiquiátrica e ordem judicial: saberes e poderes sobre adolescentes usuários de drogas ilícitas. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 3, p. 457-465, jul. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000300006>.
- SODRÉ, M. **Pensar nagô**: a experiência do tempo. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SOUZA, T. DE P.; DAVID, E. DE C.; PASSOS, R. G. AquilombaSUS: ancestralidade e tecnologia relacional de produção de saúde. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 37, e65998, jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/2025/v37/65998>.
- TAÑO, B. L.; SPINK, M. J. P.; VICENTIN, M. C. G. Crianças-resíduos: trajetórias transinstitucionais de crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional. **Psicologia USP**, v. 36, e240011, 2025. DOI: 10.1590/0103-6564e240011.
- VICENTIN, M. C. G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec, 2005.
- VICENTIN, M. C. G. **Diário do projeto de pesquisa e extensão**: Impactos psicossociais da violência de estado. São Paulo, PUC-SP, 2020-2022. Notas de campo.
- VICENTIN, M. C. G.; AGUIAR, C. T.; CARREIRO, L. F. Pistas para as políticas de saúde mental como políticas de reparação no caso da violência letal de jovens por agentes do estado. **Cadernos da Defensoria Pública de São Paulo**, 2024, 9, p. 200-215.
- VIRILIO, P. **Velocidade e política**: ensaio de dromologia. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.
- WALSH, C. **Lo pedagógico y lo decolonial**: entretejiendo caminos. Querétaro, México: Colectivo de Docentes, 2014.

Resumo A partir de elementos empíricos de contextos periféricos da cidade de São Paulo, caracterizados pela acumulação social da violência – que culmina em eventos críticos, como a morte ou a ameaça de morte de crianças e adolescentes por ações policiais ou de milícias –, formulamos duas pistas para pensar-agir na política de atenção psicossocial: uma relativa ao regime do espaço, que enfatiza as redes vivas frente aos espaços feridos; e outra relativa ao regime do tempo, que se refere à cronopolítica intensiva. Tais pistas se ancoram na compreensão dos impactos psicossociais que atingem famílias, comunidades e territórios de forma sistemática e reiterada, e pretendem estar à altura dos singulares danos produzidos pela violência de Estado, caracterizados por serem exercidos por aqueles de quem se espera proteção.

Palavras-chave: violência, saúde mental, crianças, adolescentes.

Pistas sobre salud mental infantojuvenil en contextos de acumulación social de la violencia

Resumen A partir de elementos empíricos de contextos periféricos de la ciudad de São Paulo caracterizados por la acumulación social de la violencia que culminan en eventos críticos – en la muerte o en la amenaza de muerte de niños, niñas y adolescentes por la violencia policial o de milicias –, formulamos dos pistas para el pensar-actuar en la política de atención psicossocial: una, respecto al régimen del espacio: redes vivas frente a los espacios heridos; y otra, respecto al régimen del tiempo: cronopolítica intensiva. Tales pistas se anclan en la comprensión de los impactos psicossociales que afectan a familias, comunidades y territorios de forma sistemática y reiterada, y pretenden estar a la altura de los singulares daños producidos por la violencia de Estado, que se caracterizan por ser ejercidos por aquellos de quienes se espera protección.

Palabras clave: violencia, salud mental, niños, niñas y adolescentes.

Clues for child and adolescent mental health in contexts of social accumulation of violence

Abstract Drawing on empirical elements from peripheral contexts in the city of São Paulo – characterised by the social accumulation of violence that culminates in critical events, namely the death or threat of death of children and adolescents through police or militia violence – we formulate two clues for thinking-acting within psychosocial care policy. The first concerns the regime of space: living networks versus wounded spaces; the second concerns the regime of time: intensive chronopolitics. These clues are anchored in an understanding of the psychosocial impacts that systematically and repeatedly affect families, communities, and territories. They aim to be commensurate with the singular harms produced by State violence, which is characterised by being perpetrated by those from whom protection is expected.

Keywords: violence, mental health, children, adolescents.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/02/2026

DATA DE APROVAÇÃO: 23/03/2026



Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Professora doutora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP, onde coordena o Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, São Paulo, Brasil. Bolsista produtividade CNPq. Pesquisa as interfaces saúde mental, justiça e direitos humanos, com foco em crianças e adolescentes.

E-mail: cristinavicentin@usp.br



Andrea Scisleski

Doutora em Psicologia com mais de dez anos de experiência acadêmica. Sua carreira foca na interseção entre Psicologia Social, Criminologia e Direitos Humanos, com ênfase na análise de instituições carcerárias e delinquência juvenil. Pesquisadora Autônoma, Brighton, Reino Unido.

E-mail: andrea.scisleski@gmail.com



Narrativas das tramas do cuidado: dispositivo grupal psicanalítico para adolescentes expostos à violência armada

Bruno Waldman Gomes

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

<https://orcid.org/0009-0001-1187-8850>

Rosana Teresa Onocko-Campos

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-0469-5447>

Erotildes Maria Leal

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-8468-4571>

Introdução

Adolescer não é uma experiência única. No Brasil, essas experiências ganham outras dimensões, as possibilidades de adolescer atravessam um campo de desigualdades. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006) instituiu o paradigma da proteção integral, mas a experiência concreta da adolescência brasileira evidencia os limites e a insuficiência na garantia de direitos dessas pessoas nesse momento especial do desenvolvimento. O território onde se cresce marca não apenas as trajetórias possíveis, mas as próprias condições de permanecer se desenvolvendo.

Em 2019, a pobreza multidimensional atingia 32 milhões de adolescentes e crianças, por volta de 63% da população de até 17 anos. O conceito, que considera variáveis como alimentação, educação, renda, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação, permite compreender um cenário que se agravou no período pós-pandêmico (SEN, 2010; UNICEF, 2023).

O contexto não é mero pano de fundo, mas parte da engrenagem que produz violência armada nos territórios periféricos. Distinta de outras violências urbanas, a violência armada é o uso generalizado de armas de fogo que, mesmo sem configurar guerra formal, produz impactos equivalentes em civis. O Brasil é caso paradigmático, onde grupos criminosos usam armas para controle territorial, realidade inseparável da repressão seletiva estatal (CAVALCANTE et al., 2022; HAMANN-NIELEBOCK; CARVALHO, 2008).

O que caracteriza esses territórios não é apenas a carência material, mas especialmente um padrão histórico de desinvestimento estatal na garantia de direitos básicos. Como apontam Costa, Baptista e Cunha (2022), não há suposta vocação para a violência, mas há a repercussão da ausência sistemática de investimentos de políticas públicas e de garantia de direitos. Se o Estado chega, o faz pela via policial, da repressão, e não da proteção. É o que as autoras chamam de presença seletiva: ausente na garantia de direitos, presente no controle e na punição.

É nesse solo que a violência armada incide, atingindo de forma maciça os adolescentes das periferias. Os dados epidemiológicos demonstram a letalidade que os atravessa, mas também convocam a pensar para além dela: que marcas a exposição continuada à violência armada inscreve nos corpos e nas subjetividades de quem permanece nesses territórios? Que efeitos produz no cotidiano e na possibilidade de projetar o futuro?

A partir dessas questões, o presente artigo se organiza como um ensaio teórico-clínico que traça seu percurso pelo levantamento de literatura e documentos oficiais, como o Atlas da Violência 2025 (CERQUEIRA; BUENO, 2025) e o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025), para situar os dados de morbimortalidade e a seletividade racial que fundamentam a lógica da necropolítica (MBEMBE, 2018). Os relatórios da Redes da Maré (2023) e da Redes da Maré em conjunto com o UNICEF (2025) documentam como a violência armada produz o fechamento de serviços essenciais e o cerceamento da educação, impactando diretamente a saúde e o espaço doméstico de adolescentes.

Ao territorializar essa realidade no Distrito Norte de Campinas e na experiência do Serviço Liame, articula-se a falha ambiental e a tendência antissocial (WINNICOTT, 1999) à falência da “função adulto” e à privação institucional (ONOCKO-CAMPOS, 2018, 2024), processos que operam o encurtamento da infância e o desamparo inscrito nos corpos

(BIRMAN, 2005, 2014). Tomando as narrativas de Hadassa e Soledad¹ como material clínico, interrogam-se os efeitos subjetivos da violência e a potência do grupo como envelope psíquico (BENGHOZI, 2010; KAËS, 1997). Nesse dispositivo, o grupo, ao ocupar o lugar de testemunha (FERENCZI, 1928; GONDAR; ANTONELLO, 2016), viabiliza o reconhecimento de traumas e a reconstrução de laços rompidos pelo cenário de violência.

A violência armada e a produção de morte dos adolescentes: o que os dados revelam?

Os dados do Atlas da Violência 2025 (CERQUEIRA; BUENO, 2025) e do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025) contribuem para a compreensão de como e quais juventudes são atravessadas pela violência armada. O que eles revelam é um padrão que se mantém e se agrava, atualizando evidências produzidas pelo Índice de Homicídios na Adolescência (MELO; CANO, 2012): a maior exposição de adolescentes de territórios periféricos ao risco de homicídio antes dos 19 anos.

A morte violenta é a principal causa de óbito entre jovens de 15 a 29 anos, concentrando 47,8% dos homicídios em 2023, em média 60 jovens por dia (CERQUEIRA; BUENO, 2025). Em 2024, enquanto a taxa geral de Mortes Violentas Intencionais caiu 5,4%, a de adolescentes (12 a 17 anos) cresceu 4,2% (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). O descompasso indica falha que é, sobretudo, ambiental. O Estado, que deveria funcionar como continente, produz desamparo justamente onde a proteção deveria ser garantida.

A arma de fogo é o instrumento predominante dessas violências. Em 2024, respondeu por 87,3% das mortes violentas de adolescentes de 12 a 17 anos. Entre os jovens de 15 a 19 anos, o percentual chega a 83,9% (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). O Estado aparece nos dados como parte expressiva desse quadro. As mortes decorrentes de intervenção policial entre adolescentes de 12 a 17 anos cresceram 15,7% entre 2023 e 2024. Hoje, uma a cada cinco mortes violentas de adolescentes no Brasil, 19,2%, é causada por policiais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Os números também indicam quais corpos estão na mira. Em 2024, 85,1% dos adolescentes mortos violentamente no país eram negros (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Nas mortes por intervenção policial, a proporção de negros chega a 82% (CERQUEIRA; BUENO, 2025). O local das mortes confirma a exposição: 64,3% dos adolescentes são assassinados em via pública. A rua passa a representar um cenário de risco letal (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Se a letalidade atinge majoritariamente meninos negros, é preciso interrogar o que se passa com as meninas. Quando atingidas pela violência letal, a maioria das mortes de meninas de 10 a 19 anos também é por arma de fogo (UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). A violência armada as alcança também por outras vias: são particularmente vulneráveis à violência psicológica e moral com emprego de armas de fogo, e nos territórios conflagrados sofrem com invasões domiciliares e assédio sexual durante operações policiais. Entre as adolescentes, a vitimização é ainda mais

1 Nomes fictícios, utilizados para preservar o anonimato das participantes.

expressiva entre as meninas negras, que são 80% das vítimas nesse grupo etário. Quando a escola fecha e o posto de saúde paralisa em dias de confronto, é sobre elas que recai a sobrecarga do cuidado de familiares. A mesma operação que mata um irmão, amigo ou colega na rua produz, no espaço doméstico, medo, silenciamento e violência praticada também por agentes do Estado (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2025; REDES DA MARÉ, 2023).

Esses mesmos territórios, todavia, são habitados e vivos. Os jovens que aí vivem não se reduzem ao cenário dos números apresentados acima. Embora a privação e escassez sejam marcas importantes, há também nesses territórios produção de vida, invenção, resistência e disputa. Mesmo em situações críticas, os jovens produzem criativamente estratégias de sobrevivência psíquica e social (BROIDE, 2006; FELTRAN, 2011). Torossian (2019), apoiada em Milton Santos, lembra que o território não é só cenário de violência. É também lugar de experiência e história, enlaçando os sujeitos pela via do pertencimento, constituição identitária e no exercício da vida.

A violência armada e a vida dos adolescentes: limites e cerceamentos ao desenvolvimento e à convivência social

Os efeitos da violência armada não se esgotam nos corpos que abatem. Multiplicam-se em dimensões que atravessam o corpo, a escola, a confiança nas instituições e o vínculo com o território. São impactos que, por sua persistência e capilaridade, funcionam como marcadores sociais negativos. A violência armada desorganiza redes de cuidado, fragiliza trajetórias educacionais e abala as condições mínimas para que crianças e adolescentes possam se constituir como sujeitos de direitos (MINAYO, 2006; SILVA, 2006; WILLADINO et al., 2021). Publicação da organização Redes da Maré em conjunto com a Unicef (2025) documentou que apenas em 2024, naquele bairro do Rio de Janeiro, localizado na Zona Norte da cidade e constituído por 15 favelas, acumularam-se 30 dias de paralisação nas UBS. Em dias de operação policial, a vacinação de crianças chega a cair mais de 90%; mesmo quando abertas, a queda na imunização é entre 62% e 82%.

A mesma publicação evidencia também o impacto no acesso à educação: as escolas do território da Maré tiveram 73% das aulas do ano letivo suspensas por causa da violência. A pesquisa do Observatório das Favelas (WILLADINO et al., 2021) caracteriza o impacto para além do aprendizado. A possibilidade de vincular-se ao território e tomá-lo como ambiente passível de desenvolver-se fica prejudicada. Adolescentes relatam dificuldade de concentração, medo ao deslocar-se no território e a necessidade constante de elaborar estratégias frente às abordagens policiais violentas. O 19º Anuário de Segurança Pública registra, em âmbito nacional, o aumento de 245% nas interrupções de aulas por episódios de violência entre 2021 e 2023, não especificamente armadas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

A violência armada restringe a circulação, adoce corpos e subjetividades e, ao fazer isso, produz um horizonte de expectativas comprimido. Essa política de morte, como nomeiam Princeswal e Suprani (2025), não se expressa apenas na morte física, mas numa vida destituída de valor social. O desenvolvimento e a continuidade da vida são comprometidos a partir da naturalização da perda, da ausência de luto coletivo, da expectativa reduzida de futuro. A estigmatização do território, observada nos estudos do Observatório de Favelas (SILVA, 2006; WILLADINO et al., 2021) se revela no que Cerqueira e Bueno (2025, p. 73) chamam de “zona do não ser”: territórios onde a dignidade é sistematicamente recusada, onde o Estado, ausente na proteção, faz-se

presente pela via do controle armado. Esse controle produz também precarização da vida. A morte torna-se uma experiência cotidiana que não chega de uma só vez, mas se instala na repetição do medo, na interrupção dos acessos, na impossibilidade de circular, no excesso de realidade que atravessa o lúdico necessário para sustentar a imaginação de futuros.

Pires e Branco (2008), ao estudarem crianças e adolescentes em contextos armados, mostram como essa população desenvolve estratégias sofisticadas de mapeamento do risco. Aprendem a identificar os limites invisíveis que separam o território seguro daquele onde a circulação se torna perigosa. A exposição à violência armada produz efeitos duradouros sobre o desenvolvimento, destacando aqui a dimensão emocional, de crianças e adolescentes, afetando a sensação de segurança e a capacidade de simbolizar as experiências vividas. Essas marcas, para que se compreenda como operam e o que podem produzir na experiência subjetiva dos adolescentes que as vivenciam, serão revisitadas aqui a partir da teoria psicanalítica, perspectiva que embasará também o cuidado que esse artigo se propõe a descrever.

A perspectiva psicanalítica como lente para cuidado e compreensão da experiência dos adolescentes expostos à violência

Para Winnicott (1999), a tendência antissocial não é uma escolha deliberada, mas uma resposta a uma falha do ambiente. O autor diferencia a privação, quando nunca houve um ambiente suficientemente bom, da deprivação, quando se perde um ambiente que antes oferecia cuidado. É no contexto da deprivação que a tendência antissocial pode se manifestar como um ato de esperança: ao furtar, mentir ou agir com violência, o adolescente pode estar denunciando uma falta e pedindo que o ambiente volte a protegê-lo. A violência, nesse espectro, não deve ser lida como desvio moral individual, mas como possível sintoma de uma relação rompida. Nessa leitura, sujeito e ambiente são indissociáveis. É a partir dessa compreensão que Onocko-Campos (2018) propõe pensar certas manifestações juvenis como sequelas de processos de (de)privação – aqui entendidos tanto como ausência quanto como perda de cuidado – que atravessam não apenas a família, mas também as instituições de cuidado.

Se a (de)privação é também institucional, a violência que emerge nesses contextos não pode ser lida como desvio individual, mas sim como sintoma de uma falha ambiental que, por isso mesmo, deveria convocar o campo das políticas públicas para reparação. É preciso pensar na falência da função adulto no Brasil, uma função que deveria oferecer autoridade confiante e limite protetivo, mas que, aqui, sistematicamente se ausenta ou se apresenta pela via da repressão (ONOCKO-CAMPOS, 2018, 2024). O que os dados materializam, a presença seletiva do Estado, ausente na proteção e letal na intervenção, é precisamente a quebra dessa função. O ambiente, então, não apenas falha em responder ao apelo. Ele responde com mais violência. Se o ambiente retalia o apelo, a falha deixa de ser o hiato necessário à maturação. Reproduz, cada vez mais, futuros únicos em corpos específicos.

Nesse solo de ausências, o tráfico de drogas brota como alternativa. Outro dado que ilustra o encurtamento da infância desses jovens é que o número de crianças entre 10 e 12 anos envolvidas cresceu 50% em pouco mais de uma década. Eram 6,5% em 2006, passaram a 13% em 2017. Quando perguntados por que abandonaram a escola, 62,1% afirmam que precisavam ajudar a família (WILLADINO; NASCIMENTO; SILVA, 2018). O

tráfico, então, não aparece só como fonte de renda. Oferece também as possibilidades de reconhecimento, identidade e horizonte que o Estado não ofertou. Oferece o tecido essencial na costura de uma adolescência possível: um lugar no mundo. Por essa perspectiva não fica difícil compreender narrativas de adolescentes internados em unidades socioeducativas que afirmam que “traficante não é vagabundo” (COSTA; BARROS, 2019, p. 2413).

Reduzir à escolha individual ou a desvio de caráter ou a qualquer explicação moralizante a relação que esses adolescentes estabelecem com tráfico, no qual arriscam suas vidas em um *trampo embaçado*, em duras e extenuantes jornadas de trabalho de aproximadamente doze horas diárias na parte mais baixa da hierarquia do tráfico, é perder de vista o que realmente está na linha de frente (FEFFERMANN, 2006). Feltran (2011) desloca o olhar. O que está em disputa é um campo de possibilidades tão estreito que mal cabe futuro. O tráfico é, muitas vezes, a possibilidade de devir.

A subjetividade dos adolescentes periféricos é marcada desde a infância pela violência. Birman (2005) nomeia esse processo como encurtamento da infância, operado pela inserção precoce no trabalho no mercado informal, no cuidado de irmãos e familiares ou, como dito, no tráfico de drogas. As formas de subjetivação na cena contemporânea produzem sujeitos atravessados pelo desamparo e pela fragmentação (BIRMAN, 2014). A exposição continuada a esse desamparo inscreve marcas profundas que atravessam as formas de estar no mundo e de se relacionar com o outro e com o futuro (BIRMAN, 2005).

É nesse ponto que a violência armada revela sua dimensão mais propriamente coletiva. Ela não incide apenas sobre corpos isolados, a violência cria um tecido relacional diverso nas comunidades. O grupo, aqui representado pela coletividade, funciona como um envelope psíquico, uma pele que contém e dá sentido às experiências de seus membros. Os grupos operam como matrizes de significação que sustentam a subjetividade de cada um (BENGHOZI, 2010). No contexto latino-americano, essas matrizes estão imersas na colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), a herança do projeto colonial que segue produzindo lugares de subalternidade e corpos descartáveis. Quando uma comunidade é repetidamente atingida pela violência, quando jovens são mortos, escolas fecham, postos de saúde param de vacinar ou não representam cuidado, o que se rompe é a própria malha de significações que sustenta um tipo de vida coletiva, e outro se cria.

A morte atinge as paredes, as ruas e as pessoas. A escola, a unidade de saúde, os equipamentos que deveriam funcionar como sustentação (ONOCKO-CAMPOS, 2024) tornam-se incapazes de segurar a transformação que o adolescente tenta atravessar. O que não se consegue dizer, o que não encontra luto nem palavra, vira buraco, vira sombra, passa para quem vem depois. É assim que a violência tatua o desamparo nos corpos e nas histórias (BIRMAN, 2005). Pois o luto exige reconhecimento, exige que a perda possa ser nomeada e escutada, e é justamente essa escuta que falta quando se vive sob ameaça constante (ROSA, 2016). A naturalização dessas perdas, especialmente de jovens negros nas periferias, é a face mais visível dessa política. O Estado, quando aparece, não vem reparar. Vem repetir o trauma, na lógica da necropolítica, a gestão da vida e da morte que decide, dia após dia, quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018; PRINCESWAL; SUPRANI, 2025).

O território em cena: Campinas e a experiência do Liame

O cenário brasileiro de violência armada não é aleatório. Ele se materializa em territórios e corpos específicos, reproduzindo uma lógica seletiva que historicamente distribui, no Brasil, as possibilidades de viver e de morrer. É diante desse contexto que se inscreve a experiência do Serviço Liame. Situado em Campinas (SP), o serviço atende o Distrito Norte da cidade. Conhecer os dados do município é condição para compreender a materialidade do território dessas juventudes.

Entre 2019 e 2024, as notificações de violência contra adolescentes de 12 a 17 anos em Campinas cresceram 77% (de 356 para 630 casos). A violência física, que pode envolver agressões com armas de fogo, corresponde a 20,3% do total (CAMPINAS, 2025). O Sistema de Notificação de Violências (SISNOV) capta apenas os casos que chegam aos serviços, o que sugere que os números reais são ainda mais expressivos.

Em 2022, a faixa etária mais notificada nos equipamentos de assistência social foi a de 13 a 15 anos. O município registrou 2.713 notificações de violência entre residentes, com predomínio de casos envolvendo mulheres (71,9%) e adolescentes do sexo feminino. A distribuição territorial das violências concentra-se nas regiões periféricas, confirmando o que apontam o Boletim do SISNOV em Campinas-SP, o Atlas da Violência 2025 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública: a violência letal no Brasil atinge desproporcionalmente jovens de áreas periféricas (CAMPINAS, 2025; CERQUEIRA; BUENO, 2025; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Aproximadamente 75% dos homicídios dolosos em Campinas são cometidos com armas de fogo (FUNDAÇÃO FEAC, 2019), vitimando sobretudo jovens do sexo masculino em vias públicas de áreas vulneráveis. Esse perfil evidencia-se no Distrito Norte, que em 2024 registrou 707 notificações de violência, consolidando-se como a segunda região com maior volume de casos no município (CAMPINAS, 2025). O território abriga áreas de vulnerabilidade extrema conhecidas como “Hotspot Norte” (FUNDAÇÃO FEAC, 2019), onde a exclusão social se expressa em números contundentes, como os 32% de jovens entre 11 e 17 anos fora da escola e a taxa de homicídios de 139,2 por 100 mil habitantes (AIDAR; SOARES, 2016). É nesse território, diante desse cenário, que se inscreve a experiência do Serviço Liame.

Liame: tecendo redes de cuidado

O Liame, Serviço Público de Psicanálise e Matriciamento para Situações de Violência, é um serviço da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas, que articula ensino, pesquisa e assistência. Concebido a partir de uma pesquisa de implementação de caráter participativo do grupo de pesquisa Interfaces, o serviço surgiu do desenho de práticas de cuidado para pessoas expostas à violência a serem desenvolvidas na rede de Campinas.

Trabalhadores, crianças, adolescentes e mulheres foram questionados sobre o que entendiam por violência, como viviam, de que formas eram ou não cuidados, o que esperavam do cuidado e de quem cuida. O subgrupo dos jovens sublinhou a experiência de não serem escutados. O silêncio dos adultos, a omissão das instituições, e a indiferença de quem deveria acolher foi o que encontraram (LEITE, 2022).

A partir dessas percepções, estruturaram-se as duas frentes do Liame: o Núcleo de Assistência Psicanalítica para Pessoas Expostas à Violência (NAPEV), que oferece psicoterapia grupal breve para adolescentes (14 a 17 anos) e mulheres expostos à violência; e a Rede de Apoio e Acompanhamento às Situações de Violência (RASEV), que realiza apoio matricial intersetorial a trabalhadores da Saúde, Assistência Social e Educação (MIRANDA; ALMEIDA; ONOCKO-CAMPOS, 2025). Liame significa vínculo, tudo aquilo cujo propósito é ligar/unir coisas ou pessoas. O que o serviço se propõe a fazer é ligar o que a violência fragmenta.

Em um país marcado pelo silenciamento de seus conflitos sociais, o não dito é a marca que atravessa a experiência da violência, do micro ao macro (ROSA, 2002). A aposta desse serviço foi então criar possibilidades de escuta e de um cuidado que reconhecesse o trauma que a violência produz, o lugar do silêncio, das palavras não ditas, malditas ou daquelas que passam a habitar o corpo. Uma clínica que não se furta ao encontro com a violência, mas que tenta, a partir dele, reinventar uma prática que se opera no “entre”, entre a psicanálise e as políticas públicas, entre o sujeito, a instituição e a rede (MIRANDA; ALMEIDA; ONOCKO-CAMPOS, 2025).

O serviço acolhe quem sofreu a violência direta e indiretamente, pois os danos produzidos se estendem a quem testemunhou, presenciou, ou ouviu falar. A violência fere também por contágio, pelos estilhaços que se espalham no território e no laço social (SILVA et al., 2021). Estima-se que, para cada vítima direta de homicídio, haja de sete a dez pessoas indiretamente afetadas, cada um a seu modo (PRINCESWAL; SUPRANI, 2025). Em territórios conflagrados, o contágio assume formas muito concretas. O medo não é apenas resposta a um perigo iminente, mas um efeito que faz a violência se prolongar no tempo (SILVA et al., 2021).

A aposta no dispositivo grupal como principal estratégia de cuidado do NAPEV fundamenta-se nos efeitos terapêuticos do encontro e do compartilhamento de narrativas, que favorecem a expressão de sentimentos, a socialização entre pares e processos de desenvolvimento (MINAYO, 2009). O grupo, mais que a soma de indivíduos, é uma realidade com vida própria, onde as subjetividades se encontram e elaboram, juntas, o que sozinhas poderiam não dar conta. Continente, ele tem a potência de costurar uma malha que sustente e dê sentido às experiências, podendo se tornar espaço de remalhagem onde os fios que ainda resistem são retecidos com o olhar do outro (BENGHOZI, 2010; KAËS, 1997).

Nessa direção, a condução clínica sustenta-se na aposta na associação livre como eixo metodológico e na utilização de tarefas mediadoras de caráter projetivo, que favorecem a circulação da palavra e a simbolização do que antes permanecia como não-dito. Esse testemunho se dá em múltiplas direções: pelos terapeutas, que acolhem o que ainda não tem forma (KNOBLOCH, 2022); pelos pares, que possibilitam o endereçamento do trauma pelo reconhecimento no outro (GONDAR; ANTONELLO, 2016); e pela própria pessoa, que, ao elaborar em voz alta sob uma escuta sustentada (ROSA, 2016), passa também a ocupar o lugar de quem testemunha sua própria experiência.

Os efeitos da violência não estão apenas no ato em si, mas na sua perpetuação pelo outro que se recusa a reconhecê-lo, reproduzindo silenciamento, fragmentação e impondo mais sofrimento. No grupo, esse circuito pode ser interrompido pela oferta de um ambiente que seja capaz de acolher e sustentar a aposta na palavra e na simbolização. A comunicação entre pares permite que o trauma possa, enfim, ser endereçado não pela interpretação do terapeuta, mas pelo reconhecimento no outro. Testemunhar, em

contextos de violência, é acolher o que ainda não tem forma, o que não pode ser dito, o que insiste em se repetir (FERENCZI, 1928; GONDAR; ANTONELLO, 2016; KNOBLOCH, 2022).

Para que isso se opere, são oferecidos oito encontros semanais, de 90 minutos cada, as sessões de psicoterapia grupal são coordenadas por dois profissionais: um terapeuta e um(a) residente do programa de residência multidisciplinar em saúde mental. A metodologia utilizada é a Psicoterapia Breve Psicanalítica; a aposta no formato breve encontra sentido nesse contexto. A limitação temporal, longe de ser uma restrição, opera como disparador clínico ao criar uma dinâmica que permite trabalhar conflitos sem perder de vista a urgência das dificuldades atuais (GILLIÉRON, 1996).

Os grupos são compostos por pessoas encaminhadas pela rede intersetorial do Distrito Norte de Campinas ou que buscam o serviço espontaneamente. Novos participantes podem ser acolhidos até a segunda sessão. São disponibilizados passes de ônibus para os usuários e seus acompanhantes como forma de mitigar barreiras de acesso, bem como um espaço de ambiência para acompanhantes de todas as idades durante o período das sessões.

O vínculo com os terapeutas inicia-se nas entrevistas preliminares, realizadas no território, no serviço (Unicamp) ou remotamente, que favorecem a aproximação, a compreensão das violências vividas, o mapeamento da rede de apoio e a apresentação do serviço. Ao final do ciclo, realiza-se devolutiva com os usuários e, no caso dos adolescentes, com famílias e/ou instituições responsáveis. Nesse momento central de costura de rede, a pessoa identifica, junto aos terapeutas, pontos na rede intersetorial ou do território que possam dar continuidade ao cuidado, a partir de seu desejo e escolha. A devolutiva também é feita aos serviços encaminhadores, fortalecendo a rede de cuidados em sua dimensão intersetorial. Delineado o enquadre que sustenta a escuta, seguem as narrativas que dela emergiram.

Narrativas da violência: o que o grupo pôde testemunhar

A seguir, são apresentados fragmentos de histórias advindas de diferentes ciclos dos grupos de adolescentes desenvolvidos no Liame.

Hadassa: “Quero ser polícia!”

Hadassa é uma adolescente negra, de 15 anos, migrante. Chega ao arranjo assistencial do Liame, o NAPEV, encaminhada pela médica de saúde da família da UBS ao identificar situações de racismo na escola. Hadassa pratica automutilação e compartilha dificuldade de fazer amizades no território.

Hadassa apresenta-se inicialmente tímida, evitando o contato visual e delegando à mãe a decisão sobre sua participação. Embora esse silêncio pudesse sugerir fragilidade subjetiva, é possível lê-lo como movimento de preservação. Na ótica winnicottiana, esse isolamento não é um vazio, mas um recurso de comunicação que salvaguarda seu núcleo de espontaneidade contra intrusões externas. O silêncio no dispositivo funciona, portanto, como uma forma de habitar o espaço e preservar sua identidade (ABRAM, 2007). Participando desde o primeiro encontro, Hadassa permite-se ser convocada pelo interesse dos pares e terapeutas, o que sinaliza o início de uma vinculação, mesmo que sua fala ainda dependa desse chamado externo.

Antes da segunda sessão, a mãe expõe o braço da filha, cortes recém-talhados, no meio da ambiência. Hadassa se desorganiza frente à exposição e se recusa a participar naquele dia. O corpo, até então suporte mudo de uma dor sem palavras, fora exposto, rompendo o frágil enquadre que o grupo começava a tecer. Seu limite é respeitado e é expresso o desejo de que esteja confortável e possa voltar na semana seguinte, apostando na estruturação de um enquadre seguro. Ela retorna, entra de maneira espontânea e brincalhona. A mudança de tom, do silêncio à brincadeira, sugeria que o ambiente grupal começava a se constituir como envelope psíquico possível (BENGHOZI, 2010), uma pele provisória que acolhia suas expressões sem expô-las novamente.

Ao discutirem projetos de futuro, Hadassa afirma enfaticamente: “Quero ser polícia!”, relatando que essa vontade surgiu após andar na viatura e ver as armas de perto. Diante do estranhamento do grupo, revela que aos nove anos foi atingida pelo coice de um cavalo da polícia montada e ri da surpresa coletiva ao indagar: “*será que é por isso que eu sou maluca?*” O riso sinaliza a possibilidade do brincar, a apropriação lúdica da experiência traumática como movimento de resistência subjetiva. Ao operar como recurso simbólico, o humor subverte a paralisia do trauma e convoca a capacidade criativa a ocupar o campo do possível. Essa plasticidade do brincar revela a potência do sujeito em reinventar o sentido do mundo, transformando o ambiente e suas falhas, ou privações, em solo para outras formas de narrar.

Morava em uma área de ocupação no interior de Alagoas em que as operações policiais eram frequentes. Ao ouvir o helicóptero pousando perto de casa, o avô saiu para entender o que acontecia e ela o seguiu. Encontrou viaturas, cavalaria, confronto armado entre policiais e traficantes. Em meio ao conflito, levou o coice.

Socorrida pela polícia, narra o fascínio pelas armas, associado à curiosidade por perseguições policiais. Aspira proteger a sociedade do mal. O fascínio e a aspiração de tornar-se justiceira podem ilustrar uma tentativa de domínio psíquico da cena traumática, identificar-se com o agressor para não ocupar o lugar de vítima desamparada. Nos encontros, essa posição se repete. Sempre que outra adolescente narrava uma injustiça, colocava-se como vingadora, afirmando que iria brigar ou matar. Compartilha que na escola ninguém mexia com ela, já havia quebrado o braço de um garoto mais velho que direcionava falas racistas sobre sua aparência. Ao longo dos encontros, conclui que não gosta tanto de brigar, mas que se fosse diferente talvez estivesse mais exposta. O riso parece funcionar como anteparo, permite dizer o indizível sem que o peso da realidade a esmague.

A raiva tem endereço certo no corpo. Conta que se mutila para não agredir ninguém, mas percebe que ao revidar na própria pele a violência sofrida, acaba sofrendo duas vezes. Os cortes são tatuagem do desamparo (BIRMAN, 2005), tentativa de inscrição física de uma dor que não encontra palavras nem testemunho. Ao voltar contra si a agressividade que deveria dirigir-se ao mundo, denuncia pelo ato a ausência de um ambiente que pudesse conter e dar sentido a essa agressividade (WINNICOTT, 1999).

Os cortes começaram depois da morte do avô, figura que, em ato falho, chamou de pai. O ato falho nomeia o lugar que ele ocupava. Foi nesse fio filiativo (BENGHOZI, 2010) que o avô exerceu função de suporte ambiental e continência afetiva, tecendo com a neta uma trama de pertencimento. Operava como uma das últimas linhas, ainda funcional, da malhagem familiar. Sua morte escancarou um vazio.

Em Campinas há poucos anos, narra como a família cerceia seus passeios e como se sente presa em casa. A justificativa de um bairro perigoso, permeado pelo tráfico, a impede de circular para além da escola e da igreja. A violência armada que afastou a

família de Alagoas agora a aprisiona em Campinas. O território, que deveria ser espaço de construção de autonomia, torna-se cenário de risco letal e confinamento (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Diz que tem saudades de sua cidade natal, de como passeava e brincava com as crianças, mesmo sendo um lugar perigoso. Agora, para sair de casa, precisa cuidar do irmão e dos bebês do bairro. Diz que se pudesse já teria vários filhos. O cuidado precoce ilustra o encurtamento da infância (BIRMAN, 2005). A adolescente é convocada a exercer função materna antes do tempo, ocupando-se do outro para vislumbrar futuro. Associa maternidade e matrimônio à possibilidade de autonomia e liberdade.

No último encontro, ao aproximar-se do encerramento do grupo, Hadassa demonstra ansiedade e questiona com vergonha se poderia “levar os terapeutas para casa”. Como resposta de um ambiente que se propõe suficientemente bom (WINNICOTT, 1999), a equipe ofereceu que ela levasse consigo materiais utilizados nas sessões, apostando na inauguração de um espaço transicional (ABRAM, 2007). Tal intervenção confiou ao uso de objetos a simbolização do vínculo, permitindo que a sustentação experienciada no dispositivo fosse integrada à realidade externa. Ao abdicar da onipotência de satisfazer o pedido literal, o manejo clínico ofereceu o suporte simbólico necessário para que a adolescente suportasse a separação, transformando a presença dos terapeutas em uma função interna de amparo.

Acolher esse pedido não significava estender as sessões, mas compreendê-lo como chamado à articulação de rede. Se o grupo operou como espaço de remalhagem dos laços rompidos pela violência (BENGHOZI, 2010; KAËS, 1997), cabia ao dispositivo clínico testemunhar que a experiência de continência não precisava se encerrar ali. A devolutiva à UBS, à escola e ao CRAS constituiu extensão do cuidado, modo de fazer chegar a outros endereços do território o que o grupo pôde sustentar. Se a violência opera pela fragmentação e pelo silenciamento, a aposta na palavra e no laço exige que a clínica se faça presente onde a vida segue acontecendo. O pedido de Hadassa apontava para a possibilidade de que o cuidado pudesse seguir se tecendo em outros fios da rede, encontrando na intersectorialidade um modo de fazer durar o que o grupo havia começado.

Soledad: “Quería fazer amigos”

Soledad é uma garota negra de 16 anos. Chega ao grupo após a participação do irmão caçula em outros ciclos. Esteve na ambiência do serviço ao longo do ciclo em que o irmão fora encaminhado a partir de uma estratégia de cuidado frente à experiência de violência sexual. Soledad pedia à mãe que pudesse participar do grupo de adolescentes, desejo que encontrou sentido na construção durante a devolutiva do irmão.

Sua entrada no grupo permite compreender como a violência opera por contágio, espalhando estilhaços que atingem não apenas a vítima direta, mas todo o núcleo familiar e comunitário (PRINCESWAL; SUPRANI, 2025; SILVA et al., 2021). Chega ao grupo entusiasmada e se apresenta a partir dos seus gostos (filmes, desenhos e *doramas*). O cotidiano dela era entre a escola e a casa. As mídias eram o caminho mais possível ao mundo. A restrição da circulação territorial, comum em contextos de violência armada, comprime horizontes de experiência e futuro (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025; WILLADINO et al., 2021). Nesse cenário, as mídias podem funcionar como espaço potencial de circulação imaginária, sustentando alguma possibilidade de fantasia

frente à restrição ambiental (WINNICOTT, 1999). Recurso que se torna relevante quando o cotidiano é atravessado por um excesso de realidade próprio do traumático, que tende a romper a continuidade da experiência e dificultar sua simbolização (KNOBLOCH, 2022).

Ao longo das sessões, descreveu com vergonha o lugar onde mora, ao lado de uma escadaria palco de conflitos entre polícia e traficantes. Conta os buracos na parede para saber se são “*tiros novos ou antigos*”. Numa manhã, indo à escola, precisou passar por cima de manchas de sangue para descer até o ponto de ônibus. No dia seguinte, o sangue tinha sumido. Narrou sem dramaticidade, como mais um dado da rotina.

A naturalização da cena violenta revela o modo como a necropolítica se infiltra no cotidiano, produzindo zonas onde a dignidade é sistematicamente recusada e a morte se torna experiência repetida (BARROS, 2019; CERQUEIRA; BUENO, 2025; MBEMBE, 2018). A narrativa *sem dramaticidade* pode ser compreendida como estratégia psíquica diante da exposição continuada ao risco, como indicam estudos sobre crianças e adolescentes em contextos armados (PIRES; BRANCO, 2008). Quando o excesso não encontra testemunha, tende a se inscrever como rotina e não como acontecimento traumático passível de elaboração (ROSA, 2016; SELIGMANN-SILVA, 2000).

Não era incomum que associasse a estética de seu bairro à própria aparência, pedindo desculpas pela maneira que se veste e como seu cabelo parece. “*Quando eu morar em outro lugar vou poder me arrumar mais, mas prometo que venho arrumada na próxima sessão, as meninas vêm tão bonitas*”. A estigmatização do território atravessa a constituição subjetiva, operando como marca identitária negativa (SILVA, 2006; WILLADINO et al., 2021). Em uma sociedade atravessada pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), a racialização e a territorialização da desigualdade produzem corpos considerados menos dignos de cuidado (MBEMBE, 2018). A vergonha relatada por Soledad pode ser lida à luz dos processos de subjetivação marcados pelo desamparo e pela fragmentação na contemporaneidade (BIRMAN, 2005, 2014), bem como das vicissitudes da identidade negra em contextos de desigualdade estrutural (SOUZA, 1983).

Apresentava-se também como alguém incapaz de fazer amizades. As poucas que fez não se mantinham. A mãe proibia e interferia nas relações, receava sobre a índole dos jovens do bairro. Soledad não podia visitá-los e eles não podiam ir até ela. A restrição imposta pela mãe evidencia a falência da função protetiva estatal, que desloca para o âmbito privado a responsabilidade pela contenção do risco (ONOCKO-CAMPOS, 2018).

Em uma atividade mediadora, desenhou uma casa grande, com muitos cômodos, janelas e opções de lazer. Disse que a desenha quando está entediada e brincou que, se morasse nela, precisaria mudar de bairro, mas caberiam amigos. O desenho amplia o horizonte simbólico comprimido pela violência. Em um contexto de encurtamento da infância e sobrecarga precoce de responsabilidades (BIRMAN, 2005), a fantasia opera como espaço de elaboração e desejo. No grupo, essa produção encontra continente. O dispositivo opera como um envelope psíquico (KAËS, 1997) que permite a remalhagem dos vínculos rompidos. Para Benghozi (2010), esse processo consiste em oferecer suporte para que as tramas da história do sujeito, esgarçadas pelo trauma, possam ser tecidas novamente no contato com o outro.

Soledad faltou a algumas sessões. Voltou na penúltima. Quando foi lembrada que o grupo estava se aproximando do fim, seus olhos encheram d’água. Disse que dependia da mãe para vir e que, se pudesse vir sozinha, as ausências não teriam acontecido. No último encontro, apareceu com um vestido azul longo, atendendo à brincadeira que havia pedido no encontro anterior, de que o grupo se vestisse com roupas “malucas”.

Disse que queria viver aquilo porque nunca teve isso na escola, uma cena que via na internet quando estava com o celular da mãe. Enquanto pintava, comentou: “*Eu queria entrar no grupo pra fazer amigos, era meu principal objetivo*”. Na saída, trocou desenhos com outros participantes, guardando o que ganhou e presenteando um colega.

O pedido do *dia da roupa maluca* reinscreve o lúdico onde a violência havia interrompido experiências coletivas de convivência escolar. Em territórios marcados por confrontos armados e interrupções de serviços (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025; REDES DA MARÉ, 2025), o brincar deixa de ser garantido. Ao propor a brincadeira, Soledad busca a experiência compartilhada de infância e o pertencimento que lhe haviam sido privados, gesto que encontra no grupo uma matriz de significação coletiva (KAËS, 1997). Ao longo das sessões, a possibilidade de vínculo deixa de ser um conceito abstrato para se materializar, à sua maneira, no brincar, nas trocas de produções e de planos que agora sobrevivem ao tempo do dispositivo.

O grupo não altera a expressão da necropolítica que organiza o território (MBEMBE, 2018), nem dissolve a presença seletiva do Estado (COSTA; BAPTISTA; CUNHA, 2022). Contudo, ao oferecer escuta e testemunho, inaugura fissuras na naturalização da perda (ROSA, 2016). A potência do dispositivo reside nessa capacidade de produzir redes possíveis, reinscrevendo a experiência singular em uma trama coletiva que sustente a continuidade da vida (ONOCKO-CAMPOS, 2024).

Considerações finais

As narrativas aqui apresentadas permitem deslocar a discussão da violência armada para além dos números que dimensionam sua gravidade. Se os dados evidenciam a magnitude e a seletividade das mortes, os testemunhos das adolescentes ajudam a compreender como essa violência atravessa o cotidiano, reorganiza a experiência de circulação no território, interfere nos vínculos e incide sobre a possibilidade de projetar futuro.

Hadassa e Soledad mostram que a violência não se resume ao episódio extremo, mas compõe o ambiente em que crescem. Ela aparece nas estratégias de proteção, nas identificações que se constroem, nas formas de lidar com a vergonha, com a raiva, com o medo e com o desejo de pertencimento. Ao mesmo tempo, suas falas revelam que, mesmo em contextos marcados por restrições e ameaças constantes, há produção de sentido, imaginação e busca por laço.

O grupo não altera as condições estruturais que organizam o território, nem elimina os efeitos da violência. Seu alcance é mais delimitado, mas relevante. Ao oferecer um espaço de escuta compartilhada e interpretações cuidadosas, o dispositivo favorece que experiências naturalizadas ou silenciadas encontrem reconhecimento. A circulação entre pares e o testemunho clínico parecem contribuir para que o vivido possa ser narrado de outra maneira, menos isolada.

As narrativas também apontam para os limites de uma intervenção circunscrita ao *setting*. Em contextos como os descritos, a clínica se sustenta em diálogo com a rede e com o território. A articulação intersetorial não aparece como complemento, mas como parte constitutiva do cuidado, especialmente quando o ambiente se mostra instável na garantia de proteção.

Nesse cenário, apostar na palavra, no grupo e na construção de redes de cuidado não se reduz a uma escolha técnica de intervenção. Trata-se de uma posição ética diante da repetição da violência e de seus efeitos ao longo das gerações. Sustentar espaços onde a experiência possa ser reconhecida e compartilhada pode não transformar imediatamente as condições estruturais, mas contribui para interromper, ainda que parcialmente, a transmissão silenciosa do trauma e do desamparo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAM, J. **The Language of Winnicott: A Dictionary of Winnicott's Use of Words**. 2. ed. London: Karnac Books, 2007.
- AIDAR, T.; SOARES, M. J. B. Desigualdade, vulnerabilidade social e a mortalidade por causas violentas no contexto metropolitano: o caso de Campinas, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, 2016.
- BARROS, J. P. P. **Corpos matáveis e vidas imundas: necropolítica e juventude negra na periferia**. Fortaleza: EdUECE, 2019.
- BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação: psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social**. São Paulo: Vetor, 2010.
- BIRMAN, J. **Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desamparo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
- BROIDE, J. **A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias**. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CAMPINAS. Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim do Sistema de Notificação de Violências (SISNOV)**, n. 18. Campinas: Secretaria Municipal de Saúde, 2025.
- CAVALCANTE, L. F. et al. Efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, Icó, v. 5, n. 1, p. 26-44, jan./abr. 2022.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da Violência 2025**. Brasília; São Paulo: Ipea; FBSP, 2025.
- COSTA, A. P. M.; BARROS, B. W. “Traficante não é vagabundo”: trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 2399-2427, 2019.
- COSTA, V. C.; BAPTISTA, T. W. F.; CUNHA, M. B. O SUS em territórios vulnerabilizados: reflexões sobre violência, sofrimento mental e invisibilidades nas favelas do Rio de Janeiro. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 135, p. 974–988, 2022.
- FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: **Obras completas: Psicanálise IV**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. FBSP. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025.

- FUNDAÇÃO FEAC. **Mapa da violência de Campinas:** diagnóstico socioterritorial. Campinas: Fundação FEAC, 2019.
- GILLIÉRON, E. **A primeira entrevista em psicoterapia.** Lisboa: Climepsi, 1996.
- GONDAR, J.; ANTONELLO, D. F. O analista como testemunha. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 16-23, 2016.
- HAMANN-NIELEBOCK, E.; CARVALHO, I. S. A violência armada e seus impactos sobre a população civil: um fardo necessário? **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 104-118, 2008.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. **Pela vida das mulheres:** o papel da arma de fogo na violência de gênero. 4. ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2025.
- KAËS, R. **O grupo e o sujeito do grupo:** elementos para uma teoria psicanalítica do grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- KNOBLOCH, F. **O tempo do traumático.** 2. ed. São Paulo: INM Editora, 2022.
- LEITE, V. P. **O que dizem as crianças, pré-adolescentes e adolescentes expostos a violência:** um trabalho de construção narrativa e valorização das experiências. 2022. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MELO, D. L. B.; CANO, I. (Org.). **Índice de Homicídios na Adolescência:** IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.
- MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. (Org.). **Impactos da violência na saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- MIRANDA, R. M. R.; ALMEIDA, K. K. O.; ONOCKO-CAMPOS, R. Malhagens e “nós” na fase de implementação de um serviço público de psicanálise e matriciamento para situações de violência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 28, e230644, 2025.
- ONOCKO-CAMPOS, R. Comportamento antissocial nos jovens como sequela da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas. **Interface**, Botucatu, v. 22, n. 67, p. 1091-1098, out./dez. 2018.
- _____. **Psicanálise e Saúde Coletiva: interfaces 2.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2024.
- PIRES, S. F. S.; BRANCO, A. U. Na rota da violência: crianças em contexto armado. **Athenea Digital**, Barcelona, n. 13, p. 153-169, 2008.
- PRINCESWAL, M.; SUPRANI, B. B. Violência armada e desaparecimentos forçados na Baixada Fluminense: a política de morte contra crianças, adolescentes e jovens. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, v. 1, n. 41, p. 43-62, jan./abr. 2025.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REDES DA MARÉ. **Impactos da violência armada na vida das mulheres da Maré.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023.

REDES DA MARÉ; UNICEF. **A primeira infância na Maré: impactos da violência armada na saúde e imunização de crianças com até 6 anos de vida.** Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2025.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista de Psicanálise**, v. 2, n. 2, p. 42-46, 2002.

_____. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** São Paulo: Escuta, 2016.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). **Catástrofe e representação.** São Paulo: Escuta, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J. S. e (Coord.). **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006: Sumário Executivo.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2006.

SILVA, M. M. et al. “No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 6, p. 2291-2301, 2021.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TOROSSIAN, S. D. A escuta psicanalítica em contextos de crueldade. **Clínica & Cultura**, v. 8, n. 2, p. 59-72, 2019.

UNICEF. **As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil: estudo completo.** Brasília: UNICEF, 2023.

UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: UNICEF, 2021.

WILLADINO, R.; NASCIMENTO, R. C.; SILVA, J. S. e (Coord.). **Novas configurações das redes criminosas após a implantação das UPPs.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2018.

WILLADINO, R. et al. **Perspectivas para a prevenção das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré na pandemia.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2021.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Resumo O artigo, a partir da discussão de dados sobre o impacto da violência armada na morbimortalidade de adolescentes, apresenta um serviço que atende pessoas expostas à violência na rede municipal de Campinas. A experiência de Hadassa e Soledad no grupo de psicoterapia breve de orientação psicanalítica é analisada. O objetivo foi refletir, a partir do testemunho das duas adolescentes, sobre como o grupo operou na reconstrução de laços rompidos e articulou clínica e território, apostando na palavra e no cuidado em rede.

Palavras-chave: adolescentes, violência armada, psicoterapia de grupo, psicanálise.

Narrativas de las tramas del cuidado:

dispositivo grupal psicoanalítico para adolescentes expuestos a la violencia armada

Resumen El artículo, a partir de la discusión de datos sobre el impacto de la violencia armada en la morbimortalidad de adolescentes, presenta un servicio universitario que atiende a personas expuestas a la violencia en la red municipal de Campinas. Se analiza la experiencia de Hadassa y Soledad en el grupo de psicoterapia breve de orientación psicoanalítica. El objetivo fue reflexionar, a partir del testimonio de las dos adolescentes, sobre cómo el grupo operó en la reconstrucción de vínculos rotos y articuló la clínica y el territorio, apostando a la palabra y al cuidado en red.

Palabras clave: adolescentes, violencia armada, psicoterapia de grupo, psicoanálisis.

Narratives of care networks:

a psychoanalytic group device for adolescents exposed to armed violence

Abstract The article, based on the discussion of data on the impact of armed violence on adolescent morbidity and mortality, presents a service that assists people exposed to violence in the municipal network of Campinas. The experience of Hadassa and Soledad in a brief psychoanalytic-oriented psychotherapy group is analyzed. The objective was to reflect, based on the testimonies of the two adolescents, on how the group operated in the reconstruction of broken bonds and articulated clinical practice and territory, investing in speech and networked care.

Keywords: adolescents, armed violence, group psychotherapy, psychoanalysis.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/02/2026

DATA DE APROVAÇÃO: 23/03/2026



Bruno Waldman Gomes

Mestrando em Saúde Coletiva, na área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde, e especialista pela Residência Multiprofissional em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Brasil.

E-mail: waldman.gomes@gmail.com



Rosana Teresa Onocko-Campos

Professora Titular do Departamento de Saúde Coletiva e docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Psicanalista e pesquisadora na interface entre saúde mental e saúde coletiva.

E-mail: rosanaoc@unicamp.br



Erotildes Maria Leal

Professora da Faculdade de Medicina e do Mestrado Profissional em Atenção Psicossocial do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, e da Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil.

E-mail: erotildesmarialeal@medicina.ufrj.br



Infâncias afetadas pela violência estatal: dispositivos territoriais de escuta psicanalítica e elaboração do trauma colonial

Alan Coutinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0009-0007-4669-0931>

Luana Martins

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0009-0002-7958-0257>

Mariana Mollica

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

<http://orcid.org/0000-0001-6758-9508>

Introdução

A intensificação das operações policiais em territórios periféricos tem configurado um regime de violência armada estatal que incide de modo particularmente devastador sobre crianças, jovens e suas famílias, produzindo não apenas mortes, mas condições contínuas de exposição ao terror. Diferentemente de eventos traumáticos circunscritos, trata-se de uma violência persistente, que se inscreve no cotidiano e reorganiza profundamente as possibilidades de vida, de laço social e de simbolização da experiência. Como apontam as reflexões sobre necropolítica desenvolvidas por Mbembe (2016), tais contextos operam pela produção diferencial da morte e pela gestão racializada da vulnerabilidade, o que se traduz, no plano psíquico, em formas específicas de sofrimento marcadas pela permanência da ameaça, pela interrupção dos processos de luto e pela dimensão coletiva e politicamente determinada da dor. Nesse sentido, autores implicados com a questão racial têm destacado que a violência estrutural e racializada produz efeitos subjetivos que tensionam os modelos clássicos de clínica, baseados em enquadres individualizados e relativamente estáveis. Diante disso, torna-se necessária a construção de dispositivos clínico-políticos territorializados, capazes de sustentar espaços de testemunho, elaboração e reconstrução simbólica em meio à continuidade da violência. É nesse horizonte que se insere a experiência discutida neste artigo, que aborda a especificidade do trabalho clínico-político realizado com crianças, jovens e familiares afetados pela violência armada de Estado no Rio de Janeiro.

“Foi aterrorizante ver tudo aquilo. Tivemos que ir até à Penha para ajudar famílias a identificar os corpos; foi aterrorizante.” (Sophia, 9 anos). Esta frase acima constitui um recorte de uma oficina infantojuvenil conduzida por dois psicanalistas junto a um coletivo de oito crianças e adolescentes que acompanham seus familiares em uma proposta de política pública vinculada à universidade pública. Na ocasião, o grupo participava de uma agenda voltada à construção de estratégias de cuidado e à produção de demandas por justiça diante das violências de Estado. Além disso, o espaço da oficina revelou diferentes nuances nos modos de apropriação do dispositivo por cada criança e adolescente. Muitos chegavam sem saber exatamente do que se tratava a RAAVE¹ e, justamente por isso, faziam uso de recursos lúdicos e criativos, sem necessariamente abordar de forma direta os acontecimentos que levaram seus familiares a integrarem uma rede destinada a pessoas afetadas pela violência de Estado. As observações aqui reunidas evidenciam, assim, os efeitos que a recorrência de chacinas imprime no cotidiano, nas formas de expressão e nos modos de elaboração psíquica desses jovens.

1 A RAAVE (Rede de Atenção a pessoas Afetadas pela Violência de Estado) foi constituída por movimentos de familiares de vítimas da Violência do Estado no Rio de Janeiro, desde a Chacina do Jacarezinho e grupos clínico-políticos de diversas Universidades públicas, junto à ouvidoria da defensoria pública do Rio, além de parceiros como o Redes da Maré. Há dois anos foi realizada uma parceria entre a UFRJ e o Ministério da Justiça, para fomentar um programa de bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia, na UFF e na UFRJ, além de 100 mães de jovens mortos pela polícia e outros agentes públicos, que passaram a ser extensionistas do Programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ. O programa teve como objetivo apresentar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública uma proposta de política pública voltada para a garantia dos direitos das vítimas da violência estatal e que fizesse dessas mulheres uma referência territorial no SUS, no SUAS e no acesso à justiça enquanto acolhedoras em saúde Mental, numa rede intersetorial de cuidados. Esta rede se constituiu com atendimentos em Psicologia, Psicanálise para adultos, adolescentes e crianças e é composta por profissionais da área jurídica e da assistência social, que favorecem uma perspectiva de intervenção junto aos processos jurídicos de investigação dos assassinatos que não avançam de forma esperada e justa.

Para compreender tais efeitos, torna-se necessário situar a especificidade do trauma produzido nesses contextos. Antes, contudo, é preciso delimitar o cenário geopolítico do qual partem essas observações. Nesse sentido, impõe-se relembrar o trágico episódio da chacina da Penha e do Alemão, ocorrida em 28 de outubro de 2025, resultante de uma ação conjunta da Polícia Civil, do BOPE e da Polícia Militar. Considerada a maior operação policial-letal da história recente do país, a ação deixou mais de 125 mortos e desaparecidos. Entre as vítimas, nenhuma constava nos mandados de prisão expedidos pela Justiça do Rio de Janeiro para a operação. Ainda assim, o governo estadual insistiu na narrativa de que muitos possuíam histórico criminal, mobilizando esse argumento como forma de justificar as mortes.

Diante disso, torna-se premente situar a especificidade do trauma socialmente produzido no contexto do Sul Global, interrogando o lugar historicamente conferido à infância e à adolescência, bem como o crescente aumento das demandas de cuidado e justiça dirigidas às famílias atravessadas por essa violência. Partindo das formulações de Castro (2002), torna-se possível aprofundar a compreensão dos efeitos da violência estatal sobre a vida de crianças e adolescentes. A autora sustenta que a infância, enquanto posição social, integra a divisão social do trabalho, sendo a escola o espaço privilegiado em que se organiza o “trabalho” infantil nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o tempo da criança encontra-se historicamente colonizado por exigências econômicas e sociais, voltadas à formação de sujeitos aptos à leitura, à escrita e à inserção futura no mundo produtivo. Tal perspectiva permite reconhecer que a infância e a adolescência não constituem meras fases naturais do desenvolvimento, mas posições estruturantes nas relações sociais, profundamente atravessadas por disputas em torno da produção e da distribuição de riqueza, informação e poder.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades radicais, essa leitura impede que se pense em uma adolescência homogênea. Ao contrário, os distintos atravessamentos sociais – entre eles a racialização, a segregação territorial e a violência de Estado – produzem experiências profundamente desiguais de viver a infância e a juventude. Desse modo, quando Castro (2002) problematiza os subespaços da cidade contemporânea, abre-se um campo importante para este estudo: o de interrogar como crianças e adolescentes que habitam territórios sistematicamente militarizados não apenas ocupam posições marginalizadas na divisão social do trabalho, mas têm também seu tempo, seus espaços de circulação e suas possibilidades de elaboração subjetiva diretamente capturados pela lógica da violência estatal. Assim, a colonização do tempo infantil, já apontada pela autora no âmbito escolar e econômico, revela-se, nesses contextos, intensificada por uma outra forma de captura: aquela produzida pela gestão armada e letal dos territórios populares.

A RAAVE e a oficina infanto-juvenil: dispositivos de palavra diante do indizível

Diante dessa conjuntura, delineou-se um projeto construído à margem das instituições públicas e do reconhecimento estatal, a exemplo da trajetória de suas precursoras: as mães da RAAVE (Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado). A RAAVE emerge em resposta ao aumento alarmante das mortes de jovens negros nas favelas do Rio de Janeiro, constituindo-se a partir da mobilização de mulheres negras e faveladas, sobretudo mães, em articulação com outras organizações e coletivos.

Demandas reiteradamente ignoradas pelos órgãos responsáveis pela garantia da legalidade passaram, então, a assumir a forma de um projeto concebido por e para essas mulheres, sistematicamente violentadas pelas forças estatais. Para além da perda brutal de seus filhos, elas enfrentam práticas institucionais marcadas por tratamentos desrespeitosos e revitimizadores no âmbito do sistema de justiça.

É nesse cenário de desamparo simbólico e social que, ao reivindicarem justiça e inscreverem publicamente a memória de seus familiares assassinados, essas mulheres afirmam também a necessidade do cuidado. No âmbito do projeto, voltado à escuta das mães em luta – compreendidas como pesquisadoras e promotoras de cuidado –, foram construídos, ao longo de dois anos, dispositivos coletivos e territoriais que possibilitaram sua inserção em atividades de extensão universitária, por meio da concessão de bolsas. Nesse processo, mães bolsistas passaram a frequentar o campus e a participar de forma continuada de atividades formativas, ocupando um lugar inédito na universidade, mesmo sem terem ingressado pelos meios formais, como o ENEM. A presença de filhos e netos no campus, condição para que essas mulheres pudessem permanecer e estudar, impôs-se como uma dimensão inicialmente não prevista. Para sustentar essa permanência, a equipe da RAAVE criou um espaço destinado às crianças e adolescentes, em sua maioria irmãos dos jovens assassinados. Tal espaço tornou-se central no projeto, ao articular a preservação da memória dos filhos mortos com o cuidado dos filhos vivos.

No que se refere à implementação do projeto, novos desafios emergiram à medida que os planejamentos iniciais eram colocados em prática. Já no primeiro encontro, observou-se que algumas participantes compareceram acompanhadas de crianças, por não disporem de redes de apoio que possibilitassem deixá-las em casa. Diante dessa realidade, estudantes envolvidos na iniciativa passaram a se organizar de forma espontânea para oferecer suporte às crianças durante as atividades, originalmente destinadas apenas às mães.

Com o aumento progressivo do número de crianças presentes – ao qual se somou, posteriormente, a participação de adolescentes –, consolidou-se a necessidade de formalizar o trabalho que vinha sendo desenvolvido de modo ainda incipiente. Configurou-se, assim, uma frente de atuação específica voltada a crianças e adolescentes, estruturada em um contexto de portas abertas e em condições físicas que impuseram desafios significativos à organização das atividades.

Nesse percurso, observou-se que a demanda que, em um primeiro momento, parecia decorrer da ausência de redes de apoio por parte das participantes, passou a se delinear, ao que tudo indicava, como efeito de uma escolha tornada possível pela própria existência do dispositivo que veio a ser nomeado como ciranda ou oficina. A decisão de comparecer aos encontros, assim como a de levar ou não as crianças, introduz um elemento decisivo: ao optarem por estar ali, as responsáveis e, em alguma medida, as próprias crianças, reconheciam que aquele espaço não se destinava apenas ao cuidado de mulheres mães em luto, mas também ao cuidado de seus filhos vivos.

Assim, as crianças, em sua maioria, e os adolescentes que chegavam às atividades da ciranda não o faziam desprovidos de marcas, ainda que frequentemente se apresentassem por meio de sorrisos, jogos e brincadeiras animadas. Foi nesse intervalo entre presenças e ausências, entre encontros e desencontros, que uma postura atenta e uma escuta implicada tornaram possível recolher elementos significativos de suas experiências, desvelando não apenas as múltiplas dimensões do sofrimento que os atravessavam, mas também os modos singulares de sustentar, narrar e afirmar suas próprias histórias.

Metodologia

A metodologia das oficinas infantojuvenis foi estruturada a partir de uma abordagem qualitativa, orientada pela história oral e pela observação participante, articulando cuidado em saúde mental e práticas artístico-pedagógicas. Diante da ampla faixa etária (0 a 16 anos), organizamos dois blocos de atividades simultâneos, com revezamento da equipe a cada duas horas, garantindo acompanhamento contínuo durante as quatro horas de reunião das mães.

As atividades foram concebidas como circuitos de brincadeiras e contação de histórias, funcionando como dispositivos de conversação com crianças e adolescentes, inspirados na prática da Conversação Psicanalítica desenvolvida no âmbito do CIEN (Centre Interdisciplinaire de l'Enfant). Tal perspectiva aposta na circulação da palavra como via privilegiada para tratar impasses subjetivos e sociais, sustentando a posição do analista no não saber e na escuta do singular que emerge no coletivo. Nessa direção, não se tratava de produzir interpretações ou promover compreensões normativas, mas de acolher o enigma, o mal-entendido e a dimensão inesperada dos dizeres, permitindo que cada criança pudesse inscrever algo de sua experiência no laço social (MOLLICA, 2012).

Os espaços lúdicos foram, assim, concebidos como lugares onde o conflito, o desacordo e a falta de sentido pudessem aparecer sem serem imediatamente corrigidos ou silenciados. A circulação da palavra, mediada por brincadeiras, desenhos e narrativas, possibilitou que o sofrimento muitas vezes inscrito no corpo e na angústia inominável encontrasse vias simbólicas de expressão. A aposta metodológica residia na ideia de que a fala em grupo pode favorecer certa separação entre o sujeito e aquilo que o estigmatiza ou o faz sofrer, abrindo brechas para novas nomeações e deslocamentos subjetivos.

No contexto brasileiro, marcado pelo racismo estrutural, pela violência armada de Estado e pela criminalização precoce de jovens negros e favelizados, a metodologia considerou que tais experiências atravessam profundamente a infância, produzindo interrupções constantes no brincar, na circulação territorial e na vivência escolar. Nesse sentido, as conversações visaram intervir na lógica de homogeneização e marginalização dessas crianças, sustentando o estatuto de sujeito por meio do acesso à palavra e da possibilidade de inscrição simbólica de suas histórias.

Dimensão racializada do sofrimento

Como demonstram Faustino e Rosa (2023), por detrás de todo sofrimento psíquico existe uma sociogênese; mais ainda, em se tratando do sofrimento imposto às pessoas racializadas – começando pelo próprio processo em que se deu a sua racialização –, deve-se considerar essa particularidade na execução da análise. A sociogênese é um conceito cunhado por Fanon (2008), na intenção de traçar um paralelo com dois outros: a filogenia e a ontogenia. Segundo o autor, Freud teria se desviado da tendência constitucionista em psicologia do fim do século XIX ao considerar o fator individual e, por sua vez, substituir a filogenética pela ontogenética. Contudo, afirma em seguida: “Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual” (FANON, 2008, p. 28).

Com isso, Fanon não nega a singularidade das experiências de sofrimento; todavia, ressalta que, no caso do negro, existe uma especificidade no processo de internalização e simbolização da vivência traumática, a partir da qual se instalou o que os teóricos com os quais dialogava chamaram de complexo de inferioridade do negro. Para o psiquiatra martinicano, “só há complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida, pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2008, p. 28).

Em vista disso, Fanon (2008, p. 28) prossegue, ao dizer: “o negro não é um homem”, “o negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo”. Assim, será no contexto da colonização que o negro terá sua condição ontológica arrancada de si – sua humanidade – a pretexto da implementação de um pretenso projeto civilizatório. Num tiro que não foi pela culatra, esse projeto foi certo em seu plano de dominar e animalizar aqueles que se tornaram os agentes primordiais da força produtiva e do acúmulo de riquezas de que gozaram os exploradores.

Nesse sentido, quando pensamos o contexto brasileiro e suas bases sócio-históricas de implementação, bem como os alicerces de sua política econômica – de produção dependente do mercado externo –, é possível visualizar, ainda que com alguma opacidade, o cerne de toda a sua estruturação, não sendo outro senão o dos propósitos da colonização. No colonialismo, está suspenso o pacto civilizatório em relação a determinados sujeitos no laço social, sendo outorgado somente a um enxuto segmento de classe – o das elites – o direito de emergir com toda a força de agressividade e de aviltamento contra as camadas populares. Por isso, “a confusão entre o pacto e a sua interdição faz parte da estratégia política para impedir as subversões vistas como, estas sim, violentas e contra a lei” (FAUSTINO; ROSA, 2023, p. 6).

Portanto, a violenta fragmentação colonial, mantida nas bases e nas engrenagens do capitalismo tardio, em sua potência destrutiva, fez cindir também estruturalmente a organização psíquica das pessoas negras, redimensionando os lugares e representações num formato maniqueísta, em que não há trânsito entre as partes. O negro, enquanto categoria colonial – fixado – passa a figurar como o depositário de todas as más destinações. Se, de um lado, o branco se instituiu enquanto afirmação, de outro, o negro, “especificado” – ou seja, apartado da universalidade – é negação. Sendo assim, o colonialismo constituiu-se condição histórica necessária para o soerguimento do capitalismo, por meio do qual, em um processo de desenvolvimento desigual e combinado, alcançou-se um estágio em que o modo de produção econômico não mais precisou depender da mão de obra escrava, mas da mão de obra assalariada (MOURA, 2019).

Observa-se que, apesar de mudanças superficiais na realidade social desde o fim da colonização, as estruturas profundas permaneceram intactas, apenas com formas mais sofisticadas de exploração e alienação. Em *Os condenados da terra*, Fanon (1968) descreve o mundo colonizado como dividido em dois: não apenas uma cisão subjetiva, mas uma estratificação real, simbolizada por duas cidades – a do colono, saciada e indolente, e a do colonizado, faminta e acorada: “A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. [...] A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. [...] É uma cidade de negros, uma cidade de árabes” (FANON, 1968, p. 28-29). Entre elas, atua um intermediário – a polícia – que não alivia a opressão, mas a manifesta com plena consciência das forças da ordem, levando a violência “à casa e ao cérebro do colonizado” (FANON, 1968, p. 28).

No Brasil, o cenário é completamente parecido, apesar do passar das décadas, o esqueleto da estrutura colonial perdura intacto, o que com mais vigor se apresenta nos contextos de maior discrepância, semelhante aos relatados por Fanon (1968), como a favela e o asfalto. Logo, quando a polícia adentra as favelas, não mede o uso da força e do poder contra aqueles que lá vivem, pois, naquele território, todos são considerados suspeitos (CARDOSO, 2024). Ao negro é destinado o lugar de alvo, o *nome do pior*, que se coloca como decisivo quando diante da condição de quem pode ou não viver, o que não faz importar se o garoto alvejado, negro, estava com uma camisa de escola (GUERRA, 2025).

A gestão do terror e o trauma colonial

Assim, para populações favelizadas e negras, instaura-se uma radical impossibilidade de previsibilidade quanto à repetição dessas violências, o que intensifica aquilo que podemos denominar de trauma colonial (CENA, 2025): uma marca duradoura que remete à permanência, no presente, de dispositivos de dominação e extermínio historicamente constituídos desde o período colonial e reinscritos nas formas contemporâneas de atuação do Estado brasileiro.

Cena (2025) sistematiza a noção de trauma social brasileiro como herdeiro da experiência colonial europeia, articulando-a, em diálogo com Carneiro (2017), à compreensão de que os mecanismos de violência próprios do regime necropolítico não incidem apenas por meio da morte direta e explícita, mas também se desdobram nos dispositivos de governamentalidade que produzem e administram condições de morte. Nesse quadro, torna-se fundamental interrogar quais efeitos e respostas se colocam em jogo nas experiências traumáticas da colonialidade.

Se partimos do pressuposto de que o trauma não se reduz à restituição literal de um sofrimento passado (ENDO, 2016), mas constitui-se como formação atravessada pelas particularidades do sujeito do inconsciente, adensa-se e complexifica-se o próprio sentido do traumático tal como aqui mobilizado. Diante do olhar do outro racista, o sujeito negro é permanentemente confrontado com a ameaça de aniquilamento, o que torna rara – quando não impossível – a alienação cotidiana da possibilidade da morte (ENDO, 2016), dado o caráter persistente e estrutural da experiência do racismo, que exige vigilância constante frente ao perigo. Nesse sentido, o que funda o traumático não é apenas o ato racista isolado, mas a urgência permanente da tarefa de manter-se vivo diante de forças sociais que reiteradamente impõem a possibilidade de destruição do sujeito. A própria exigência de sobrevivência torna-se, assim, indissociável das consequências traumáticas produzidas pela construção histórica do negro como vida tornada matável.

Em termos teóricos, o trauma ocupa uma posição limítrofe na estrutura da linguagem e, ao mesmo tempo, situa-se em seu núcleo, na medida em que toca o registro do real e remete a uma topologia complexa que não se reduz à oposição entre interior e exterior (LACAN, 2008). No contexto da violência colonial, por sua vez, os processos de apropriação subjetiva produzem uma ferida narcísica profunda na constituição do corpo do colonizado, como assinala Fanon (2008), inscrevendo o traumático não apenas como evento, mas como marca estruturante da experiência subjetiva.

É nesse enquadre que se inscreve o trabalho clínico com crianças e adolescentes afetados pela violência de Estado, o qual exige leituras simultaneamente clínicas e sociais, necessariamente situadas no horizonte do trauma colonial. Isso implica reconhecer que os efeitos traumáticos que atravessam esses sujeitos não podem ser compreendidos apenas no plano intrapsíquico, mas devem ser lidos como produções historicamente determinadas, nas quais se entrelaçam processos de racialização, segregação territorial e gestão diferencial da vida e da morte. Assim, a escuta clínica, nesses contextos, convoca uma abordagem que considere o trauma não apenas como marca subjetiva, mas como inscrição social e política que estrutura, desde cedo, as condições de existência dessas infâncias e juventudes.

Infância, adolescência e clínica-política em contextos de violência de Estado

Este artigo busca compreender de que modo a violência estatal armada produz formas particulares de sofrimento psíquico e exige a construção de dispositivos clínico-políticos específicos para a infância. Nessa direção, apoiamo-nos em Guerra (2025) para evidenciar como o sujeito do inconsciente – o *falasser* – é atravessado pela imanência do laço social, de modo que marcadores como raça, gênero e classe interferem decisivamente na forma pela qual a violência estruturante desse laço incide, de maneira traumática, sobre o corpo enquanto acontecimento de linguagem.

De acordo com Guerra (2025), pode-se supor que os adolescentes autores de ato infracional, “em sua maioria oriundos das regiões periféricas, maioria negros e pobres, são identificados – e respondem se identificando – aos nomes do pior” (LACADÉE, 2011 apud GUERRA, 2025, p. 26). Suas vidas são marcadas para morrer em função da colonialidade do saber e do poder tal como Grosfoguel (2016) concebeu as estruturas coloniais que são reatualizadas nas relações entre colonizados e colonizadores. Necropolítica (MBEMBE, 2018) é o nome da estratégia contemporânea do direito soberano de matar em países permanentemente em estado de exceção e de sítio. A base ideológica do poder se soma à dimensão fascista que se atualiza ao horizonte neocolonial de constituição ficcional de um inimigo comum, como vemos no Brasil frente aos jovens negros moradores de favelas; esta é a norma estabelecida do poder do estado que se institui no laço social, que autoriza o extermínio. O controle entre grupos e subgrupos que desumaniza alguns em detrimento de outros estabelece a estrutura racista e de acordo com Guerra, estabelece as defesas inconscientes frente ao plano do horror por parte dos jovens:

Como afeto político (Safatle, 2015), o horror pode tomar destinos diferentes: acirrar o ódio, incitar mais violência, desmobilizar o medo com a indiferença, ou, ainda, deslocá-lo, da morte que pode simbolicamente desvelar e nomear o real do gozo que rege colonialmente o laço social. Ele se desnuda e nos damos conta, com horror, ainda que brevemente, dessa operação. O horror soma ao medo a repulsa, acrescentando-lhe novo afeto do qual pode emergir nova defesa inconsciente... ou, ainda, pode deslocá-lo, abrindo a condição da coragem e da amizade política ... que pode conduzir a mudanças políticas efetivas de um lado e, de outro, a psicanálise pode abrir nova condição analítica para trabalhar a subjetividade do neocolonizado (GUERRA, 2025, p. 38).

A pergunta que se coloca é como intervir na identificação que o próprio adolescente e mesmo algumas crianças realizam frente ao nome do pior? A autora pergunta ao leitor se esse tipo de identificação pode estar correlacionada a objetos dejetos, restos, ponto de satisfação capitalista e que tipo de relação com o gozo essa identificação estabelece, considerando a ausência de mediação simbólica promovida por um terceiro que protege e que legitima a palavra do sujeito:

Há uma repetição gozosa na eliminação diária e permanente do inimigo, franqueada pela identificação singular de cada sujeito, cada qual à sua maneira, ao ideal da branquitude ocidental que agencia silenciosamente, porque superegoicamente, modos de gozo, adestrados de modo inconsciente. É desde dentro que assentimos ou não com o racismo e com a consequente política de morte que ele engendra. E, se um adolescente se cola ao nome do pior, ele aparentemente estaria selando sozinho seu destino mortífero. Entretanto, é assim que se cria, discursivamente, um circuito que se retroalimenta. Por isso, a necessária ampliação da leitura política do modo de gozo sádico, racista e colonial urge. Ela institui uma complexidade de outra ordem a ser considerada sob a lente psicanalítica (GUERRA, 2025, p. 39).

As perguntas que se colocam para nós são: como escutar clinicamente adolescentes, irmãos de vítimas, às vezes crianças muito pequenas, considerando em primeiro plano sua adesividade aos nomes do pior, que restringem seu campo simbólico e semântico, assim como territorial e de vida? Como destampar os ouvidos para o silêncio racializado pela branquitude nos dispositivos públicos de saúde, educação, assistência social, jurídico e da socioeducação? Como incluir a escuta psicanalítica considerando a estrutura neocolonial, repensando nossa práxis?

O racismo, através da alteridade do gozo do corpo, impõe uma hierarquia que justifica a normatividade dos direitos, distribuídos de modo desigual e violento. É o racista que cria o inferiorizado e, por sua vez, a resposta violentamente subalternizada. Com a colonização, mostra Fanon (2008), produziu-se uma ferida absoluta no colonizado. Ela não se cristalizou ainda, permanece aberta – mas ela franqueia uma identificação ao gozo, a um modo de subserviência que acaba por promover uma repetição da cena racista necropolítica.

Como um psicanalista participa dessa cena? Ao escutar clinicamente qualquer sujeito, a dimensão inconsciente singular participa da consolidação de um modo de agenciar o gozo. A operação de separação dos significantes-mestres de cada sujeito desloca o que faz para ele ilusão de unidade discursiva. O psicanalista, porém, está na cena do mundo. E, se opera como objeto causa de desejo, mobiliza também o discurso. Estar atento à sua geopolítica na escuta clínica, compor o debate democrático e interferir no modo como o saber psicanalítico se articula e se transmite são modos de impactar a própria ordem do mundo. Como elemento dessa cadeia discursiva, o ato analítico participa de sua continuidade ou de sua ruptura. Não há neutralidade” (GUERRA, 2025, p. 41).

Romper o silenciamento e falar, sobretudo ter quem possa escutar, é suportar o peso de uma civilização. Nessa topologia, testemunhamos o valor político e clínico de um psicanalista implicado às questões raciais que atravessam a infância e a adolescência, sobretudo, quando toma lugar frente à violência do Estado, não a normalizando.

Brincar e criar:

uma oficina com crianças e jovens em contextos de violência

A centralidade de crianças e jovens entre os principais afetados pela violência armada estatal coloca desafios específicos para o trabalho clínico, especialmente em favelas, onde a exposição cotidiana à violência deixa marcas profundas. Nesses contextos, o sofrimento psíquico frequentemente se manifesta de forma turva, entre comportamentos, silêncios e discursos fragmentados. Há situações em que a expressão do próprio sentir não encontra vias de articulação por meio da narrativa verbal, apresentando-se, em vez disso, por manifestações corporais, jogos, produções simbólicas fragmentadas ou silêncios que denunciam uma dor muitas vezes impossível de ser nomeada diretamente.

É nesse cenário que dispositivos coletivos, como oficinas territoriais, assumem papel central. Essas práticas permitem a criação de espaços intermediários entre o individual e o social, nos quais experiências traumáticas – como a perda de familiares em contextos de violência estatal – podem ser progressivamente nomeadas, compartilhadas e elaboradas. Ao favorecer a circulação da palavra, do brincar e da criação, tais dispositivos não se restringem a estratégias de cuidado psicológico; tornam-se formas de reconstrução do laço social, profundamente abalado pela presença contínua da violência e pela ruptura das estruturas familiares.

O atendimento clínico individual, embora importante, apresenta limites significativos nesse contexto. Crianças e jovens expostos a experiências de terror e perda frequentemente não conseguem acessar a linguagem verbal como meio exclusivo de expressão. Nessas condições, as oficinas coletivas se tornam indispensáveis, pois oferecem canais alternativos de expressão simbólica, através do lúdico, da criação artística, da dramatização e de jogos que permitem à criança externalizar sentimentos complexos e antagônicos.

O espaço coletivo permite que a singularidade de cada criança – seus movimentos, ritmos e modos de expressão – seja reconhecida, valorizada e incorporada à dinâmica grupal. Ao contrário de um atendimento meramente reativo à demanda individual, as oficinas funcionam como espaços de encontro: entre pares, entre identidades, entre diferenças e particularidades, abrindo a possibilidade para que os participantes compartilhem experiências e construam significados coletivos. Como destacam Eugénio e Fiadeiro (2012, p. 1), “O encontro só é mesmo encontro quando a sua aparição acidental é percebida como oferta, aceita e retribuída”, configurando um ambiente mínimo de cuidado e (re)criação coletiva.

O lúdico surge, nesse contexto, como uma linguagem privilegiada para crianças. Brincar permite à criança liberar-se e reeditar papéis sociais, criando mundos próprios intensos e renovados. Nesse processo, a criança incorpora e traduz o realismo do universo adulto para o cenário infantil, onde tudo pode ser livremente subvertido (ALVES, 2018). Freud (1996) já havia observado que, mesmo atos aparentemente sem sentido – como o uso do absurdo nas brincadeiras – carregam prazer e exercício de realização, sendo um mecanismo que conecta o infantil ao simbólico e ao inconsciente.

Um exemplo concreto desse processo ocorreu em uma das oficinas: Sophia, menina negra de 9 anos, que possuía grande frequência nos encontros e referia-se ao espaço como uma “escolinha”, quis brincar de “escolinha”. Nesse dia, foi decidido que todos os presentes – crianças, adolescentes e adultos – assumiriam papéis típicos de um ambiente escolar, definidos pelas próprias crianças. As personagens que surgiram incluíam a

professora, autoritária em relação aos que não cumpriam tarefas; a diretora, responsável por aplicar castigos e advertências; e os alunos, que formavam o grupo mais diverso em termos de personalidades e ações. Essa cena não apenas promoveu a expressão individual e coletiva das crianças, mas também permitiu o ensaio de diferentes papéis sociais e a construção de sentidos compartilhados, reforçando o caráter protetor e simbólico do espaço coletivo.

As oficinas, ao incluir o brincar e a criação como eixos centrais, possibilitam a emergência de uma linguagem própria que conecta diferentes mundos: de criança para criança, de adulto para criança e, por vezes, de adulto para adulto. Essa dimensão lúdica não apenas facilita a expressão de experiências traumáticas, mas também atua como meio de reconstrução do vínculo social, criando uma rede de cuidado simbólico para crianças que vivenciam perdas severas, como a morte de familiares em contexto de violência estatal.

Efeitos clínicos: entre nomear o medo, narrar e reconstruir laços

Os efeitos clínicos desta prática não foram recolhidos no sentido de submeter a análises aprofundadas a vida das crianças e jovens acompanhados, uma vez que tal empreendimento confrontaria o posicionamento ético dos profissionais e autores deste trabalho. Trata-se, antes, de extrair o que foi possível operar nas brechas e frestas, nos bastidores de um movimento que ocorria paralelamente aos salões nobres das instituições universitárias.

Partindo da ideia de que pensar o espaço físico implica considerar o lugar como “social, simbólico, carregado de ideais culturais e discursos políticos” (TEIXEIRA; PARAVIDINI; NEVES, 2021, p. 426), torna-se relevante assinalar que, entre salas, antessalas e corredores, manejou-se o imprevisível. Não apenas os espaços carregavam o peso de suas histórias institucionais, mas também as próprias crianças e adolescentes, marcados por experiências atravessadas pela violência e pelo luto.

Em um dos encontros da oficina, Luna, criança negra de três anos, que costumava chamar algumas das estudantes de “menina”, pediu para ir ao banheiro. Ao descer, encontrou a avó, que a acompanhou parte do trajeto de volta, junto à estudante que a conduzia. Ao perceber a presença da avó, Luna demonstrou querer permanecer com ela. Subindo as escadas de forma distraída, chegou à sala quando a porta azul de madeira foi fechada. Ao ouvir o barulho e perceber a porta se fechando, iniciou um choro intenso e prolongado, com lágrimas que escorriam pelo rosto e se depositavam sobre o ombro da estudante que a acolheu em abraço. Durante o choro, não pronunciou palavras, não chamou ninguém, não se lançou ao chão. O choro, testemunhado pelas demais crianças e estudantes, cessou apenas quando sua irmã, de seis anos, colocou-a no colo e passou a cantar para ela. Após se acalmar, Luna dirigiu-se à psicóloga bolsista do projeto – uma das autoras deste artigo – chamando-a de “mãe”.

Situações como essa evidenciam que, em determinados contextos, o medo não se apresenta inicialmente sob forma verbalizável. Ele irrompe no corpo, no gesto, na intensidade do afeto. A possibilidade de que esse afeto encontre sustentação em um outro – seja no colo da irmã, seja no abraço da estudante – abre espaço para que algo da experiência seja simbolicamente contornado. A nomeação que surge posteriormente não opera como simples designação, mas como tentativa de inscrição de um lugar no laço.

Se o sujeito se constitui na e pela linguagem, é precisamente na oferta de um campo discursivo estável que experiências inicialmente vividas no registro do indizível podem começar a ganhar bordas simbólicas. O espaço coletivo, nesse sentido, funciona como suporte para que o medo, antes difuso, encontre vias de reconhecimento.

Já a produção de narrativas não se restringe à fala estruturada. Ela pode emergir por meio de jogos, desenhos, recusas, repetições e pequenos deslocamentos na posição do sujeito frente ao outro. José, menino negro de dez anos, cuja aparência remetia a uma idade menor, demorou a comunicar-se verbalmente com estudantes e, aparentemente, também com as demais crianças. Inicialmente, expressava-se por sons, gestos e expressões faciais. Foi no decorrer de brincadeiras que convocavam mais intensamente o corpo – além de pinturas, desenhos e aviões de papel – que uma relação de maior consistência passou a se delinear com alguns estudantes.

Ao longo dos encontros, passou a responder verbalmente e a formular pequenas solicitações, movimento considerado significativo diante da posição anterior. Em certa ocasião, no momento do almoço, recusou-se a se alimentar, mantendo-se firme apesar das insistências diretas. Somente quando uma estudante se sentou ao seu lado para realizar a própria refeição, oferecendo-lhe espontaneamente parte do que comia e comentando sobre o sabor dos alimentos, José demonstrou interesse e passou a experimentar o que antes recusara, repetindo a refeição. Movimento semelhante ocorreu com a bebida, aceita apenas quando mediada por uma cena compartilhada.

Sem que se imponha interpretação sobre tais acontecimentos, observa-se que a possibilidade de participar de uma cena compartilhada – e não apenas de ser alvo de insistência direta – abriu espaço para uma outra forma de inserção. A narrativa, aqui, constrói-se no entrelaçamento entre gesto, oferta e resposta, configurando uma trama mínima de endereçamento e reconhecimento.

Nos espaços das oficinas, jovens e crianças puderam, naquele território simbólico marcado pelo luto, pela morte e pelas incidências do real no corpo, paradoxalmente exteriorizar-se a partir dos lugares constituídos no discurso social como crianças e adolescentes. As vias imaginárias e simbólicas – brincar, desenhar, dramatizar, almoçar – operaram como meios de reinscrição no laço social. A reconstrução dos laços não se dá por supressão da experiência traumática, mas pela criação de condições para que o sujeito não permaneça isolado em relação a ela.

Recorte clínico: o atendimento do pai de um jovem

Se, no caso das crianças e jovens, a violência armada estatal se inscreve frequentemente como experiência de medo contínuo e precarização da vida, entre familiares de vítimas fatais ela se apresenta, de modo recorrente, como ruptura radical das coordenadas simbólicas que sustentam a existência. A morte violenta de um filho, especialmente quando atravessada pela impunidade e pela negação institucional do reconhecimento, tende a produzir modalidades de sofrimento marcadas pela suspensão do trabalho de luto, pela persistência de estados de choque e pela dificuldade de inscrição da perda no campo da palavra. Nesses contextos, o trabalho clínico é convocado a operar, antes de tudo, como espaço de testemunho, capaz de sustentar a possibilidade de narrar o irrepresentável e de reconstruir, ainda que de forma precária, as condições mínimas de simbolização da experiência traumática. É a partir dessa perspectiva que se apresenta, a seguir, um recorte do acompanhamento clínico de um pai que perdeu seu filho em uma operação policial, cuja trajetória ilustra os impasses e as especificidades do luto sob violência de Estado.

O caso de Wesley (nome fictício) chegou à equipe no contexto dos atendimentos realizados após a chacina do Complexo do Alemão e da Penha, em 2025. Pai de Wallace (nome fictício), jovem de 18 anos assassinado durante a operação policial, Wesley apresentou, quando foi convocado a reconhecer o corpo do filho, um quadro súbito de perda parcial da visão, acompanhado de paralisia no lado esquerdo do rosto. Posteriormente, a avaliação médica indicou tratar-se de um quadro psicogênico associado ao estresse extremo. Esse episódio marcou o primeiro contato clínico e evidenciou, desde o início, a dimensão somática do trauma.

No atendimento, Wesley relatava esforços constantes para se agarrar às lembranças positivas do filho, mantendo ao fundo fotografias familiares que testemunhavam vínculos afetivos significativos. No entanto, a morte recente se impunha como uma cena que insistia em retornar, atravessando sua fala e se manifestando corporalmente. As imagens violentas associadas à chacina permaneciam intrusivas, revelando a dificuldade de simbolização diante do excesso traumático.

O pai narra que Wallace havia deixado a casa poucos meses antes da operação, após conflitos relacionados ao desejo de autonomia e à recusa de submeter-se às regras familiares. Apesar disso, Wesley não interrompeu os esforços de cuidado, tendo inclusive conseguido encaminhá-lo para um trabalho formal. A permanência do jovem no emprego foi breve, sendo posteriormente atraído pelo tráfico local, o que o expôs diretamente às dinâmicas de risco e culminou em sua morte. Esse percurso produziu no pai um sentimento ambivalente, atravessado por culpa, impotência e percepção de limites estruturais que escapavam à sua capacidade de intervenção.

Semanas antes da chacina, Wesley já apresentava sintomas corporais, como a paralisia facial inicial, indicando um estado prolongado de tensão psíquica. Após a morte do filho, esses sintomas se intensificaram, configurando um quadro no qual o corpo parecia responder àquilo que não encontrava inscrição na palavra. Durante os atendimentos, emergia também o temor de repetição da violência em relação ao outro filho adolescente, evidenciando o impacto transgeracional do trauma e a permanente antecipação de risco que organiza a experiência cotidiana dessas famílias.

O relato do processo de busca pelo corpo revela a dimensão extrema da violência vivida. No dia da operação, Wesley acompanhou pela televisão o aumento do número de mortos e tentou, sem sucesso, estabelecer contato com o filho. Posteriormente, foi informado de que deveria dirigir-se à Penha, onde corpos estavam sendo retirados da mata. No local, descreve ter sido obrigado a levantar, uma a uma, as lonas que cobriam os cadáveres, até finalmente identificar Wallace. Tal cena evidencia uma experiência limite, marcada pela irrupção de um excesso impossível de simbolizar, na qual o sujeito se vê capturado por um real traumático que ultrapassa as possibilidades de elaboração psíquica.

Além do impacto da identificação do corpo, Wesley enfrentou ainda processos institucionais marcados pela desumanização: não pôde acompanhar a perícia, teve de aguardar dias pela liberação do corpo e realizou um velório extremamente breve devido ao avançado estado de decomposição. A negação do direito ao luto e aos rituais funerários adequados constitui, nesse contexto, um fator adicional de agravamento do sofrimento, intensificando a experiência traumática.

Apesar disso, Wesley demonstra também movimentos de abertura ao trabalho psíquico. Após iniciar tratamento médico para a paralisia facial, procurou espontaneamente o espaço analítico, reconhecendo a necessidade de elaborar a experiência vivida.

Sua busca por cuidado indica a presença de recursos subjetivos que permitem algum deslocamento da fixação traumática, possibilitando a construção gradual de elaboração diante do impossível que o atravessou.

O caso evidencia, assim, não apenas os efeitos singulares do trauma decorrente da violência estatal, mas também sua inscrição em um contexto mais amplo de repetição histórica, no qual a morte de jovens negros e periféricos se apresenta como uma possibilidade constante. Nesse sentido, a experiência de Wesley ilustra como o traumático se constitui simultaneamente como evento psíquico e como fenômeno social, articulando sofrimento individual, precarização institucional e gestão diferencial da vida e da morte nos territórios racializados.

Considerações finais

As experiências apresentadas ao longo deste artigo evidenciam que a violência armada de Estado não apenas produz sofrimento psíquico em escala ampliada, mas redefine as próprias condições de possibilidade do trabalho clínico. Ao incidir de forma contínua, coletiva e racialmente localizada, essa violência desestabiliza os pressupostos clássicos da clínica psicanalítica, exigindo uma prática orientada pela ética da falta-a-ser e pela consideração da geopolítica do sofrimento na constituição da transferência. Nesse contexto, a palavra da criança – nos desenhos, nas brincadeiras e nas ficções compartilhadas – ultrapassa o tratamento do sofrimento individual e passa a operar como enunciação coletiva de enfrentamento à violência de Estado.

A especificidade da clínica nesses cenários reside em sua capacidade de articular cuidado psíquico, reconhecimento político e reconstrução do laço social diante de situações em que o próprio Estado figura como produtor da violência. O analista é convocado a uma posição que ultrapassa a escuta individual, implicando-se como testemunha de experiências historicamente silenciadas e como agente na construção de dispositivos que sustentem a elaboração simbólica em meio à permanência da ameaça.

A frase proferida por Marcus Vinícius (atingido por policiais no complexo de favelas da Maré em 2018) pouco antes de morrer – *“mãe, eles não viram que eu estava com o uniforme da escola?”* – condensa de modo exemplar essa dimensão. Trata-se de um significante que rasga o campo do sentido ordinário e aponta para um ponto cego coletivo: o que não se vê quando um corpo negro é atingido? Como no sonho freudiano do pai que escuta o filho morto dizer *“pai, não vês que estou queimando?”*, é a palavra que desperta e convoca à responsabilidade diante do real do trauma. Nesse sentido, a clínica se encontra com a política, pois o significante não apenas expressa sofrimento singular, mas denuncia a lógica social que produz a desumanização e a matabilidade de determinados corpos.

Diante disso, o trabalho desenvolvido no âmbito da RAAVE pode ser compreendido como uma intervenção clínico-política que opera na contramão dessa lógica de aniquilamento. Ao sustentar a memória dos filhos mortos e ao escutar os filhos vivos, a rede cria condições para que a experiência traumática encontre inscrição simbólica e circulação coletiva, possibilitando a elaboração do luto e a construção de saídas compartilhadas. Trata-se, em última instância, de uma aposta na palavra como operador de subjetivação e de laço social, capaz de abrir brechas frente à repetição mortífera que marca a experiência colonial e pós-colonial brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, C. X. Infância, brincar e memória de infância em Walter Benjamin: categorias de estudo passíveis de associação à formação e à prática docente ligadas à infância no contexto contemporâneo. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 19, p. 76-94, 2018. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4494>>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CASTRO, L. R. de. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, jun. 2002.
- CENA, A. C. **Sob a pele do trauma colonial: o refúgio melancólico do sujeito racializado**. 2025. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- ENDO, P. C. Sonhar o desaparecimento forçado de pessoas: impossibilidade de presença e perenidade de ausência como efeito do legado da ditadura civil-militar no Brasil. **Psicologia USP**, v. 27, n. 1, p. 8-15, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/TFwLZVJrKWQggRpFPY6kjvp/?lang=pt>>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- EUGÊNIO, F.; FIADEIRO, J. O encontro é uma ferida. Excerto da conferência-performance. **Secalharidade**, Culturgest, Lisboa, jun. 2012. Disponível em: <<https://lador.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/o-encontro-c3a9-uma-ferida.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAUSTINO, D. M.; ROSA, M. D. O mal-estar colonial: racismo, indivíduo e subjetivação na sociabilidade contemporânea. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, e275160, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/VGTsw7XmBqRfzFjZxXckJTh/?lang=pt>>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- FREUD, S. O chiste e sua relação com o inconsciente. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 8.
- GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- GUERRA, A. M. C. **A clínica psicanalítica com adolescentes na geopolítica pós-colonial**. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2025.
- LACAN, J. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MOLLICA, M. Contribuições da psicanálise aos desafios contemporâneos da educação. In: MOLLICA, M. C.; SILVA, C. P. G. da; BARBOSA, M. de F. S. O. (Org.). **Olhares transversais em pesquisa, tecnologia e inovação: o desafio da educação formal no século XXI**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

TEIXEIRA, B.C.A.; PARAVIDINI, J.L.L.; NEVES, A.S. Psicanálise, infâncias e vulnerabilidades: as crianças nos espaços da cidade. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 421-434, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/estic/pt_BR/article/view/182382/178492>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Resumo O artigo analisa os efeitos psíquicos, sociais e políticos da violência armada de Estado sobre crianças, adolescentes e suas famílias, a partir da experiência da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE), no Rio de Janeiro. Ancorado na psicanálise e em uma perspectiva clínico-política, discute como a necropolítica racializada incide na produção de lutos interrompidos, na ameaça permanente à infância e na precarização dos laços sociais. Destaca-se a criação de oficinas e cirandas com crianças e jovens — irmãos e familiares de vítimas — como dispositivos territoriais de escuta e elaboração coletiva do trauma. Esses espaços possibilitam a circulação da palavra, a reconstrução de narrativas e a sustentação do estatuto de sujeito diante de processos de desumanização. Ao articular memória, cuidado e ação política, o trabalho evidencia que a escuta das infâncias afetadas constitui uma intervenção clínica e um gesto ético de resistência frente ao extermínio de futuros.

Palavras-chave: violência armada de Estado, trauma colonial, clínica territorial, infâncias racializadas, necropolítica.

Infancias afectadas por la violencia estatal: dispositivos territoriales de escucha psicoanalítica y elaboración del trauma colonial

Resumen El artículo analiza los efectos psíquicos, sociales y políticos de la violencia armada del Estado sobre niños, adolescentes y sus familias, a partir de la experiencia de la Red de Atención a Personas Afectadas por la Violencia de Estado (RAAVE), en Río de Janeiro. Anclado en el psicoanálisis y en una perspectiva clínico-política, discute cómo la necropolítica racializada incide en la producción de duelos interrumpidos, en la amenaza permanente sobre la infancia y en la precarización de los vínculos sociales. Se destaca la creación de talleres y espacios colectivos de juego con niños y jóvenes —hermanos y familiares de víctimas— como dispositivos territoriales de escucha y elaboración colectiva del trauma. Estos espacios posibilitan la circulación de la palabra, la reconstrucción de narrativas y la afirmación del estatuto de sujeto frente a procesos de deshumanización. Al articular memoria, cuidado y acción política, el trabajo evidencia que la escucha de las infancias afectadas constituye una intervención clínica y un gesto ético de resistencia frente al exterminio de futuros.

Palabras clave: violencia armada estatal, trauma colonial, clínica territorial, infancias racializadas, necropolítica.

Childhoods affected by state violence: territorial dispositifs of psychoanalytic listening and elaboration of colonial trauma

Abstract This article examines the psychic, social, and political effects of state armed violence on children, adolescents, and their families, based on the experience of the Network for Assistance to People Affected by State Violence (RAAVE) in Rio de Janeiro. Grounded in psychoanalysis and a clinical-political perspective, it discusses how racialized necropolitics shapes interrupted mourning, the permanent threat to childhood, and the erosion of social bonds. The study highlights workshops and collective play spaces developed with children and youth — siblings and relatives of victims — as territorial listening devices for the collective elaboration of trauma. These spaces enable the circulation of speech, the reconstruction of narratives, and the affirmation of subjectivity in the face of dehumanization. By articulating memory, care, and political action, the article shows that listening to affected childhoods is both a clinical intervention and an ethical act of resistance against the destruction of futures.

Keywords: state armed violence, colonial trauma, territorial clinical practice, racialized childhoods, necropolitics.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/02/2026

DATA DE APROVAÇÃO: 23/03/2026



Alan Coutinho

Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Membro da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: alancenacoutinho@gmail.com



Luana Martins

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Membro da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: luanamartinsrj1999@gmail.com



Mariana Mollica

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Pós-doutora Sênior pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: marianamollica@gmail.com



Alvos pelo que são?

Juventude negra entre violência armada e resistência nas favelas cariocas

Carolina Barboza Brandão

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-2976-3867>

Joviana Quintes Avanci

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-7779-3991>

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Fundação Oswaldo Cruz e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-3766-9758>

Introdução

A juventude negra que vive nas favelas do Rio de Janeiro resiste à violência; ambas coexistem em tensão permanente. Entre operações policiais, confrontos armados e a presença ostensiva de grupos com domínio territorial, institui-se um estado permanente de vigilância que atravessa o cotidiano, reorganiza rotinas, restringe o direito de ir e vir e produz efeitos profundos sobre a saúde mental e os projetos de vida desses jovens. O que frequentemente é interpretado pelo senso comum e discursos públicos como “normalização” da violência constitui, na verdade, um regime de adaptação forçada à insegurança, marcado pelo medo, pela imprevisibilidade e pela ameaça constante à vida (RIBEIRO et al., 2020, 2022; SILVA et al., 2021).

Dados recentes evidenciam a centralidade da juventude nas estatísticas de violência letal no país. Segundo o Atlas da Violência (CERQUEIRA; BUENO, 2023), pessoas entre 15 e 29 anos representam mais da metade das vítimas de homicídio no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, a letalidade atinge de forma desproporcional jovens homens negros moradores de favelas e periferias, frequentemente mortos em decorrência de intervenções policiais ou em contextos de confrontos armados. Aproximadamente três em cada quatro vítimas de homicídio no estado eram pessoas negras, o que evidencia a persistência de desigualdades raciais na violência letal. Já as taxas de homicídio entre homens jovens foram substancialmente superiores à média nacional, alcançando cerca de 134 por 100 mil habitantes, em comparação a 91,2 por 100 mil no Brasil, o que reforça a magnitude das desigualdades etárias, raciais e territoriais na distribuição da violência (CERQUEIRA; BUENO, 2023).

No plano regional, o levantamento da plataforma Futuro Exterminado (2026), que monitora a violência armada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, reforça essa tendência, indicando que, entre 2016 e 2026, 574 adolescentes foram baleados na região, dos quais 289 morreram e 285 ficaram feridos. A proporção de mortes, que representa aproximadamente 38% dos casos, evidencia a gravidade da exposição juvenil à violência armada e sua letalidade persistente. Esses números não se referem a episódios isolados, mas a um padrão reiterado de risco territorialmente concentrado, que incide de forma desproporcional sobre jovens residentes de áreas periféricas. Ao serem lidos à luz da desigual distribuição de proteção estatal, ou seja, à presença de aparatos de segurança pública, tais dados reforçam que a juventude negra nas favelas vive sob condições estruturais que administram diferencialmente sua vulnerabilidade e morte.

Entretanto, reduzir essa realidade a números obscurece seus efeitos subjetivos sobre vidas e territórios: a presença do medo como experiência cotidiana, da ansiedade diante do som de helicópteros, o cálculo permanente de rotas “seguras” e a interrupção de aulas, de atendimentos de saúde e de atividades culturais.

Este artigo se constitui em um ensaio teórico, em diálogo com uma pesquisa em desenvolvimento sobre juventude, violência armada e saúde física e mental em territórios de favela da cidade do Rio de Janeiro, em especial nos complexos de Manguinhos e Maré, articulando produção bibliográfica e análise crítica das condições estruturais que atravessam tais contextos. É construído a partir de uma posição situada, em que a primeira autora pesquisadora é moradora de um dos territórios mencionados. Essa dupla inserção não constitui elemento confessional, mas escolha epistemológica, reconhecendo que a produção de conhecimento é atravessada por localização social e experiência vivida.

O Complexo de Manguinhos e o Complexo da Maré são situados na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Com populações majoritariamente negras e marcados por um histórico de precarização urbana, esses complexos expressam a produção desigual do espaço urbano e a concentração territorial de vulnerabilidades sociais (MOTTA; BRANDÃO, 2022; RIBEIRO et al., 2020, 2022; SANTOS, 2005; SILVA et al., 2021). Manguinhos apresenta indicadores persistentes de desigualdade socioeconômica e exposição à violência letal, como demonstram estudos sobre mortalidade juvenil e condições de vida no território (CERQUEIRA; BUENO, 2023; MOREIRA; CRUZ NETO; SUCENA, 2003). A Maré, composta por dezesseis comunidades, tem sido cenário recorrente de operações policiais de grande escala e disputas envolvendo grupos civis armados, com impactos diretos sobre a rotina escolar e laboral de seus moradores (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022; HIRATA et al., 2021; LEMGRUBER, 2023; LEMGRUBER et al., 2022). Esses territórios não são exceção, mas expressão concreta da racialização e da desigual distribuição de proteção estatal na cidade.

Ademais, estudos realizados em territórios como Manguinhos têm apontado índices preocupantes de ansiedade, depressão e sintomas de estresse pós-traumático entre jovens, revelando que a violência armada não se restringe ao evento do disparo, mas se infiltra como atmosfera social permanente (RIBEIRO et al., 2022; SILVA et al., 2021; SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024). O estado de vigilância constante, com a atenção ao menor ruído, ao movimento inesperado e a possibilidade súbita de confronto, aproxima-se das análises sobre os efeitos psicossociais da exposição continuada à violência urbana (ZALUAR, 2004) e das formulações acerca da sociabilidade violenta como princípio organizador das interações em contextos marcados pelo uso recorrente da força (MACHADO DA SILVA, 2004, 2010).

A violência armada é um fenômeno que inclui: “manifestações como tiroteios, confrontos, balas perdidas, atuação de snipers, ostensividade da exposição de armas de fogo (AF), ameaças com AF para controle do território ou roubos, uso de explosivos como granadas e bombas, entre outras” (RIBEIRO et al., 2023, p. 142).

Contudo, esta forma de violência não pode ser compreendida como fenômeno isolado. Ela se articula à violência estrutural, entendida como processo histórico de produção e reprodução de desigualdades sociais que incidem sobre condições de vida, saúde e acesso a direitos (MINAYO, 2005, 2018), bem como ao racismo estrutural que organiza a distribuição desigual de oportunidades e define hierarquias de valor social (ALMEIDA, 2018; CARNEIRO, 2023). As favelas, frequentemente descritas a partir da ausência de infraestrutura, de serviços e de legalidade, são, na realidade, territórios constituídos por disputas políticas, estigmatizações e resistências, inseridos na produção desigual do espaço urbano brasileiro (SANTOS, 2005).

A criminalização dos corpos jovens e negros nesses espaços levanta uma questão incontornável: são esses jovens alvo da repressão pelo que fazem ou pelo que são? A seletividade da violência estatal e paraestatal sugere que raça, classe e território operam como marcadores centrais na definição de quem pode viver e quem pode morrer. Nesse ponto, aproxima-se o debate da noção de necropolítica, entendida como a capacidade do poder soberano de decidir sobre a exposição diferencial à morte (MBEMBE, 2018), particularmente visível em territórios marcados pela militarização e pela lógica da guerra às drogas (BOITEUX, 2015; RIBEIRO, 2025; SILVA; VALOIS, 2016).

O argumento central desse artigo sustenta que a violência armada que atravessa as favelas do Rio de Janeiro configura um regime racializado de gestão territorial que produz a juventude negra como população permanentemente exposta à morte, ao medo e à restrição de direitos (CARNEIRO, 2023; RIBEIRO et al., 2020, 2022, 2023; SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024). Longe de representar uma adaptação cultural à violência, a experiência juvenil nesses contextos revela tensões entre vulnerabilização estrutural e estratégias cotidianas de resistência.

Ao afirmar que a juventude não se acostuma, mas coexiste sob vigilância constante, este texto busca deslocar narrativas que naturalizam a violência como parte “inerente” da vida nas favelas. Trata-se de evidenciar que o que está em curso não é normalidade, mas desigualdade historicamente produzida e que, apesar disso, os territórios também são espaços de organização, solidariedade e produção de cuidado.

Favela como território político e gestão racializada da vida

A compreensão das favelas como lugar de *ausência* constitui uma das bases simbólicas que sustentam sua estigmatização histórica. Ao longo dos censos demográficos, as mudanças terminológicas de *favelas* a *aglomerados subnormais* e, mais recentemente, a *favelas* e *comunidades urbanas* revelam não apenas ajustes metodológicos, mas disputas sobre a forma de nomear e, portanto, governar esses territórios (IBGE, 2024). A própria categoria *subnormal* expressava um enquadramento normativo que tomava como referência implícita um modelo urbano formalizado, legal e regular, posicionando a favela como desvio em relação à cidade *normal*.

Esse enquadramento produziu efeitos políticos. Como argumenta Nóbrega Júnior (2007), a generalização e a homogeneização das favelas apagam sua diversidade interna e reforçam percepções marcadamente negativas, centradas na falta e na carência. Perlman (1976, 2010) já advertia que as representações homogêneas das favelas são empiricamente imprecisas e politicamente perigosas, pois sustentam intervenções que priorizam controle e repressão em detrimento da garantia de direitos. Ao associar favela a perigo, pobreza e criminalidade, consolida-se uma lógica que naturaliza a excepcionalidade das políticas aplicadas nesses territórios.

A crítica à homogeneização é fundamental para compreender que as favelas não constituem espaços isolados da cidade, mas expressões da própria produção desigual do espaço urbano brasileiro. Santos (2005) propõe compreender o território como “território usado”, isto é, como resultado das práticas sociais, das relações de poder e das dinâmicas econômicas que o constituem. Nessa perspectiva, a favela não é um vazio institucional, mas um espaço produzido por processos históricos de exclusão, disputas fundiárias, políticas urbanas seletivas e ausência sistemática de políticas habitacionais inclusivas.

A produção desigual do espaço urbano está intrinsecamente articulada ao racismo estrutural. Como argumenta Almeida (2018), o racismo não opera apenas em nível individual, mas organiza as instituições e estrutura as oportunidades sociais. A distribuição desigual de infraestrutura, saneamento, equipamentos culturais e serviços públicos nas cidades brasileiras evidencia que determinados territórios são historicamente relegados a padrões inferiores de investimento e cuidado estatal. No caso das favelas cariocas, onde a população negra é majoritária, essa desigualdade territorial expressa a racialização do espaço urbano.

Assim, compreender a favela como território político implica reconhecer que ela é simultaneamente espaço de vulnerabilização e de potência. Vulnerabilização, porque concentra déficits históricos de direitos sociais, presença seletiva do Estado e exposição recorrente à violência armada. Potência, porque é também lugar de organização comunitária, produção cultural, solidariedade e reivindicação de direitos. Essa ambivalência tensiona narrativas simplificadoras que reduzem as favelas a cenários exclusivos de carência ou violência.

Ao deslocar o olhar da ausência para a produção histórica do território, evidencia-se que a violência armada que atravessa esses espaços não é fenômeno externo que “invade” a favela, mas se insere em um contexto mais amplo de gestão desigual da cidade. A militarização concentrada, a lógica da guerra às drogas e a seletividade das operações policiais revelam que determinados territórios são tratados como zonas de exceção, onde a suspensão prática de direitos pode ser legitimada sob o argumento da segurança pública (SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024; SILVA; RIBEIRO, 2025).

A concentração de operações militarizadas e a aplicação diferenciada da lei nesses territórios aproximam-se daquilo que Agamben (2002) descreve como produção de zonas de exceção, nas quais a suspensão prática de garantias jurídicas se torna regra. Embora formulado a partir de contextos distintos, o conceito permite iluminar como determinados espaços urbanos passam a operar sob regimes diferenciados de cidadania, nos quais a proteção de direitos fundamentais se torna contingente. Nas favelas cariocas, essa excepcionalidade não é formalmente decretada, mas se manifesta na recorrência de incursões armadas, na flexibilização do uso da força e na naturalização de violações.

Nesses espaços, a fronteira entre legalidade e ilegalidade torna-se difusa, e o monopólio estatal da força convive com outras formas de regulação armada do território. Essa dinâmica reforça a necessidade de analisar a violência armada não apenas como problema criminal, mas como expressão de disputas territoriais e de hierarquizações raciais inscritas na própria organização da cidade. A favela, portanto, não é cenário passivo da violência, mas território atravessado por relações de poder que articulam urbanização desigual, racismo estrutural e políticas de segurança seletivas. É nesse cenário territorial, marcado por desigualdade histórica, presença armada do Estado e atuação de grupos civis armados, tais como as chamadas facções e as milícias, que a juventude negra se constitui como grupo social particularmente exposto às dinâmicas de vulnerabilização e controle que, no limite, implicam sua morte.

Corpos jovens sob suspeição: interseccionalidade e regimes de vulnerabilização da juventude negra

A juventude que vive nas favelas do Rio de Janeiro ocupa uma posição social marcada por múltiplas intersecções de vulnerabilidades: idade, raça, classe e território. No Brasil, o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) define como jovens aqueles entre 15 e 29 anos, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. Entretanto, embora juridicamente protegidos por marcos normativos como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), jovens negros moradores de favelas figuram de maneira desproporcional nas estatísticas de homicídios e intervenções policiais letais.

A compreensão dessa desproporcionalidade exige considerar a interseccionalidade como chave analítica capaz de evidenciar como sistemas de opressão operam de forma articulada. Raça, classe, gênero e território não atuam como marcadores isolados, mas como dimensões estruturais que se entrecruzam e produzem experiências específicas de vulnerabilização. No contexto das favelas cariocas, a racialização da pobreza associa juventude negra à suspeição permanente, intensificando processos de criminalização e exposição à violência letal.

A convergência entre racismo estrutural, cisheteropatriarcado¹ e desigualdade socioeconômica organiza regimes diferenciados de controle: jovens homens negros são hiper-masculinizados como ameaças e figuram como os principais alvos da letalidade policial, enquanto jovens mulheres negras enfrentam múltiplas formas de violência que atravessam o espaço doméstico, comunitário e institucional. Essas dinâmicas não resultam de desvios individuais, mas de estruturas históricas que atravessam corpos e subjetividades, configurando aquilo que pode ser compreendido como interseccionalidade letal: expressão de uma ordem social que administra diferencialmente quem pode viver e quem pode morrer (ALMEIDA, 2018; AKOTIRENE, 2019; CARNEIRO, 2023; COLLINS, 2020; GONZALEZ, 1984).

A seletividade racial da violência letal é amplamente documentada. Jovens negros constituem a maioria das vítimas de homicídio no país, e, no estado do Rio de Janeiro, parcela significativa dessas mortes decorre de intervenções policiais realizadas em territórios periféricos (CERQUEIRA; BUENO, 2023). Essa assimetria não pode ser compreendida apenas como efeito colateral do combate ao crime, mas como expressão do racismo estrutural que organiza a distribuição desigual de proteção e exposição à violência (ALMEIDA, 2018; CARNEIRO, 2023).

Nesse contexto, emerge uma questão central: a criminalização incide sobre o que esses jovens fazem ou sobre quem (supostamente) eles são? A associação automática entre juventude negra, favela e suspeição produz um regime de vigilância e controle que antecede qualquer conduta individual. A cor da pele, o endereço e a faixa etária tornam-se marcadores de risco presumido, configurando aquilo que diversos estudos têm identificado como seletividade penal e racialização do controle social (ALMEIDA, 2018; CARNEIRO, 2023; MISSE, 2010).

Essa dinâmica aproxima o debate da noção de necropolítica, entendida como a capacidade do poder soberano de decidir quais vidas são expostas à morte ou à precarização sistemática (MBEMBE, 2018). Em contextos urbanos marcados por desigualdade racial e territorial, essa exposição não se distribui de maneira aleatória, mas incide de forma concentrada sobre jovens negros moradores de periferias.

Contudo, a produção dessa vulnerabilidade não decorre exclusivamente da ação estatal. Nos territórios de favela, a presença de grupos civis armados com domínio territorial constitui elemento central da dinâmica social. Facções que atuam no comércio ilegal de drogas e milícias operam formas próprias de regulação, combinando coerção armada, controle de circulação, exploração econômica e imposição de normas locais (CANO;

1 O cisheteropatriarcado é um conceito estrutural utilizado na teoria feminista e *queer* para descrever um sistema de opressão que combina a *cisgeneridade* (identificação com o gênero atribuído ao nascer), a *heteronormatividade* (heterossexualidade como única norma) e o *patriarcado* (dominação masculina). Esse sistema coloca homens cisgêneros heterossexuais em uma posição de autoridade sobre mulheres (cis e trans) e pessoas com dissidências sexuais ou de gênero (PRECIADO, 2022).

DUARTE, 2012; HIRATA et al., 2021). Esses grupos disputam o controle do território e da população, estabelecendo regras de convivência, restringindo mobilidades e impondo sanções no cotidiano de vida.

A juventude é frequentemente incorporada a essas dinâmicas, seja como mão de obra do mercado ilegal de drogas, seja como população sujeita às normas impostas pelos grupos civis armados. O recrutamento de adolescentes e jovens ocorre em contextos marcados por desigualdade educacional, restrição de oportunidades formais de trabalho e fragilidade das políticas públicas de inclusão produtiva (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002; FALEIROS, 2004). Para parte desses jovens, a adesão às facções pode representar acesso a renda, pertencimento e reconhecimento simbólico, ainda que acompanhados de riscos permanentes de morte ou encarceramento (CECCHETTO; RIBEIRO; SOUZA, 2025; SILVA; RIBEIRO, 2025).

Como já apontava Zaluar (1994, p.103), a chamada “subcultura viril” associada às armas dialoga com vulnerabilidades estruturais e com a busca por reconhecimento em contextos de exclusão. Entretanto, atribuir exclusivamente aos grupos civis armados a responsabilidade pela violência implicaria obscurecer o papel das políticas públicas baseadas na lógica da guerra às drogas.

A política de segurança orientada pelo confronto produz operações militarizadas concentradas em territórios pobres, intensificando conflitos armados e ampliando a exposição da população civil, especialmente da juventude, a riscos de morte e sofrimento psíquico (BOITEUX, 2015; RIBEIRO et al., 2021; VALOIS, 2016). Assim, a violência armada que atravessa as favelas resulta da interação entre diferentes atores que disputam o controle territorial: forças estatais e grupos civis armados.

Essa coexistência de ordens, a institucional-legal e a armada, tensiona o monopólio estatal da força e produz cenários nos quais a juventude se encontra simultaneamente sujeita à coerção de grupos civis armados e à repressão policial. A circulação no território, o acesso à escola, ao trabalho e ao lazer tornam-se condicionados por essas disputas (MACHADO DA SILVA, 2004, 2010). O jovem pode ser alvo de recrutamento por uma facção e, ao mesmo tempo, ser tratado como suspeito pelas forças de segurança. Sua existência é atravessada por múltiplas formas de controle e suspeição.

Desse modo, a vulnerabilidade juvenil nas favelas não é produto exclusivo da suposta ausência do Estado nem apenas da presença dos grupos civis armados, mas da sobreposição de regimes de regulação que incidem seletivamente sobre corpos jovens e negros. A precarização de direitos sociais – educação, trabalho, saúde – amplia a margem de exposição a essas dinâmicas, enquanto a militarização intensifica o risco letal (MINAYO, 2005, 2018).

Ao reconhecer essa complexidade, evita-se tanto a romantização das dinâmicas internas das favelas quanto a redução da violência a falhas individuais. O que está em jogo é uma estrutura que articula desigualdade urbana, racismo estrutural, mercado ilegal de drogas e políticas de segurança baseadas no enfrentamento armado. A juventude emerge, nesse cenário, como população central na disputa territorial e simbólica que organiza a violência urbana contemporânea.

A sobreposição desses regimes de regulação não apenas estrutura desigualdades objetivas, mas produz efeitos subjetivos que atravessam o cotidiano juvenil, configurando aquilo que pode ser compreendido como estado de vigilância constante.

Entre o confronto e o controle: viver sob vigilância constante

Se a violência armada é frequentemente analisada a partir de seus eventos extremos, como os confrontos, chacinas, operações policiais e execuções, seus efeitos mais persistentes operam na dimensão cotidiana. Para a juventude que vive em favelas marcadas pela disputa territorial entre forças estatais e grupos civis armados, a violência se instala como atmosfera social permanente. Estudos sobre violência urbana no Rio de Janeiro já apontavam que a repetição de confrontos armados produz reorganização da vida cotidiana e redefinição de rotinas sociais (MACHADO DA SILVA, 2004; ZALUAR, 2004).

Esse fenômeno pode ser compreendido como um estado de vigilância constante, no qual a atenção ao ambiente torna-se mecanismo de autoproteção. Pesquisas qualitativas em territórios marcados por confrontos armados demonstram que moradores desenvolvem estratégias contínuas de leitura situacional para antecipar riscos e evitar exposição a confrontos (CAVALCANTI, 2008; HIRATA et al., 2021; RIBEIRO et al., 2021; RIBEIRO et al., 2022; SILVA et al., 2021; SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024). A vigilância cotidiana à atenção ao som de helicópteros, à circulação de viaturas e de ruídos abruptos não é voluntária, mas imposta pelas condições do território. Ela reorganiza trajetórias, horários, deslocamentos e escolhas.

Tal dinâmica dialoga com as formulações de Machado da Silva (2004, 2010) sobre a sociabilidade violenta, entendida como princípio organizador das relações em contextos nos quais o uso da força deixa de ser excepcional e passa a estruturar as interações. Entretanto, no caso da juventude, essa sociabilidade não implica adesão à violência, mas adaptação defensiva à sua possibilidade permanente.

A leitura de que jovens “se acostumam” à violência revela uma interpretação externa que tende a naturalizar a exposição reiterada ao risco. Contudo, coexistir sob violência não equivale a internalizá-la como “normal”. O medo, nesse contexto, opera como categoria central. A literatura sobre os impactos psicossociais da violência armada demonstra que a exposição continuada a situações de ameaça pode gerar sintomas de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, sobretudo entre adolescentes e jovens (MINAYO, 2005; RIBEIRO et al., 2021; ZALUAR, 2004).

Estudos realizados em territórios da cidade do Rio de Janeiro indicam associação entre intensidade de confrontos armados e interrupção de atividades escolares, restrição de mobilidade e aumento de sofrimento psíquico entre moradores (CANO; RIBEIRO, 2016; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022; LEMGRUBER et al., 2022; LEMGRUBER et al., 2023). Assim, a violência não produz apenas vítimas fatais; produz também vidas atravessadas por tensão crônica. Pesquisas sobre juventude e controle penal evidenciam que a seletividade das abordagens policiais incide de maneira desproporcional sobre jovens negros moradores de periferias (MISSE, 2010). A circulação no território passa a depender da leitura situacional do conflito: qual grupo domina determinada área, se há operação policial em curso, quais rotas devem ser evitadas.

A militarização concentrada das políticas de segurança, orientada pela lógica da guerra às drogas, intensifica essa atmosfera de instabilidade (BOITEUX, 2015; VALOIS, 2016). Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) e estudos de Cano e Duarte (2012) apontam que operações policiais em áreas de favela frequentemente resultam em confrontos armados que afetam diretamente a rotina escolar e laboral da população civil (LEMGRUBER, 2023; LEMGRUBER et al., 2022, 2023).

Nesse cenário, a juventude negra emerge como corpo sob suspeição permanente. A seletividade racial das abordagens policiais e da letalidade decorrente de intervenção estatal tem sido reiteradamente documentada em pesquisas nacionais (CERQUEIRA; BUENO, 2023; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Assim, o jovem não apenas convive com o risco objetivo da violência, mas carrega consigo o risco simbólico de ser presumido culpado.

O estado de vigilância constante não deve ser interpretado como fragilidade individual, mas como resposta racional a um ambiente estruturalmente inseguro. Ao mesmo tempo, produz desgaste emocional e restringe horizontes de futuro. Projetos educacionais, inserção no mercado de trabalho e experiências culturais tornam-se atravessados por cálculos de risco, fenômeno já identificado em estudos sobre juventude em contextos de violência urbana (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002).

Ao analisar a violência armada como regime que institui vigilância permanente, desloca-se o debate da excepcionalidade do evento para a persistência do contexto. O foco deixa de ser apenas o confronto armado e passa a ser o modo como a ameaça constante reorganiza subjetividades e direitos. Pesquisas desenvolvidas nesses territórios evidenciam que a exposição reiterada a confrontos impacta diretamente o cotidiano juvenil, gerando fechamento de escolas e unidades de saúde, além de produzir sofrimento psíquico associado à imprevisibilidade dos conflitos (OLIVEIRA et al., 2022; RIBEIRO et al., 2021).

Resistir e cuidar: intersetorialidade e direitos nos territórios de favela

Se a violência armada institui um regime de vigilância constante, ela não esgota as formas de vida que se produzem no território. As favelas não são apenas espaços de vulnerabilização; são também espaços de elaboração coletiva, organização política e produção de cuidado. Reconhecer essa dimensão não significa minimizar os efeitos da violência, mas evitar que o diagnóstico estrutural se converta em determinismo social. Como argumenta Santos (2005), o território é espaço de conflito, mas também de possibilidade, produzido pelas práticas sociais que o constituem.

Em contextos marcados pela presença da violência armada operada simultaneamente por Estado e grupos civis, resistem iniciativas comunitárias que disputam a centralidade da violência como única narrativa possível. Movimentos de mães que denunciam a letalidade policial, coletivos culturais juvenis, projetos de comunicação comunitária e experiências de formação política constituem práticas concretas de enfrentamento simbólico e material à naturalização da morte, que se associa à lógica necropolítica que define quais vidas são consideradas descartáveis (MBEMBE, 2018).

Essas iniciativas operam aquilo que pode ser compreendido como redes comunitárias de cuidado, fundamentais em contextos em que a violência impacta diretamente a saúde física e mental da população (MINAYO, 2005, 2018; RIBEIRO et al., 2021; SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024). Em territórios onde o Estado comparece prioritariamente por meio do aparato repressivo, o cuidado passa a ser construído horizontalmente a partir de vínculos comunitários, redes informais de apoio e organizações locais. Na Maré, organizações comunitárias historicamente consolidadas desenvolvem iniciativas de comunicação, monitoramento de violações e produção cultural que tensionam a narrativa hegemônica da violência e afirmam o território como espaço de direitos (OLIVEIRA et al.,

2022; MOTTA; BRANDÃO, 2022). Essas experiências mostram que, mesmo sob a sobreposição de violência estatal e atuação de grupos civis armados, há produção ativa de cidadania e elaboração coletiva de estratégias de resistência.

Ao mesmo tempo, a produção de conhecimento no e sobre o território emerge como estratégia de disputa narrativa. Quando jovens moradores ingressam na universidade, participam de pesquisas ou constroem análises críticas sobre sua própria realidade, deslocam-se da posição de objeto de estudo para sujeitos produtores de saber. Essa inversão tensiona a tradição acadêmica que historicamente constrói as favelas a partir de olhares externos e muitas vezes estigmatizantes (PERLMAN, 1976, 2010). A produção situada de conhecimento constitui, portanto, prática política e epistemológica.

A intersectorialidade torna-se, nesse cenário, elemento central. A violência armada não pode ser tratada exclusivamente como questão de segurança pública. Seus efeitos atravessam saúde mental, educação, mobilidade urbana, assistência social e cultura, que são dimensões já reconhecidas na literatura de saúde coletiva como interdependentes na produção das condições de vida (MINAYO, 2005). A fragmentação das políticas públicas tende a reproduzir a lógica setorial, enquanto a militarização isolada intensifica o conflito sem enfrentar suas causas estruturais (BOITEUX, 2015).

Iniciativas que pensem a prevenção da violência, no campo da saúde coletiva, precisam articular promoção de direitos, fortalecimento comunitário e políticas públicas, de maneira integrada. A resposta ao dano já produzido mostra-se insuficiente quando dissociada da redução de vulnerabilidades estruturais organizadoras da vida social. Como já argumentado, em territórios atravessados pela violência armada, a exposição reiterada à ameaça incide sobre trajetórias educacionais, inserção laboral e potência de redes de proteção social comunitárias, configurando um cenário em que os níveis de prevenção primária, secundária e terciária precisam operar de forma articulada. A saúde mental, nesse caso, expressa não apenas sofrimento individual, mas efeitos acumulados de desigualdades territoriais e raciais que demandam respostas intersectoriais consistentes (ASSIS; AVANCI, 2020; SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024).

Nesse contexto, pensar prevenção implica necessariamente pensar direitos. A saúde das juventudes, especialmente em territórios marcados por violência armada, não pode ser compreendida de forma dissociada das condições estruturais que organizam suas trajetórias. A experiência juvenil nas favelas articula desigualdades raciais, territoriais e econômicas que incidem diretamente sobre o acesso a políticas públicas e à garantia de direitos. Nesse cenário, a juventude não deve ser reduzida à categoria de “grupo em risco”, mas reconhecida como sujeito de direitos cuja participação e protagonismo são dimensões centrais para a formulação de respostas institucionais eficazes. Em contextos como Manguinhos e Maré, onde o cotidiano é atravessado por confrontos armados e disputas territoriais, o cuidado em saúde demanda articulação com políticas de educação, trabalho, cultura e proteção social, de modo a fortalecer capacidades juvenis e ampliar horizontes de futuro (CECCHETTO; RIBEIRO; SILVA, 2025).

Tratar a violência armada como problema de saúde pública implica reconhecer seus impactos psicossociais, suas consequências sobre trajetórias juvenis e sua relação com desigualdades estruturais. Implica também deslocar o foco do enfrentamento bélico para políticas de garantia de direitos e fortalecimento comunitário, o que dialoga com perspectivas críticas sobre segurança pública e cidadania (MISSE, 2010).

Assim, disputar a vida no território significa disputar a narrativa sobre o que é a juventude da favela. Contra a figura do jovem perigoso ou irrecuperável, frequentemente associada à seletividade penal e racialização do controle social (ALMEIDA, 2018; CARNEIRO, 2023; MISSE, 2010), emergem jovens pesquisadores, comunicadores, artistas e sujeitos políticos que reivindicam direito à cidade e à existência digna.

Essa disputa não elimina a violência, mas rompe com sua naturalização e produz enfrentamento. Se a necropolítica define quem pode morrer, as práticas comunitárias de cuidado e organização reafirmam quem insiste em viver.

Considerações finais

A experiência juvenil nesses territórios revela uma convivência imposta com a violência, que não deve ser confundida com sua normalização. Trata-se de viver sob um regime permanente de vigilância, no qual a exposição reiterada ao confronto armado produz efeitos que extrapolam a letalidade imediata, incidindo sobre a saúde mental, o direito de circulação e a construção de projetos de vida.

Partindo dos contextos de Manguinhos e da Maré, torna-se possível observar como a produção desigual do espaço urbano, articulada ao racismo estrutural, conforma territórios onde a presença estatal se manifesta prioritariamente por meio da força armada, enquanto direitos sociais permanecem intermitentes. Simultaneamente, a atuação de grupos civis armados intensifica disputas territoriais que atravessam o cotidiano juvenil, produzindo sobreposição de regimes de controle. Nesse cenário, a juventude encontra-se situada entre coerções distintas, ambas incidindo sobre sua mobilidade, sua integridade física e sua autonomia.

A noção de estado de vigilância constante permite compreender a violência armada não apenas como risco eventual, mas como atmosfera social persistente. Essa condição não representa adaptação cultural, mas resposta defensiva a um ambiente estruturalmente inseguro. O medo, longe de ser sinal de fraqueza individual, constitui marcador da exposição desigual à precariedade e à morte.

Contudo, o presente artigo traz ao debate que esses territórios não podem ser reduzidos à narrativa da violência. Em Manguinhos e na Maré, práticas comunitárias de cuidado, movimentos de denúncia da letalidade estatal, iniciativas culturais e experiências de produção de conhecimento tensionam a naturalização da morte e disputam sentidos sobre o que é ser jovem na favela. A resistência não anula a vulnerabilização, mas afirma a vida como horizonte político.

As implicações dessa análise apontam para a necessidade de superar respostas exclusivamente militarizadas à violência urbana. Tratar a violência armada como problema restrito à segurança pública obscurece seus impactos intersetoriais. Saúde, educação, assistência social, cultura e políticas de juventude devem compor estratégias articuladas que enfrentem a produção estrutural da desigualdade territorial e racial.

Reconhecer a juventude negra como sujeito de direitos (e não como suspeição permanente) implica romper com a lógica que administra diferencialmente a exposição à morte. Ao deslocar o foco da naturalização para a análise das condições estruturais, este artigo reafirma que a violência não é destino inevitável das favelas, mas resultado de escolhas políticas historicamente produzidas. Disputar a vida no território, portanto, é disputar o próprio projeto de cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Busca/Download?codigoArquivo=165>>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
- ASSIS, S. G. de; AVANCI, J. Q. É possível prevenir a violência? Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção da saúde. In: NJAINE, K. et al. (Org.). **Impactos da violência na saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. p. 77-105.
- BOITEUX, L. **A guerra às drogas e a criminalização da pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- _____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- _____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Brasília, DF: Presidência da República, 2013.
- CANO, I.; DUARTE, T. **No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.
- CANO, I.; RIBEIRO, E. **Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2016.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CAVALCANTI, M. **Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- CECCHETTO, F. R.; RIBEIRO, F. M. L.; SOUZA, E. R. Juventudes, segurança pública e homicídios: uma abordagem multifatorial sobre a morte de jovens. In: CECCHETTO, F. R.; RIBEIRO, F. M. L.; SILVA, V. L. M. da (Org.). **Juventudes no Brasil: saúde, direitos e políticas públicas**. Niterói: Eduff, 2025. p. 83-94.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/250/atlas-da-violencia-2023>>. Acesso em: 16 fev. 2026.
- COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

FUTURO EXTERMINADO. **Plataforma interativa de monitoramento da violência armada contra crianças e adolescentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Instituto Fogo Cruzado. Disponível em: <<https://futuroexterminado.com.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: MACHADO DA SILVA, L. A. et al. (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos.** Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.

HIRATA, D. et al. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro:** uso da força estatal, mercado ilegal e controle territorial. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **As favelas e comunidades urbanas nos Censos do IBGE.** Nota metodológica, 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

LEMGRUBER, J. **Favelas na mira do tiro:** impactos da guerra às drogas na economia dos territórios. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp2025/wp-content/uploads/2023/09/RELATORIO_drogas_qtocusta_territorio_final.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2026.

LEMGRUBER, J. et al. **Tiros no futuro:** impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/textodownload/tiros-no-futuro-impactos-da-guerra-as-drogas-na-rede-municipal-de-educacao-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

LEMGRUBER, J. et al. **Saúde na linha de tiro:** impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/livro/saude-na-linha-de-tiro-impactos-da-guerra-as-drogas-sobre-a-saude-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

_____. **Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, M. C. S. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 55-63, 2005.

_____. **Violência e saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

MOREIRA, M. R.; CRUZ NETO, O.; SUCENA, F. M. Um olhar sobre condições de vida: mortalidade de crianças e adolescentes residentes em Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 161-173, 2003.

MOTTA, A.; BRANDÃO, R. C. **Favelas: uma condição urbana de caráter nacional**. Ibase, 2022. Disponível em: <<https://ibase.br/favelas-uma-condicao-urbana-de-carater-nacional/>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

NÓBREGA JÚNIOR, E. D. **O Programa Criança Petrobras na Maré em oito escolas públicas do maior conjunto de favelas do Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, A. B. et al. **Se liga no território: experiência de formação e pesquisa com jovens moradores de favelas**. Rio de Janeiro: Fase, 2022. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2022/11/20221128_SNT_Final.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2026.

PERLMAN, J. E. **The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro**. Berkeley: University of California Press, 1976.

_____. **Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PRECIADO, P. B. **Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

RIBEIRO, F. M. L. (Coord.). **Lives violência armada e saúde: documento síntese**. Rio de Janeiro: Fiocruz; ENSP; CLAVES, 2021.

RIBEIRO, F. M. L. et al. **Violência armada e saúde: investigando os sentidos e os impactos da violência em Manguinhos/RJ**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

RIBEIRO, F. M. L. et al. Impactos da violência armada na saúde: estudo de caso em Manguinhos/RJ. In: **Congresso Internacional Falando Sobre Segurança Pública Na Maré**, 1., 2022, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022. p. 87–96.

RIBEIRO, F. M. L. et al. Violência armada e saúde na América Latina: revisão de literatura. **Revista CS**, Cali, n. 40, p. 141-179, 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2005.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, F. M. L. Políticas de drogas no Brasil: impactos para as juventudes. In: CECCHETTO, F. R. et al. (Org.). **Juventudes no Brasil**. Niterói: Eduff, 2025. p. 83-94.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, F. M. L.; SERPELONI, F. Violência armada, saúde mental e racismo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, e230517, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.240334>>. Acesso em: 6 mai. 2026.

SILVA, M. M. et al. “No meio do fogo cruzado”: impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 6, p. 2109-2118, 2021.

VALOIS, L. C. **O direito penal da guerra às drogas**. Belo Horizonte: D’Plácido, 2016.

ZALUAR, A. Teleguiados e chefes: juventude e crime. In: ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan; Ed. UFRJ, 1994. p. 100-116.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Resumo Este artigo discute a relação entre violência armada e a juventude negra que vive em favelas cariocas, com foco nos complexos de Manguinhos e da Maré, a partir do pressuposto de que esses jovens se tornam alvos da violência não apenas pelo que fazem, mas pelo que são. Articulando literatura sobre racismo estrutural, interseccionalidade, necropolítica e saúde coletiva, sustenta-se que a violência armada constitui condição territorialmente concentrada e racialmente estruturada. A sobreposição entre presença armada do Estado e atuação de grupos civis armados produz regimes diferenciados de controle e vulnerabilidade juvenil. O artigo também debate sobre práticas comunitárias de cuidado e estratégias de resistência que tensionam a naturalização da morte e afirmam a juventude como sujeito de direitos nas disputas cotidianas por proteção e reconhecimento. Reafirma-se a necessidade de respostas intersetoriais comprometidas com a proteção da vida, a garantia de direitos e o fortalecimento do cuidado nos territórios.

Palavras-chave: juventude negra, violência armada, território, resistência, interseccionalidade.

¿Blancos por lo que son?

Juventud negra entre violencia armada y resistencia en las favelas cariocas

Resumen Este artículo analiza la relación entre la violencia armada y la juventud negra que vive en las favelas de Río de Janeiro, centrándose en los complejos de Manguinhos y Maré, partiendo de la premisa de que estos jóvenes se convierten en blanco de la violencia no solo por lo que hacen, sino por quienes son. Articulando la literatura sobre racismo estructural, interseccionalidad, necropolítica y salud pública, argumenta que la violencia armada constituye una condición territorialmente concentrada y racialmente estructurada. La superposición entre la presencia armada del Estado y las acciones de grupos civiles armados produce regímenes de control diferenciados y vulnerabilidad juvenil. Al mismo tiempo, el artículo examina las prácticas de atención comunitaria y las estrategias de resistencia que desafían la naturalización de la muerte y afirman a la juventud como sujetos de derechos en las luchas cotidianas por la protección y el reconocimiento. Se reafirma la necesidad de respuestas intersectoriales comprometidas con la protección de la vida, la garantía de los derechos y el fortalecimiento de la atención dentro de estos territorios.

Palabras clave: juventud negra, violencia armada, territorio, resistencia, interseccionalidad.

Targets for who they are?

Black youth between armed violence and resistance in Rio de Janeiro's favelas

Abstract This article discusses the relationship between armed violence and Black youth living in Rio de Janeiro's favelas, focusing on the Manguinhos and Maré complexes, based on the premise that these young people become targets of violence not only for what they do, but for who they are. Articulating literature on structural racism, intersectionality, necropolitics, and public health, it argues that armed violence constitutes a territorially concentrated and racially structured condition. The overlap between the armed presence of the State and the actions of armed civilian groups produces differentiated regimes of control and youth vulnerability. At the same time, the article discusses community-based care practices and resistance strategies that challenge the naturalization of death and affirm youth as subjects of rights in the daily struggles for protection and recognition. It reaffirms the need for intersectoral responses committed to protecting life, guaranteeing rights, and strengthening care in the territories is reaffirmed.

Keywords: black youth, armed violence, territory, resistance, intersectionality.

DATA DE RECEBIMENTO: 01/03/2026

DATA DE APROVAÇÃO: 25/04/2026



Carolina Barboza Brandão

Enfermeira pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, e mestranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), Brasil.

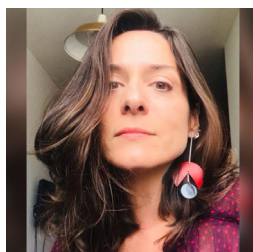
E-mail: carolinabranda095@gmail.com



Joviana Quintes Avanci

Psicóloga, pesquisadora titular do Departamento de Estudo sobre Violência e Saúde Jorge Careli/ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.

E-mail: jovi.avanci@gmail.com



Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Psicóloga, Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil.

E-mail: fefe.mendeslr@gmail.com



Juventude favelada e violência armada: impactos visíveis e invisíveis

Isabel Cristina Lopes Barbosa

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7085-1407>

Mayalu Matos Silva

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0345-1902>

Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3766-9758>

Introdução

A principal causa de morte da juventude brasileira é o homicídio, principalmente entre homens negros moradores de favelas/periferias (CERQUEIRA et al., 2025). Waiselfisz (2013, p. 9) destaca que a exposição da juventude à violência “evidencia uma imbricação dinâmica entre aspectos estruturantes, relacionados às causas socioeconômicas, e processos ideológicos e culturais, oriundos de representações negativas acerca da população negra”. Para entender essa vulnerabilidade à vitimização pela violência, é fundamental compreender o racismo como um sistema que estrutura a sociedade brasileira, organizando instituições, políticas públicas e práticas estatais e culturais que produzem desvantagens sistemáticas, incidindo de forma desproporcional sobre a população negra (ALMEIDA, 2018; CARNEIRO, 2023; GONZALEZ, 1984).

A Organização Mundial de Saúde considera que taxas de homicídios superiores a 10/100 mil habitantes são indicativas de uma epidemia de violência (OMS, 2002). No estado do Rio de Janeiro, em 2022, a taxa de homicídios de homens negros foi de 56,5/100 mil, superando em muito o patamar previsto pela OMS para considerar a violência sob controle social. As armas de fogo são o meio prevalente de execução dos homicídios, representando 70% no estado do Rio de Janeiro¹, em 2022.

Esse número, por si só, já deveria colocar a questão da morte de jovens por armas de fogo como prioridade para o Estado e para o campo da saúde pública. Porém, para além das mortes, há uma série de rebatimentos da violência armada sobre a vida e a saúde dessa população, suas famílias, amigos e comunidades de pertencimento. A violência letal pode ser a forma mais visível de violência, mas precisamos estar atentos a outros impactos da violência armada. Assim, neste artigo, buscamos tecer considerações sobre esses impactos a partir de dados oriundos de uma pesquisa qualitativa realizada com jovens de uma favela conflagrada na Zona Norte carioca, conhecida como Manguinhos.

Violência armada e juventude de favela

A violência cometida com armas de fogo é um fenômeno amplo e complexo, com duas vertentes que se destacam: o conflito armado e a violência armada. Como apontam Hamann-Nielebock e Carvalho (2008), o conflito armado trata do confronto entre forças armadas organizadas internacionais ou internas, com uma estrutura de poder e comando, capaz de sustentar operações militares, e é um conceito reconhecido no âmbito do Direito Internacional Humanitário, possuindo medidas protetivas e reguladoras.

Já o fenômeno da violência armada, definido por esses autores como violência causada pelo uso ilegítimo de armamento por grupos organizados ou semiorganizados contra indivíduos e/ou a forças estatais, sem intenção majoritária de derrubar o Estado ou o governo, não possui um respaldo legal internacional que proteja a população civil de seus impactos. A violência que ocorre em territórios de favelas brasileiras é considerada por Hamann-Nielebock e Carvalho (2008) como violência armada.

¹ Percentual calculado a partir de dados de homicídios e homicídios por armas de fogo. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series>>. Acesso em: 13 mai. 2026.

A violência armada, portanto, é observada em contextos de paz formal, sobretudo em territórios da periferia do capitalismo e com destaque para a América Latina (MOURA, 2010). Ela diz respeito à grande presença de armas de fogo na sociedade e à violência disseminada por esse uso, tanto por parte de forças estatais quanto de civis armados, com destaque para grupos criminosos. Esse fenômeno se expressa pelo uso ou ameaça com armas de fogo para prática de violências, controle de território, confrontos, balas perdidas, atuação de snipers, entre outros (SILVA et al., 2021). Além dos homicídios, a violência armada tem graves impactos na saúde das pessoas e nas ações sociais dos territórios onde ocorre (RIBEIRO et al., 2022).

Destacamos, nesse cenário, a política de segurança pública implementada historicamente pelo Estado brasileiro, orientada pelo ideário da “guerra às drogas”, que define determinados espaços urbanos como territórios inimigos a serem ocupados e controlados (MACHADO DA SILVA, 2010), locais que passam a ser estigmatizados como perigosos, com sua população considerada periculosa. A gramática bélica constitui a principal – e, muitas vezes, a única – forma de exercício da segurança pública, em detrimento de ações de prevenção e pautadas na inteligência. As intervenções militarizadas representam a principal estratégia de ação estatal da polícia fluminense há décadas; porém, tal atuação não parece afetar a estrutura do sistema criminoso, que segue se expandindo na cidade, como mostra o mapeamento produzido a partir de informações do Disque Denúncia em 2025 (HIRATA; COUTO, 2025).

Nesse contexto de violência armada e crime organizado, a população moradora de favelas passa também a ser criminalizada, deixa de ser reconhecida como sujeito de direitos e passa a ser tratada como suspeita em potencial, sobretudo os jovens negros e pobres (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018). Tal processo se articula ao avanço de um Estado neoliberal e penal que, conforme analisa Wacquant (2007), substitui políticas sociais por mecanismos repressivos, transformando a pobreza em objeto de vigilância, controle e punição, ou seja, substituindo o acesso a direitos por táticas de controle dos indesejáveis.

Nesse contexto, a favela é criminalizada enquanto território e seus moradores são submetidos a práticas sistemáticas de violação de direitos, como invasões domiciliares, abordagens seletivas e uso excessivo da força policial, fenômeno que reforça estigmas raciais e sociais e naturaliza a violência como uma forma legítima de gestão da questão social. Essa política recai de maneira mais intensa sobre um perfil que tem raça, gênero e idade. No ano de 2024, por exemplo, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2025, do total de mortes decorrentes da atuação policial, 82% das vítimas eram pessoas negras, 99,2% eram homens e 48,5% eram jovens (FBSP, 2025).

A atuação violenta do Estado sobre determinados territórios e populações não é uma novidade do início do século XXI. Pelo contrário, ela vem promovendo, ao longo de nossa história, políticas racializadas (GOMES; DOMINGUES, 2014), intervenções na realidade social que criam vantagens e desvantagens de acordo com os marcadores raciais de indivíduos ou grupos, expressões do racismo estrutural de nossa sociedade (ALMEIDA, 2018; CAMPOS, 2017; CARNEIRO, 2023). Assim, a compreensão dos impactos da violência armada sobre a juventude favelada exige o reconhecimento do racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. Nesse sentido, a análise de Nascimento (1978) sobre o genocídio da população negra permanece atual ao evidenciar que a violência racial no Brasil não se restringe à morte física, mas inclui processos contínuos de desumanização, exclusão social e apagamento cultural, operando o que Mbembe (2016) intitula como necropolítica.

Nos territórios favelados, onde se concentra historicamente a população negra, tais dinâmicas se materializam na atuação repressiva e seletiva do Estado, na naturalização da violência e na negação de direitos fundamentais, configurando um contexto em que a juventude negra se torna alvo prioritário de políticas de controle e extermínio. Essa perspectiva é central para compreender a violência armada não como evento isolado, mas como expressão de uma estrutura social que produz e legitima a morte e o sofrimento de determinados corpos.

Segundo Hamann-Nielebock e Carvalho (2008), os impactos deste tipo de violência vão de mortes e ferimentos por armas de fogo a sofrimento de familiares de vítimas, fechamento de serviços essenciais, migrações em busca de refúgio em outras regiões, traumas psicossociais, dificuldades de locomoção, perdas materiais e conflitos interpessoais causados pelo convívio com a violência. Além disso, autores como Gonçalves, Queiroz e Delgado (2017), Silva et al. (2021), Ribeiro et al. (2020, 2022) e Silva, Ribeiro e Serpeloni (2024) acrescentam que são comuns transtornos mentais como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, além do agravamento de uma série de quadros de saúde física e mental.

Não por acaso, uma das principais estratégias para a promoção da saúde da população negra, preconizada pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, consiste em ações de prevenção à violência, buscando diminuir “a vulnerabilidade de jovens negros à morte, traumas ou incapacitação por causas externas” (BRASIL, 2013, p. 29), ao reconhecer a violência e o racismo como alguns dos principais agravos à saúde da população negra.

Metodologia

O presente trabalho baseia-se nos resultados de um projeto que buscou problematizar alguns dos impactos da violência armada sobre a saúde de jovens. Ele foi realizado a partir da integração de dois projetos de pesquisa² desenvolvidos entre 2019 e 2023 na Fundação Oswaldo Cruz: um ligado ao programa Jovens Investigadores em Juventude e Saúde e outro ao Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES).

As pesquisas que fundamentam o presente artigo adotaram uma abordagem qualitativa (MINAYO; DESLANDES, 2001), de caráter exploratório, configurando-se como um estudo de caso no território de Manguinhos/Rio de Janeiro. A produção dos dados analisados neste artigo ocorreu por meio da elaboração de diários de campo e realização de 7 entrevistas semiestruturadas com pessoas que viviam ou frequentavam o território estudado e que identificaram impactos da violência armada sobre sua saúde, cotidiano e relações de trabalho: 2 jovens moradores, 1 jovem frequentador de instituições locais, 3 moradores adultos criados no território e 1 trabalhador de instituição local. Quanto ao perfil dos participantes, 4 são homens (sendo 1 branco e 3 negros) e 3 são mulheres (1 branca e 2 negras) com idades entre 18 e 65 anos. A seleção ocorreu a partir

2 O primeiro, intitulado Diálogos de juventude: onde fica a saúde quando passa a polícia?, foi desenvolvido pela primeira autora, sob supervisão da segunda. O segundo, coordenado pela terceira autora, intitula-se Conflitos armados e saúde: investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso e contou com as demais autoras na equipe de pesquisa. Os resultados desta pesquisa podem ser conferidos em: <<https://linktr.ee/fernandamlr>>. Acesso em 13 mai. 2026.

da aproximação com organizações da sociedade civil atuantes no território, que se interessaram em participar da pesquisa indicando pessoas para serem entrevistadas. As organizações participantes foram: Espaço Casa Viva, uma instituição voltada à educação, cultura, desenvolvimento local e luta pela cidadania da população favelada; Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos, organização da categoria profissional dos Agentes Comunitários de Saúde na luta de seus direitos enquanto trabalhadores da atenção básica e do SUS frente ao contexto político de desmonte da política de saúde; Coletivo Pac’Stão, coletivo de jovens moradores voltado à promoção de atividades culturais e artísticas.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e todas as informações coletadas foram analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo temática (CAMPOS, 2004), motivo pelo qual os resultados da pesquisa apresentados a seguir são tomados em blocos temáticos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz (CAEE: 09986919.9.3001.5279).

Na apresentação dos relatos dos entrevistados, optamos por não apresentar o perfil dos mesmos a fim de preservarmos sua identificação, desse modo, todas as falas serão acompanhadas pela referência “pessoa entrevistada”.

A política de segurança pública e seus efeitos sobre o território e sua população

A política de segurança pública foi um tema que apareceu diversas vezes nas narrativas dos entrevistados. No território de Manguinhos não existe disputa entre diferentes grupos armados com domínio de território, as chamadas facções criminosas, uma vez que há o domínio de apenas um grupo. Dessa forma, os confrontos acontecem majoritariamente entre as forças policiais e este grupo.

Os entrevistados questionaram a efetividade dessa política, cuja atuação é centrada sobre os locais de varejo de substâncias ilícitas, em geral favelas e periferias, baseada no ideário de guerra às drogas, que vem sendo empreendida há décadas sem lograr mudanças significativas sobre o comércio de drogas ou a diminuição da violência. Eles destacaram que aqueles que realmente lucram com o comércio internacional de drogas, e que possuem poder político e econômico, não vivenciam um caveirão³ passando por sua rua ou a polícia arrombando a porta de sua casa. Questionaram, assim, se a intenção da política seria realmente acabar com o tráfico de substâncias ilícitas, pois as estratégias parecem ser equivocadas. Muitos entrevistados chegaram à conclusão de que o objetivo da política de segurança não é acabar com o tráfico, mas controlar ou exterminar a população favelizada.

Um de seus efeitos, no entanto, é a criminalização do território e de seus moradores, principalmente jovens. São práticas que naturalizam a violação de direitos fundamentais, como a invasão domiciliar sem mandado de busca e apreensão, o abuso de autoridade e o desrespeito à população pela polícia, a violência sexual voltada a companheiras de traficantes varejistas e a presunção do envolvimento com o crime direcionada à toda a

3 Trata-se de um veículo blindado de grande porte utilizado em operações policiais, especialmente em favelas do Rio de Janeiro.

população, “confundindo o morador com bandido” (pessoa entrevistada). Além disso, foram relatados roubos, tentativas de extorsão e uso de drogas durante o serviço pelos agentes do Estado. Embora existam policiais trabalhando de maneira correta, muitas atitudes degradam a imagem da instituição policial, como a execução de sujeitos desarmados e a venda de armas apreendidas para outros territórios.

A atuação policial, ainda que em um mesmo território, ocorre de diferentes formas a depender da pessoa abordada. Nesse contexto, existe um perfil majoritariamente visado pelas forças de segurança, marcado por características como idade, sexo e cor da pele. Os entrevistados relataram já ter visto jovens brancos, de classe média, comprando drogas no bairro sem sofrer qualquer tipo de abordagem policial, mesmo ao passarem em frente a uma blitz policial. Em contrapartida, eles, homens negros, são frequentemente parados pela polícia. Um fato interessante trazido por um entrevistado é que, nessa dinâmica, o policial que agride e executa possui, muitas vezes, perfil semelhante ao daqueles que persegue: “são pobres, pretos e tão matando pobre e preto” (pessoa entrevistada).

Os interlocutores relembram que houve, em 2013, um período de implementação da polícia de proximidade no território, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)⁴, as quais foram alvo de um grande debate acerca de sua efetividade. Alguns entrevistados afirmaram que, inicialmente, a iniciativa representou uma forma positiva de presença do Estado na comunidade. Contudo, com o passar do tempo, os policiais teriam se corrompido e os grupos armados voltado a se fortalecer. Os participantes apontaram, ainda, que, em alguns locais, “boca de fumo” está localizada próxima à unidade da UPP, o que demonstra a sua falta de efetividade. Nas palavras de um entrevistado, é “uma falsa paz”. Atualmente, essa política de proximidade encontra-se enfraquecida, ainda que algumas unidades permaneçam no território.

A violência presente em Manguinhos que impacta os moradores não é promovida apenas pelas forças de segurança estatais. Os grupos armados responsáveis pelo varejo de drogas, com o uso do poder da força e econômico, também submetem a população aos seus interesses. Ou seja, também são protagonistas da violência armada, realizando execuções, agressões e ameaças. Ao contrário do que ocorre com os agentes do Estado, submetidos a mecanismos legais que regulam suas atividades, não existe nenhum tipo de esperança de amparo às vítimas de violência promovida pelo tráfico. Há, neste sentido, um silenciamento da população:

É triste pra uma mãe ver que seu filho tomou umas madeiradas ou foi morto por um traficante e não poder nem argumentar e falar, o que acontece na comunidade, quando é o policial que faz algo de errado. O policial, a polícia é o Estado dentro da favela. A gente consegue argumentar e falar alguma coisa (pessoa entrevistada).

4 A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi uma política de segurança pública implantada, a partir de 2008, em algumas favelas do Rio de Janeiro. A proposta consistia em pacificar regiões dominadas por grupos armados por meio da ocupação policial contínua desses territórios. Essa política de proximidade surgiu com a promessa de estabelecer vínculos com o território, mediando conflitos e sendo acompanhada por políticas sociais. Na prática, contudo, segundo Franco (2014), representou um aumento do controle sobre os moradores e da militarização dos territórios.

Os jovens entrevistados identificaram a falta de oportunidades como um dos motivos que faz a juventude se envolver com o comércio de substâncias ilícitas: juntam-se necessidades financeiras à falta de empregos e de acesso a alternativas de futuro e carreira. Eles consideram que acessar conhecimento e qualificação profissional poderia incidir positivamente na redução da criminalidade.

Os impactos da violência armada no funcionamento dos serviços do território são vários: fechamento de instituições, cancelamento de atividades externas, perfurações por munição de arma de fogo nas instalações, invasão das mesmas por partes envolvidas no confronto, além de impactos na saúde de profissionais, afetando dessa forma o atendimento à população.

O funcionamento das unidades escolares também foi uma grande preocupação entre os entrevistados. Sendo o processo educativo algo que necessita de continuidade, o rendimento dos estudantes fica prejudicado se comparado às condições de outros lugares da cidade, o que os faz questionar a meritocracia quando as condições de vida e de estudo são extremamente desiguais.

O luto pelos moradores mortos durante confrontos armados é ainda um motivo para a suspensão das atividades de lazer, cultura e do comércio, como exemplifica o relato de um jovem:

Já deixamos de fazer a roda (de rap) por causa de gente que morreu. Ai não tem nada a ver fazer uma coisa, sendo que três horas da tarde a polícia veio aqui e matou quatro mano. A gente prefere não fazer. Porque fica um bagulho chato. Acontece uma parada aqui na nossa comunidade aí nós bota o som, bota a galera pra animar como se não tivesse acontecido nada, entendeu. Isso é cultural da gente mesmo, da comunidade, quando morre alguém, o pessoal prefere não abrir loja, o pessoal prefere não ligar som, pessoal prefere não fazer nada (pessoa entrevistada).

A respeito dos impactos da Violência Armada sobre as relações de trabalho e a saúde dos trabalhadores do território, foram mencionadas várias situações de risco vivenciadas, como ameaças e violência física perpetrada pelos varejistas de drogas e forças policiais. Apesar de todos trabalharem na mesma comunidade, os profissionais que residem em outras regiões da cidade tendem a abandonar o trabalho mais frequentemente do que os que nele residem. Por outro lado, aqueles que moram no território e trabalham em outras regiões também sofrem impactos da violência armada.

As constantes abordagens e operações policiais atrapalham o trajeto de muitos que precisam se deslocar, implicando em riscos de demissão ou cobranças pelo atraso, o que preocupa os trabalhadores jovens, uma vez que nem sempre essas situações são levadas em consideração ou são facilmente aceitas pelos empregadores.

O deslocamento no bairro e entre regiões da cidade é recorrentemente afetado pela violência armada, o que representa uma violação do direito à mobilidade urbana, um dos principais pontos levantados pelos jovens. O direito à educação é também afetado quando há dificuldades de chegar até as escolas e quando aulas são suspensas em decorrência de confrontos. Muitos pais têm como estratégia a transferência dos filhos para outras regiões da cidade, mesmo que mais distantes de sua residência, para que o rendimento escolar não fique comprometido. Buscar os filhos na escola também é um grande desafio, pois as operações muitas vezes ocorrem em horários de entrada e saída das escolas, sobretudo pela manhã.

Rebatimentos da violência armada na saúde

A violência armada torna o dia a dia do morador de Manguinhos estressante, impactando, por vezes diretamente, a realização de tarefas cotidianas. Os impactos físicos e mentais relatados incluem dor de cabeça, sensação de impotência, pânico, depressão, ansiedade, dor no estômago, desenvolvimento de hipertensão e hiperatividade, estresse e medo. Mesmo que as morbidades tenham causas não diretamente relacionadas à violência armada, esta pode ser um fator de agravamento de quadros clínicos:

Como eu falei, às vezes quando a gente acorda com um helicóptero dando tiro pro alto, você sente o peito palpitar, você sente dor de cabeça, a sua pressão arterial já se eleva. Inclusive, eu sou hipertenso agora por causa de problemas que eu tive na minha vida e muito por conta dessa violência armada dentro do território (pessoa entrevistada).

A preocupação com a criação dos filhos nesse contexto se sobressai não apenas pela percepção do medo vivenciado pelas crianças, mas também pela identificação da violência armada reproduzida nas brincadeiras infantis. Os jovens indicaram que muitos pais deixam de levar seus filhos aos poucos espaços de lazer e cultura existentes no território por medo da ocorrência de confrontos armados. Na perspectiva de uma jovem entrevistada, a infância desses moradores acaba sendo muito solitária, uma vez que sair para brincar fora de casa significa correr riscos. Alguns entrevistados que têm filhos relataram pensar em morar em outros locais devido à preocupação com as próximas gerações. A preocupação com familiares e amigos também faz parte do cotidiano, levando os moradores a buscar constantemente informações sobre onde essas pessoas estão e, muitas vezes, a sentirem receio de receber visitas. Os impactos da violência não se restringem aos danos físicos provocados por uma perfuração causada por arma de fogo na residência, como afirma uma pessoa entrevistada: *“a bala perfurou a minha mente, perfurou a minha família, perfurou geral”*.

Indagados sobre os possíveis impactos sobre sua saúde, os jovens entrevistados identificaram sentir muito mais o sofrimento mental do que o físico, embora a dimensão física sofra influências da mental. Como principais problemas percebidos estão nervosismo, medo, ansiedade, sensação de não merecimento e pertencimento, desmotivação, baixa autoestima, questões diretamente relacionadas à questão de sua criminalização e do racismo.

O medo da morte e das humilhações decorrentes das abordagens estatais mostra-se marcante e desmobilizador: *“Ah, pessoal fica com medo, pessoal consegue ver um bandido e ficar tranquilo, mas quando vê um policial de farda, toda pessoa se assusta”*. (pessoa entrevistada). Dessa forma, a possibilidade de uma abordagem policial constitui uma fonte de nervosismo e ansiedade constantes, como relata um jovem negro morador: *“O meu medo não é do tiro. Pra quem mora dentro da comunidade o tiro já é normal, tem pessoa que tem medo, assim, do que vai acontecer se a polícia entrar dentro da casa”*.

Além de tudo isso, a vivência de ser um morador de favela muitas vezes traz a sensação de não pertencer a outros espaços, principalmente aos espaços de poder, por conta de estereótipos que a mídia e a sociedade imprimem sobre este território. Por essas questões, ser um jovem favelado é lutar contra um lugar imposto, um lugar que empurra para a criminalização:

Eu acho que saúde é uma parada muito abrangente, né? Pra mim é com relação à estima, de essa coisa de se sentir incapaz, de achar que... Porque realmente quando você é colocada num lugar que você sente muito medo toda hora você acha que não pertence a certos lugares. “O que que eu tô fazendo aqui? Sou da favela, num tá certo” (pessoa entrevistada).

A sensação de insegurança e injustiça social permeou toda a narrativa dos jovens. Mesmo compreendendo que essas experiências fazem parte de uma estrutura social e histórica, eles sofrem por se sentirem impotentes diante de uma realidade na qual não podem se defender, fugir ou reclamar, pois qualquer deslize pode representar o limite entre a vida e a morte. Cercados por casos de homicídio, preocupam-se não apenas com a própria vida, por serem os principais alvos da violência, mas também com a vida de familiares, vizinhos e amigos:

Sua mãe sair, seu pai sair cinco da manhã pra trabalhar sendo negro, né, com um monte de gente louca querendo matar, com sangue nos olhos. Você sabendo que o seu vizinho lá da casa de cima, a criança que tava mexendo no celular, morreu porque confundiram um celular ou brinquedo com uma arma. Isso rola perto de mim, sabe? Então como é que eu vou ficar em paz com isso? (pessoa entrevistada).

Estratégias e proposições

As narrativas das pessoas entrevistadas revelam um conjunto diverso de estratégias desenvolvidas para lidar com os impactos da violência armada no território. Tais estratégias podem ser compreendidas a partir de três eixos interdependentes: proteção e gestão do risco; organização coletiva de cuidado e comunicação; subjetividade e resistência.

As estratégias de proteção dizem respeito às formas imediatas de lidar com situações de violência armada e envolvem decisões rápidas sobre deslocamento, permanência em casa ou busca de refúgio em espaços considerados mais seguros. Essas escolhas variam conforme o contexto e o perfil dos sujeitos, sendo atravessadas por marcadores como gênero, raça e idade. Os jovens, especialmente homens negros, relataram que determinadas ações, como correr durante operações policiais, podem ser interpretadas como indício de envolvimento com o crime, transformando uma estratégia de autoproteção em fator de risco. A gestão do risco, portanto, ocorre em um cenário de incerteza permanente, no qual nenhuma alternativa é plenamente segura.

Dentre as estratégias construídas coletivamente por instituições, movimentos sociais e redes comunitárias, têm destaque a criação de protocolos de proteção informais ou institucionalizados, práticas de acolhimento e canais de comunicação comunitários. Monitoramento das situações de confronto e uso de redes sociais, como aplicativos de troca de mensagens, configuram mecanismos fundamentais para a proteção. Além disso, as instituições locais assumem frequentemente o papel de promoção de espaços de abrigo e cuidado, tanto físico quanto emocional, especialmente para crianças, jovens e profissionais em atividade no momento dos confrontos. Tais estratégias evidenciam a centralidade da organização comunitária na mitigação dos efeitos da violência armada sobre a vida cotidiana e a saúde da população.

As estratégias subjetivas envolvem mecanismos individuais e coletivos de resistência emocional, como o controle dos afetos, a cautela no cotidiano, o afastamento temporário de situações potencialmente violentas e o recurso à arte, à cultura e à fé como formas de elaboração do sofrimento. Ao mesmo tempo, emergem estratégias de resistência política que se expressam na militância, na construção de redes de apoio e na participação em coletivos e organizações da sociedade civil. Esses espaços são identificados como fundamentais para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do senso de pertencimento, ao possibilitarem a compreensão crítica das estruturas de desigualdade, do racismo e da criminalização dos territórios favelados. Assim, as estratégias subjetivas não se limitam à adaptação ao contexto de violência, mas constituem formas de contestação e produção de sentido frente às violações de direitos.

Os entrevistados apontaram a educação, a cultura e a ampliação do acesso a direitos como caminhos centrais para o enfrentamento da violência armada, destacando a necessidade de investimentos estruturais que superem a lógica repressiva da política de segurança pública. Questionou-se a centralidade da guerra às drogas como estratégia estatal, bem como a ausência de ações voltadas à prevenção, à redução das desigualdades e ao fortalecimento das políticas sociais. As proposições enfatizam a importância de políticas públicas orientadas pela equidade, pelo enfrentamento ao racismo e pela valorização das iniciativas construídas nos próprios territórios, indicando que o enfrentamento à violência armada exige a substituição de uma política de morte por projetos comprometidos com a promoção da vida.

Discussão

Segundo Hamann-Nielebock e Carvalho (2008), as causas da violência armada relacionam-se à negligência do Estado em relação a determinadas populações, a um modelo de segurança pública que permite a atuação de grupos armados, à discriminação contra grupos populacionais, à presença de Estados frágeis ou corruptos, às rivalidades regionais, às heranças do colonialismo e ao acesso a armas e munições.

A juventude negra é a parcela da população que mais morre em situações de violência armada, seja em operações policiais, em conflitos envolvendo grupos ligados ao comércio de substâncias ilícitas e a outras práticas criminosas, ou mesmo em conflitos entre civis (FBSP, 2025). Contudo, para além dessas mortes, este estudo identificou outros impactos da violência armada sobre a saúde, expressos nos efeitos da criminalização que anunciam a possibilidade permanente de novas mortes, agressões e humilhações. Que tipo de segurança está sendo implementada quando a população teme mais os agentes do Estado do que os grupos armados que dominam seu território?

As vítimas dessa militarização são crianças e adolescentes que convivem com medo dos confrontos e acabam reproduzindo-os em suas brincadeiras; são comunidades que sofrem com o cerceamento de direitos básicos; é a população que deixa de acessar unidades de saúde e educação e enfrenta dificuldades de mobilidade urbana para trabalhar, estudar e circular pela cidade, evidenciando uma ampla crise da segurança pública.

As consequências subjetivas, como desmotivação, impressão de não merecimento e não pertencimento, que Nascimento (1978) identifica como sendo parte do racismo brasileiro e do genocídio cultural e psicológico que se coloca como um projeto político histórico racista contra a população negra, levam-nos a questionar a continuidade do foco da segurança pública em uma política militarizada de guerra às drogas em detrimento de ações voltadas à investigação e prevenção.

Os próprios jovens identificam que toda essa repressão tem relação com práticas de apagamento cultural que vêm desde os tempos coloniais. Percebem uma relação entre esta violência e o racismo, identificando que é a população negra de favela o alvo principal da necropolítica (MBEMBE, 2016). O racismo, que faz parte do imaginário social do país, desumaniza essas existências, o que acaba por justificar a atuação violenta do Estado em territórios negros. Ele atua como um dispositivo de controle sobre a vida, operando uma divisão entre quem deve viver e quem pode morrer. Os critérios de seleção para determinar sobre quem incidirá a política de morte estão ligados ao colonialismo e ao racismo, premissas a partir das quais os corpos negros vêm sendo historicamente desumanizados (MBEMBE, 2016; SILVA; RIBEIRO; SERPELONI, 2024).

Não apenas os traficantes varejistas de substâncias ilícitas são criminalizados, mas toda a população moradora é considerada *envolvida com*, como se bastasse a contiguidade física para sentenciar um criminoso real ou em potencial, produzindo discursos sobre uma suposta periculosidade que legitimam a repressão (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018). A recorrência de invasão a residências é uma das práticas que aponta esta criminalização, pois a entrada em espaços privados sem um mandado de busca de apreensão é inconstitucional. Morar em regiões mais pobres da cidade não significa automaticamente o envolvimento com o crime. No entanto, a atuação policial muitas vezes se pauta nessa ideia.

Segundo Machado da Silva (2010), a partir da década de 1980, o debate público sobre as favelas cariocas passou a ser permeado pelo discurso da violência urbana. Esta passou a representar uma ameaça à segurança e ao cotidiano da cidade, tendo como consequência a delegação às forças policiais do controle dos conflitos sociais, mesmo que por meio da violência.

A linguagem dos direitos submerge ou se ressignifica pelo impacto da demanda aos aparelhos policiais de garantias imediatas e a qualquer preço de proteção pessoal e patrimonial, que não são mais compreendidas por meio da noção de direitos civis. A linguagem dos direitos deixou de articular de maneira unívoca o conflito social (e os medos a ele associados), passando a competir com a linguagem da violência urbana, que tematiza os sentimentos difusos de insegurança que pesam sobre as expectativas de prosseguimento pacífico das rotinas diárias e geram a mentalidade de “segurança apesar dos outros”, no lugar da “segurança com os outros” (SILVA, 2010, p. 288).

As pessoas entrevistadas expuseram várias estratégias utilizadas em seu cotidiano para proteção e cuidado, tanto individuais como coletivas. Protocolos de ação e comunicação comunitária, por exemplo, representam meios de preservação da saúde, constituindo mecanismos que podem ser ainda mais investidos e fortalecidos.

existência dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil no território tem permitido que os moradores reconheçam e fortaleçam sua identidade e são promotoras de saúde (RIBEIRO, 2021; RIBEIRO et al., 2022). O trabalho crítico desenvolvido nestes espaços permite que muitos entrem em contato com a “história que a história não

conta”⁵, desvelem o racismo brasileiro e se percebam como pertencentes aos povos que resistem há mais de 500 anos ao modelo de poder colonial que se firmou no país e que tem a violência como “elemento fundante de nossa formação social, [...] responsável pela prática de uma sociabilidade sempre baseada na segregação através da força e da desqualificação simbólica de algum grupo – variável no tempo e no espaço – definido como Outro” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 295).

O debate que buscamos estabelecer neste trabalho lança luz a algumas questões centrais quando se trata da saúde da juventude de favela diante da violência armada: além das mortes violentas, os principais rebatimentos sobre a saúde são psicossociais e funcionam como barreira de acesso a direitos. A política de segurança pública baseada na guerra às drogas opera como um dispositivo necropolítico de controle dos indesejáveis perigosos, sendo o racismo seu elemento central. É preciso empreender socialmente um debate sobre o tema de forma a buscar superar essas formas de opressão e construir um país verdadeiramente democrático e com igualdade de acesso a direitos para todos.

Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam nuances dos impactos da violência armada sobre a juventude e extrapolam amplamente a dimensão da violência letal, incidindo de forma profunda e contínua sobre a saúde mental, o cotidiano, as relações sociais e o acesso a direitos fundamentais. A análise das narrativas das pessoas entrevistadas permitiu compreender a violência armada como um fenômeno fundante da vida no território, atravessado pelo racismo estrutural, pela criminalização da pobreza e pela militarização das políticas de segurança pública.

Destacamos as estratégias mobilizadas pelos sujeitos para enfrentar esse contexto, que revelam práticas cotidianas que articulam sobrevivência, solidariedade e produção de sentido frente às violações de direitos.

A discussão aqui desenvolvida reforça que a política de guerra às drogas opera como um dispositivo de controle racializado, legitimando práticas de extermínio físico, psicológico e simbólico da juventude negra. A militarização do cotidiano, ao invés de promover segurança, produz medo, sofrimento e restrição de direitos, comprometendo a saúde em sua dimensão ampliada. Assim, os achados apontam para a necessidade de deslocar o debate sobre segurança pública de uma lógica repressiva para uma perspectiva orientada pela promoção da vida, pela equidade e pela justiça social.

Diante desse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas de prevenção à violência armada, com atenção especial à saúde mental da juventude favelada, bem como o reconhecimento e o apoio às estratégias já desenvolvidas nos territórios. Investimentos em educação, cultura, trabalho, mobilidade urbana e cuidado em saúde, aliados ao enfrentamento do racismo estrutural e da criminalização dos territórios, mostram-se centrais.

5 Referência ao samba-enredo de 2019 da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, cujo título é *História para ninar gente grande* e aborda a problematização da construção de uma historiografia que romantiza as relações coloniais que aqui se desenvolveram e oculta as lutas e a cultura dos povos não brancos.

Assim, este estudo permite ampliar a compreensão dos impactos da violência armada no cotidiano de jovens que vivem em territórios conflagrados, ao trazer suas percepções e narrativas para o debate. Embora tenha se focado em um território específico, tratando-se de um estudo localizado que não pode ser generalizado, a militarização do cotidiano, que se configura em diversos locais país afora, permite considerar que os efeitos relatados por jovens em Manguinhos também podem estar presentes nos outros territórios que enfrentam situações semelhantes, ainda que com suas especificidades em cada local, o que configura um campo aberto para novos estudos. Por fim, compreender os impactos da violência armada a partir das experiências da juventude de Manguinhos evidencia que o enfrentamento desse fenômeno exige mais do que ações pontuais de segurança: demanda a construção de projetos coletivos de sociedade que afirmem o direito à vida, à dignidade e à saúde como princípios inegociáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 57, n. 5, set./out. 2004.
- CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CECCHETTO, F. R.; MUNIZ, J. O. de; MONTEIRO, R. A. de. “Basta tá do lado” – a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, jan./abr. 2018.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2025**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2025.
- DOMINGUES, P.; GOMES, F. S. dos (Orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.
- FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- GONÇALVES, H. C. B.; QUEIROZ, M. R. de; DELGADO, P. G. G. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 29, n. 1, p. 17-23, jan./abr. 2017.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: MACHADO DA SILVA, L. A. et al. (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.
- HAMANN-NIELEBOCK, E.; CARVALHO, I. S. de. A violência armada e seus impactos sobre a população civil: um fardo necessário? **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 104-118, jul./ago. 2008.
- HIRATA, D.; COUTO, M. I. **Mapa histórico dos grupos armados 2025**. [livro eletrônico]. Edição dos Autores, 2025. Disponível em: <<https://geni.uff.br/relatorios/>>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- MACHADO DA SILVA, L. A. “Violência urbana”, segurança pública e favelas - O caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, mai./ago. 2010.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MINAYO, M. C. S. de; DESLANDES, S. F. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, T. **Novíssimas guerras: espaços, identidades e espirais da violência armada.** Coimbra: Almedina, 2010.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

RIBEIRO, F. M. L. (Coord.). Lides violência armada e saúde: documento síntese. **Pesquisa conflitos armados e saúde – investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro-RJ – estudo de caso.** Rio de Janeiro: Fiocruz; ENSP; Claves, 2021.

RIBEIRO, F. M. L. et al. Sumário executivo: **Violência armada e saúde: investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2020.

RIBEIRO, F. M. L. et al. Impactos da violência armada na saúde: estudo de caso em Manguinhos/RJ. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL FALANDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ**, 1., 2022, Rio de Janeiro. Artigos do Congresso Internacional Falando sobre Segurança Pública na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022. v. 1.

SILVA, M. M. et al. “No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 6, p. 2109-2118, 2021.

SILVA, M. M.; RIBEIRO, F. M. L.; SERPELONI, F. Violência armada, saúde mental e racismo: reflexões a partir do caso do Rio de Janeiro, Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, e230517, 2024.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WASELFISZ, J. J. **Homicídios e juventude no Brasil.** Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013.

Resumo Este estudo teve por objetivo refletir sobre os impactos da violência armada sobre jovens moradores do território de Manguinhos, um conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, com a realização de entrevistas semiestruturadas e o uso da análise de conteúdo temática. Discute-se como a violência armada, a política de segurança pública e o racismo estrutural afetam a vida, a saúde da juventude e o seu território de moradia, assim como as estratégias de proteção utilizadas diante desse cotidiano. Apesar de o impacto mais visível da violência armada ser a alta taxa de homicídios, principalmente sobre jovens negros e periféricos, os resultados mostram rebatimentos na saúde física e mental da população.

Palavras-chave: juventude, violência armada, favela, segurança pública, racismo.

Juventud favelada y violencia armada: Impactos visibles e invisibles

Resumen Este artículo tuvo como objetivo identificar los impactos de la violencia armada sobre jóvenes residentes del territorio de Manguinhos, un suburbio de la ciudad de Río de Janeiro/RJ. Se trata de una investigación cualitativa exploratoria fundamentada en la realización de entrevistas semiestructuradas y el uso del análisis de contenido temático. Se discute cómo la violencia armada, la política de seguridad pública y el racismo estructural afectan la vida y la salud de la juventud y su territorio de residencia, así como las estrategias de protección utilizadas frente a este cotidiano. A pesar de que el impacto más visible de la violencia armada es la alta tasa de homicidios, principalmente de jóvenes negros y periféricos, los resultados muestran repercusiones en la salud física y mental de la población.

Palabras clave: juventud, violencia armada, suburbios, seguridad pública, racismo.

Youth from the favelas and armed violence: Visible and invisible impacts

Abstract This study aimed to identify the impacts of gun violence on young residents of Manguinhos, a cluster of slums in the city of Rio de Janeiro, RJ. It is an exploratory qualitative study with semi-structured interviews and thematic content analysis. The paper addresses how gun violence, public security policies, and structural racism affect the lives and health of youth and their territory, as well as the protective strategies employed in response to these everyday conditions. Although the most visible impact of gun violence is the high homicide rate—particularly among black youth from urban periphery — the results reveal significant repercussions for the population's physical and mental health.

Keywords: youth, gun violence, slum, public security, racism.

DATA DE RECEBIMENTO: 01/03/2026

DATA DE APROVAÇÃO: 25/04/2026



Isabel Cristina Lopes Barbosa

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, Brasil. Pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, e assistente social na Redes da Maré, Brasil.

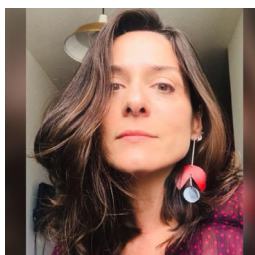
E-mail: isabelclbarbosa@gmail.com



Mayalu Matos Silva

Doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/ Programa de Pós Graduação em Saúde Pública/ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.

E-mail: mayaluxxx@gmail.com



Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Professora e pesquisadora no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. Atua nos temas saúde coletiva, violência e saúde, políticas de drogas, racismo e psicologia social comunitária.

E-mail: fefe.mendeslr@gmail.com



Desamparos y sorpresas. Algunas herramientas para la escucha clínica con niños

Mercedes De la Mata

Facultad de Trabajo Social, Universidad Nacional de La Plata, Argentina

<http://orcid.org/0009-0008-2661-6926>

Mariano Agustín Girini

Hospital Dr. Ricardo Gutiérrez, La Plata, Argentina

<http://orcid.org/0009-0001-6571-0156>

“Escribir no es sólo exponer un pensamiento (...) es proponer al lector, “mi semejante, mi hermano”, que desbrocemos juntos el camino”. (Meirieu, 2016, p.10)

Introducción

Este escrito recoge un proceso de pensamiento intenso, mutante, fluido, con límites difusos y cambiantes, donde el deseo de escribir no logró conservar las ideas o categorías iniciales. El ordenamiento del texto acompaña ese movimiento para transmitir, si es que lo logramos, el trayecto transitado, siendo, en ocasiones, autores, y en otras, atravesados y permeados en el cuerpo por lo escrito. De ahí que los lectores encontrarán un producto marcado por las características que, sostenemos, presentan los procesos de trabajo en el campo de la salud. El texto, originalmente, era una propuesta metodológica del proceso de escucha que reconocía su complejidad y flexibilidad. Las preguntas y discusiones que fuimos habitando desarmaron esa propuesta y transformaron el texto hacia una producción que sirve de cimientos para lo que sigue. De alguna manera, en este primer artículo, marcamos el posicionamiento profesional, ético y político desde donde proponemos la escucha.

Para comenzar, nos ubicamos en tiempo y espacio: somos trabajadores de un hospital público que depende del Ministerio de Salud de la Provincia de Buenos Aires, en Argentina. En un tiempo marcado por profunda crueldad, las instituciones de salud resisten, en mayor o menor medida, a través de sus prácticas. Es desde allí, desde lo común y lo diverso en el acompañamiento de procesos de salud, que escribimos y nos interrogamos. Considerando que otros han hecho recorridos similares al que aquí se propone, el nuestro será uno más en las líneas de pensamiento posibles en cuanto a la intervención en salud y sus posicionamientos.

La propuesta original incluía la descripción de tres tiempos en el proceso de escucha: la disposición inicial, el tiempo de la lectura y el espacio-tiempo de escritura. En este primer texto, sólo abordaremos la disposición inicial dando lugar a continuación a la pregunta que irrumpió esta dinámica y se orienta a si existe una particularidad en la escucha clínica de niños, niñas y adolescentes (NNyA) y, en caso de haberla, ¿cuál es? Por último, cerraremos el texto con algunas aproximaciones relativas a las sugerencias de Campos (1996) en lo que llama “la clínica del sujeto”: escuchar lo que le sucede a los usuarios nos permite cambiar incluso la manera de hacer clínica.

El recorrido de escritura creó un espacio intercesor entre nosotros que nos permitió conversar y jugar dentro de lo que más adelante nombraremos como “frontera indómita”. Se dio paso así a un cuestionamiento que retorna a la práctica clínica que ha sido nuestro punto de partida y, paradójicamente, de llegada.

El cambio de paradigma que se concretó con la Ley Provincial nº 13.298 de Promoción y Protección de los derechos de los niños, niñas y adolescentes (NNyA) generó posibilidades de interpelar prácticas minorizantes, desubjetivantes y, en algunos casos, discrecionales. Es decir, permitió cuestionar la idea de que NNyA son personas incompletas sin voz en las decisiones y en sus recorridos de vida. Esta interpelación se fortaleció gracias a los numerosos instrumentos legales que delimitaron un nuevo marco de intervención, aunque ciertas marcas de Agote continúen¹. Los cambios de normativas señalaron una discontinuidad que inició una modificación de las prácticas, en función de considerarles como sujetos de derechos². Sin embargo, y aunque sea una obviedad decirlo, nos encontramos con ciertas barreras para la plena efectivización de estas leyes además de las escasas condiciones reales para que se concreten. Podemos decir que se ha hecho mucho en relación a la promoción de los derechos de NNyA, que numerosas veces se hace un buen trabajo con la protección de los mismos, pero resta un largo recorrido para la participación plena en el ejercicio de aquellos. Y un punto de importancia en esto es que, si bien les niños vienen diciendo, haciendo, resistiéndose y apropiándose de este mundo desde que la niñez existe, el protagonismo que les adultos les permitimos tener en los distintos espacios de sus vidas, es escaso. Las relaciones de saber-poder adultistas interseccionan con las desigualdades de género, de clase y cultura. Es decir, la manera en que los adultos ejercemos poder delimitando lo que hacen se entrecruza con otras opresiones como las desigualdades económicas, el racismo, el sometimiento cultural y el patriarcado. En ocasiones, incluso, esto sucede bajo la noción de “hacerlo por su bien” o de estar protegiéndolos. Nosotres queremos hacer foco en el sector salud, pues hemos constatado que se presenta particularmente de ese modo.

En las últimas décadas, los cambios en las ciencias sociales, las leyes que implementan la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño en nuestro territorio, el Código Civil Argentino, e inclusive cierta perspectiva progresista, han llevado a considerar las voces de los niños en sus procesos de salud, enfermedad, atención y cuidados (STOLKINER, 2021). La búsqueda de vínculos intergeneracionales más respetuosos comienza a suceder en distintos espacios del sistema de salud llevando a cuestionar incluso su organización.

Son frecuentes la utilización del juego, la dramatización, el dibujo, la literatura como medio para que los niños y adolescentes configuren lo que les pasa. Sin embargo, no siempre esas prácticas implican que los estemos escuchando. ¿Qué debe suceder en el diálogo entre profesionales y NNyA para que exista la escucha? ¿Qué es escuchar a un NNyA? ¿Qué categorías nos amparan al momento de escucharles y cuáles no? ¿Trabajar

1 Luis Agote fue un médico e investigador argentino que tuvo una participación política en nuestro país desde el Partido Conservador. Fue además el creador del Patronato Nacional de Menores Abandonados y Delincuentes cuya ley de 1919 tuvo vigencia durante más de 80 años e introdujo la categoría de “peligro moral o material” que legitimaba la tutela estatal de los NNyA.

2 Con la aprobación de la Ley se crean organismos específicos para la atención de las niñas y, según páginas consultadas de Desarrollo Social de la provincia de Buenos Aires, hay dos objetivos preponderantes. En el primer caso, las acciones están dirigidas a proteger los derechos de niños y niñas que atraviesan situaciones críticas a nivel familiar, social, jurídico o económico (víctimas de violencia, trata, tráfico y trabajo infantil) promoviendo y fortaleciendo la permanencia en su ámbito familiar y comunitario. El segundo caso agrupa todas aquellas acciones destinadas a estimular la capacidad de jóvenes infractores de ejercer sus derechos, respetar los derechos de terceros y asumir obligaciones que les permitan llevar adelante un proyecto de vida.

con sus dichos es escucharlos? ¿Es sólo una cuestión técnica? Alicia Stolkiner (2019, p. 2) propone “Si la escucha es un acto de hospitalidad, sólo es posible desde una posición de desamparo de nuestras certezas...”, entonces ¿De qué debemos desampararnos para escuchar a un niño?

En las siguientes páginas nos proponemos reflexionar sobre el diálogo intergeneracional que sucede– o su ausencia en algunas ocasiones –en nuestros quehaceres cotidianos desde la psicología, la pediatría y la interdisciplina. Con el deseo de interpelar las prácticas propias y compartidas, las preguntas que nos orientan se dirigen a indagar y cuestionar nuestro ejercicio profesional. Recuperar trayectorias profesionales propias nos permite cuestionarlas desde sentidos intergeneracionales y, a través de ello, crear conocimiento situado transformándonos en el acto de escribirlas y reexaminarlas. De alguna manera quisiéramos identificar, en la reflexión de nuestras prácticas, aquellas estrategias que nos permiten hacer ese movimiento que implica escuchar NNyA desde la hospitalidad que mencionaba Stolkiner (2019).

Nuestra propuesta busca construir herramientas para la escucha considerando que la misma se da en distintos tiempos. Tiempos que son imprescindibles entre sí y tienen recorridos diferenciados. Imprescindibles porque se retroalimentan, no suceden unos sin los otros, llegando a determinarse mutuamente. Además, estos tiempos se dan de manera sucesiva en un principio, pero luego toman distintas trayectorias. Los recorridos van y vuelven de un tiempo a otro. Los tiempos del proceso de escucha no son lineales, se acercan más a la idea de círculos que se entrelazan en algún punto, que avanzan por momentos y luego vuelven a recuperar una situación que pasó tiempo atrás. Son bucles de distintos tamaños, algunos pequeños, que suceden en una misma entrevista; otros gigantes, que sólo podemos comprender luego de reponer un proceso de años; y otros medianos que nos permiten orientar las intervenciones. Estos tiempos diversos de los que hablamos incluyen una disposición inicial para la escucha, un tiempo de lectura y un espacio-tiempo de escritura.

En este escrito nos ocuparemos de ese primer momento que llamamos disposición inicial, aclarando que esta división es arbitraria, no se presenta disgregada del proceso. Por otra parte, y para enmarcar esta primera sección, mencionaremos que el tiempo de lectura se entamará en diversas dimensiones, teniendo como criterio que la realidad tiene estructura de ficción³– como lo propone la obra de Lacan –y, por ende, la lectura será una posibilidad entre otras. Para eso, tomaremos la función de la vacilación del lector en el género fantástico propuesta por Tzvetan Todorov (1980) y ciertos aportes de la semiología de Roland Barthes (1982). En cuanto a lo que hemos llamado *espacio-tiempo de escritura* lo conceptualizamos como relacional entre los elementos que emergieron de las sucesivas lecturas, con operaciones tales como la reducción y la formalización. En otras palabras, podríamos caracterizar este espacio como aquel en el que se toma distancia y se transmuta en otro soporte, aquello que se ha podido escuchar, y por tanto leer, en el proceso.

3 Que la realidad tiene estructura de ficción es una proposición que recorre gran parte de la obra del psicoanalista Jacques Lacan. En nuestro caso, su uso apunta a señalar que la realidad objetiva o el referente está perdido, no percibimos directamente “la realidad” sino que se construye entramando relatos, a través del lenguaje, más o menos compartidos pero contruidos desde la singularidad. Podríamos ejemplificarlo, para poder transmitirlo, en las múltiples lecturas que se desarrollan ante un mismo hecho, tantas como personas haya en la escena, aunque muchas sean compartidas, comunes.

Cabe aclarar que nuestra propuesta está situada en el ejercicio profesional de la clínica (psicoanalítica y pediátrica) y que, por lo tanto, involucra una responsabilidad con el acompañamiento y con las intervenciones en el campo de la salud. Por ello es que creemos relevante hacer este trabajo, convencidos de que incide en procesos de salud, enfermedad, atención y cuidados de NNyA. Es, a su vez, una intención, un posicionamiento ético y político, y un compromiso con cada una de las personas que acompañamos. Preguntarnos ¿Qué es escuchar a un niño? es una búsqueda y es un camino.

La disposición inicial

Julian tiene 5 años y entra al consultorio de pediatría acompañado de su madre. Vienen derivados desde una posta de salud en su barrio por un cuadro de encopresis. La madre cuenta algunas cosas y mi primera pregunta se dirige al niño.

— ¿Te molesta a vos eso que pasa? — le pregunto

— A mí lo que me molesta es que mi papá tiene el pilin grande y con pelos y se me tira arriba cuando dormimos. (consulta con niño - 5 años)

En consultorios externos de psicología, conozco a Roberto de 2 años y medio. En la entrevista con su mamá, comenta que vienen derivados de otro hospital pediátrico de donde traen un diagnóstico ya armado de autismo. La señora refiere que Roberto decía algunas palabras, había comenzado a nombrar a algunos referentes, pero que, al año y medio, ella notó que las perdió. Al preguntarle por qué le parecía que le había pasado eso a su hijo, ella cuenta que se separó del padre del mismo luego de que los quiso matar a todos provocando un accidente automovilístico mientras conducía. Hasta el momento de la entrevista, a Roberto no le habían contado lo que sucedió ese día, en ese auto en el que iba. Tampoco esta mujer lo había podido relatar en otros espacios terapéuticos, quizás ni a ella misma.

Como mencionamos en la introducción, los tiempos del proceso de escucha implican tres operaciones; en el inaugural, que llamamos *disposición inicial*, consideramos al menos tres componentes que intentamos poner de manifiesto en este apartado. Esta propuesta es puramente expositiva, no creemos que este conjunto de operaciones o momentos sea discernible en la puesta en acto del proceso de escucha. Son componentes que se ponen en juego en cada nueva situación y en cada encuentro.

En primer lugar, aparece como relevante el interés por conocer lo que les niños y sus familias traen a los espacios de salud. Escuchar sus historias, sus devenires familiares y sus contextos sociales resulta para quien escucha la primera aproximación a una intención de conocer a los niños. Contextualizar e historizar sus recorridos de vida resulta fundamental para esta disposición inicial a la escucha.

Muchas veces existe un pedido inicial que marca la necesidad de reunirnos, en otras oportunidades esa demanda se va construyendo con los encuentros. Creemos que ese interés por conocer no sólo involucra escuchar cómo se arreglan con la vida, sino que incluye la incertidumbre, la posibilidad de que nos podamos sorprender, partiendo de la base de que los niños y sus familias tienen algo valioso que decir de lo que les convoca al encuentro y de las posibles líneas de intervención. Esto determina que busquemos habitar lo que Graciela Montes (1999) llama *frontera indómita* para poder vincularnos y

escuchar eso que tienen los otros para decirnos. Ese territorio, que la autora reconoce como el espacio privilegiado de comunicación, está caracterizado por ser un escenario “que no pertenece al adentro, a las puras subjetividades, ni al afuera, el real o mundo objetivo” (p. 52). Se entra en la frontera indómita cuando el juego sucede, cuando compartimos una lectura, cuando nos sumamos a una dramatización, elementos necesarios muchas veces para la escucha con niños. Para ello, frecuentemente utilizamos recursos que no pertenecen únicamente a la lengua, aunque le demos el estatuto de significantes. Los dichos de un niño estarán configurados con elementos concordantes con las posibilidades de cada uno. Para poder transmitirlo concretamente, nombramos un encuentro inicial con una niña que giró alrededor de una construcción compartida entre palabras y fragmentos de un cuento, permitiéndonos dilucidar cuál era el problema a trabajar más allá de las preocupaciones maternas.

En sintonía con la idea de frontera indómita, es interesante revisar también la situación surgida luego de que nos pidieron intervención en un barrio popular constituido a modo de asentamiento sobre unas vías provinciales. Comenzamos a conocer el lugar y decidimos que las primeras intervenciones iban a ser desde el juego. Un día llevamos bolitas, nos pusimos a jugar sin mediar muchas palabras más que las propias del juego: “no quiero limpi”, “este juega mantequita”, “va a garpar todo”, “juguemos al gallito”, “mejor juguemos al opi y 2 quemis”. Al finalizar esa escena, Juan, de unos 21 años, se acerca y dice, “quiero hacer las cosas bien. Yo hice mucho mal, le hice mal a mucha gente que no lo merecía”. Sin necesidad de juzgar lo que el joven ha hecho o preguntarnos por qué dijo lo que dijo en ese momento, se muestra cabalmente el punto de que la apertura a que lo diga la generaron las bolitas, el juego, la frontera indómita ensanchada⁴.

Este apartado comienza con recortes clínicos que fueron elegidos desde la sorpresa que se generó con la apertura en el proceso de escucha. Si no hubiéramos preguntado qué le molestaba de hacerse caca a Julian, ello se hubiera clausurando desde la encopresis⁵. Asimismo, si no se hubiera cuestionado qué interpretación tenía la madre de Roberto de aquello que sucedió al año y medio, quizás hubiéramos tomado la pérdida de las primeras palabras solamente como indicador de autismo.

Esa sorpresa nos invitó a escuchar, como en otras situaciones, las significaciones particulares aportadas por los sujetos que pueden ser entramadas en una lectura de la problemática, sin olvidar que, desde nuestro saber profesional, también hacemos aportes con significaciones y, en el mejor de los casos, intervenciones.

Las preguntas orientadas a la apertura y la sorpresa que aparecen cuando efectivamente nos disponemos al encuentro con el otro – tolerando las incertidumbres en el saber – son características en la escucha orientada hacia la frontera indómita ensanchada. Utilizamos esta metáfora literaria para pensar la disposición de quién “presta sus orejas” articuladamente a la posición subjetiva. Para dilucidar estos procesos quizás haya que inmiscuirse en el significado de *disponer*, que podemos encontrar en cualquier diccionario

4 Graciela Montes a través de su conceptualización de lo que llama *frontera indómita* nos permite pensar qué situaciones colaborarán a su “...angostamiento o ensanchamiento...”. Aunque la autora lo trabaja en torno a la educación y a su campo que es el literario, nosotros proponemos que se podría colaborar a ello en intervenciones con NNA desde el sector salud.

5 Proceso de deposición involuntaria de heces que se presenta en niños mayores de 4 años como consecuencia de problemas orgánicos, constipación o alteraciones emocionales. En psicología, ocasionalmente se lo considera manifestación de sufrimiento psíquico.

como el tener algo a la mano o valerse de alguien en una situación conveniente. Se trataría entonces del uso que les usuaries puedan hacer de nosotros como receptores de sus decires, en una torsión en donde ellos no son objeto del conocimiento disciplinar, sino que les profesionales nos prestamos a ocupar ese lugar para propiciar las condiciones del encuentro intercesor (DELEUZE, 1990).

En segundo lugar, creemos que es necesario desampararse de certezas académicas o empíricas construidas sobre la niñez, la familia, los cuidados y las categorías diagnósticas, entre otras. Dejar en suspenso nuestros saberes de orden científico resulta imprescindible para poder escuchar lo que el otro (les niños) tiene para contarnos. En la misma línea, es imprescindible reconocer nuestra propia niñez, los ideales que poseemos en torno a ella o las universalizaciones construidas, para poder identificar desde dónde miramos las niñeces de esos otros. Consideramos que, en la escucha de las problemáticas que traen los niños y sus familias, se torna necesario abstenerse de dar un sentido preestablecido (o propio) y conformar preguntas que apunten a ampliar o a abrir cuál es ese universo de sentido en el cual ese sujeto o sujetos están entramados, pero del cual también nosotros formamos parte. Podríamos recuperar que la integralidad en salud es la potencia de buscar el encuentro con los usuaries (NNyA y sus entornos) y construir los problemas y las estrategias con ellos (Merhy, 2016). Desde esa apertura se recuperan elementos que no apuntan a la conformación de un todo de sentido o un sentido pleno, sino que ayudan a la lectura que planteamos como un segundo tiempo y que será abordado en otro escrito.

En relación al reconocimiento de los recorridos propios, Dona Haraway (1991) nos invita a trabajar desde una “objetividad encarnada” al reconocer cómo las trayectorias propias determinan nuestras miradas. El hecho de poder ubicarlas nos permite reconocer que los niños que acompañamos no tienen por qué tener los mismos recorridos. Es importante mencionar que este desamparo no implica que no poseamos ideales o hagamos uso de universalizaciones, sino que se trataría de estar advertidos de sus características y de cómo inciden en nuestra praxis, para que ello no determine la forma de lectura que construimos en torno a lo que escuchamos.

Finalmente, el último elemento de la disposición inicial tiene que ver con reconocer el ejercicio de poder que participa de la escucha. Nuestra posición como profesionales, a los que se les consulta por un saber-poder privilegiado en la estructura social en la que vivimos, contrasta con quien viene a solicitar acompañamiento. La posición que tomamos en nuestro ejercicio profesional está inmersa en un sistema de valores y hegemonías del que no podemos desentendernos. La relación desigual que representa un profesional vinculándose con un usuarie, y un adulte vinculándose con un niño, interseccionan en la determinación del encuentro que va a suceder. Incluso, en ocasiones, cuestiones de clase, de género y de raza se suman a esta cuestión. Reconocerlas no implica la posibilidad de eliminarlas, eso no es posible ya que sucede en el seno de la sociedad civil y es sostenida por ella, pero permite identificar y prevenir los excesos o abusos de poder. El sencillo acto de inclinarnos para hablar con una niña que estamos conociendo representa gráficamente a qué nos referimos, aunque más no sea un pequeño gesto que podríamos considerar tendiente a la simetría.

Las problemáticas por la que una persona o conjunto de ellas busca la intervención de un profesional de salud se configuran entre el usuarie y ese agente en un universo de sentido a determinar, punto clave de esta operatoria que nombramos como disposición inicial. Ese universo de sentido no viene dado, se pone en movimiento en una situación dialógica (Levin, 2009), si le damos lugar a ello. La hospitalidad contiene la posibilidad de

alojar lo que el otro tiene para decir— en cualquiera de las formas que tome ese decir —sin cerrar el sentido desde el ejercicio del poder que tiene que ver con nuestro saber disciplinar.

A este ejercicio de poder se suma la noción estudiada por Adelaida Colángelo (2020) en sus investigaciones sobre el vínculo entre el saber médico y las crianzas como procesos socioculturales. La investigadora identifica lo que podríamos llamar “*pacto entre adultos*” sucediendo entre quien acompaña al niño a la consulta y el profesional. Romper simbólicamente ese “pacto” que, en la mayoría de los casos, se presenta implícito, representa un desafío para poder escuchar a los niños. De lo contrario, estaremos escuchando gran parte de lo que ellos creen que queremos escuchar, determinado por comentarios o frases de otros adultos. Esto también representa una hegemonía (adultocentrismo) de la que no nos podremos desprender, pero que tenemos que tener presente para ubicarla, abstenernos de hacer uso de ella, y prevenir sus excesos.

¿Existen diferencias entre escuchar a NNA y a adultos en el marco de la clínica?

En el recorrido por la disposición inicial se constituyó una pregunta, quizás como efecto de lectura que pudimos escuchar en lo escrito. Por eso, queremos darle lugar al interrogante ¿Existen diferencias entre escuchar a NNA y a adultos en el marco de la clínica?

En principio, creemos que este cuestionamiento se ordena en torno a la presencia de particularidades en la posición de subalternidad que ocupan las infancias ya que, en la interseccionalidad con otras relaciones de poder, no sólo en el ya nombrado *pacto entre adultos*, se acentúa la posición privilegiada de estos últimos. Si bien sabemos que comparten características de alteridad con otros grupos poblacionales minorizados, nos preguntamos por la especificidad en las niñeces.

En otra dimensión, si nos ubicamos en perspectiva del psicoanálisis lacaniano⁶ podemos orientar la pregunta hacia la existencia de esta diferencia en términos de enunciado — enunciación a la hora de escuchar a NNA. Este supuesto está sostenido en la creencia de que la enunciación en los niños presenta cualidades propias o diferenciales. Tal es así, por ejemplo, en la utilización de otros tipos de recursos o materiales en los que se plasman los enunciados: los habrá en forma de dibujos, de juegos, de escrituras, entre otras.

Si esta hipótesis encontrara basamento en las relaciones que se establecen entre niños y adultos, lo que podemos ofrecer desde la posición adulta y en términos profesionales, siendo que estamos interesados en saber qué les está pasando, estaría orientado hacia el diseño de tecnologías leves (BATISTA FRANCO, 2016) específicas para la escucha de una enunciación diferencial. En ese sentido, se constata una disparidad suficientemente visible, por ejemplo, cuando a los adultos no los invitamos a que dibujen o jueguen en ocasiones de estar escuchándoles, situación que sí sucede con los niños.

6 Nos referimos a la práctica del Psicoanálisis que se orienta en la enseñanza del francés Jacques Lacan (1901-1981) y que modificó la técnica originalmente freudiana. Actualmente, es una orientación psicoanalítica que posee muchos adeptos en Argentina.

Estos van a plasmar sus dichos con diversidad de recursos, sea a través de la palabra y el discurso, sea en modos plásticos o artísticos, representativos, lo que cada quien tenga a disposición. El punto es que quizás les adultes también. Es posible que se den diálogos entre adultes que incluyan otros medios que la palabra hablada, como lo refiere Freud (1908) en *El creador literario y el fantaseo*, donde plantea la continuidad del juego infantil en lo que les adultes llamamos literatura, específicamente en la creación literaria, pero también en la actividad científica.

Algunes otros autores plantean una desemejanza con relación al estatuto de las intervenciones en el marco de la clínica con niños. Entre ellos, Collete Soler (1994) menciona que la interpretación no presentaría la misma cualidad con niños pequeños, trazando una línea divisoria en la edad en que se ingresa al discurso educativo, apelando para ello a cierta inscripción (¿subjetiva?) en relación al lenguaje escrito. Sin embargo, la teoría lacaniana plantea que la persona grande (NAJLES, 2002) es aquella que puede hacerse cargo de su propio goce⁷, cuestión que no tiene que ver con la edad cronológica. Quizás ahí podemos ubicar el punto de inflexión, pues se plantea la división entre niños y adultes en términos edadistas. Aunque en la práctica la edad cronológica nos sirve como coordenada, no podríamos decir de ningún modo que presentan iguales características todos los niños de 3 años, pero tampoco los adultes de 30 años⁸. Lo que sí constatamos en conversaciones con personas de diversas edades es que hay niños que se hacen responsables de sus enunciados tengan la edad que tengan; y, por otro lado, muchos adultes que no. Por ello, la categoría edad no nos resulta certera a la hora de pensar las diferencias entre escuchar a un niño o a un adulto —o quizás sólo sirve para una aproximación, pero no podríamos quedar atrapados en ello.

Por otro lado, y en el sentido de cuestionar la diferencia que estamos interrogando, Lacan (1967) sostiene una conceptualización a la que podemos apelar: “el niño generalizado”. En ella y en términos epocales, podemos decir que nos aúna el lugar del consumidor. En sintonía con este planteo, Rabello de Castro (2021) plantea que la niñez sería construida socialmente en función de los conocimientos del norte global a partir de dos líneas de pensamiento. Por un lado, el desarrollismo vinculado a la idea de incompletitud en la que la marca temporal de progreso se refiere a la adquisición de habilidades, productividad e independencia. Por otro lado, la noción de niñez global a partir de la cual se considera a niños sujetos activos del consumo y, muchas veces, el foco central de las estrategias de mercado, como también sujetos de derechos, universalizando lo que les niños deben o no hacer y cómo se les debe cuidar. Sin ánimos de ir en contra de la concepción de los niños como sujetos de derechos, — que creemos un punto de inflexión determinante en la construcción socio histórica de la niñez y con la cuál acordamos y para la cual trabajamos — consideramos que tanto una mirada desarrollista como una mirada globalizada de la niñez no permiten escuchar su singularidad y su contexto social e histórico particular.

7 Concepto perteneciente al psicoanálisis lacaniano que hace referencia a la oposición propuesta por el autor, a partir de 1960, entre goce y placer, habiendo sido abordada previamente por S. Freud. Parafraseando a Dylan Evans en su *Diccionario Introductorio de Psicoanálisis Lacaniano*, este concepto refiere a la satisfacción paradójica que al sujeto le aporta su síntoma. En esa línea, “hacerse cargo de su propio goce” aludiría a la posibilidad de posicionarse como responsable incluso de las producciones inconscientes. En este escrito nos referimos a la responsabilidad en torno a la posición de enunciación. Para mayor profundización al respecto, recomendamos la lectura del artículo de Romé (2021).

8 Edades elegidas al azar.

Así, es importante retomar el argumento de que les niños se encuentran en una situación de subalternidad. Ésta no es privativa de ellos, presenta similitudes con lo adjudicado a otros grupos sociales, basta pensar en la estigmatización de la locura o en el lugar socio históricamente asignado a las mujeres para percatarnos de ello. Es decir, se trata de sujetos que no cumplen con el mandato social del hombre universal u hombre con mayúsculas (SEGATO 2021).

En el transitar por esta escritura reflexionamos acerca de las condiciones en que esta pregunta por lo diferencial de la escucha se formuló. Quizás se dispone a partir de que les niños, pero también las mujeres, las personas en situación de discapacidad, las personas pertenecientes a pueblos originarios, entre otros, no pretenden ocupar un lugar de enunciación que coincida con lo hombre, blanco, racional, heterosexual, autónomo (REMORINI, 2021).

En otra dimensión, pero relativa a la misma pregunta, hay una divergencia patente en el trabajo con niños que se refiere a que éstos se encuentran acompañados de sus padres, como también se presentan hablados desde el discurso educativo, jurídico, médico, psicológico, entre otros. De este modo, muchos adultos se arrojan el derecho de hablar por ellos, incluso somos conminados a hablar de ellos como incumbencia profesional. Esto no sucede en forma ecuaníme con los adultos y, en los casos en que sí se produce, es en circunstancias particularísimas.

Ahora bien, habría que relativizar este último argumento también, pues, aunque no recibamos, en la escucha de un adulto, los comentarios del jefe de su ámbito laboral, sucede muchas veces que hay otros que piden turnos por ellos, o que se requiere una intervención a nivel más colectiva, a nivel de la familia o de sus referentes barriales, para nombrar solo algunos ejemplos. Es decir que la autonomía adulta, muchas veces, es más una imposición social que una realidad compartida.

¿Por qué, entonces, está tan habilitado que los niños sean hablados por otros? Por supuesto que es recomendable considerar y escuchar a los padres, a la escuela, al sistema de promoción y protección, en lo que dicen respecto de los niños. Lo que es también recomendable es situar que, de ese modo, los niños están ubicados como objeto de discurso. ¿Por qué con los adultos no sucede lo mismo? ¿Se piensa que ya estamos acabados en nuestra formación? En esta vuelta podríamos preguntarnos si es diferente escuchar a un adulto, a aquel que sí cumple con los requisitos de lo Hombre (SEGATO, 2021)⁹.

¿Será que la particularidad de escuchar a un niño implica el trabajo de poder poner en suspenso los otros discursos en los que se habla de ellos? O, en otros términos, ¿escuchar a NNYA implica una operatoria en donde, aunque se consideran los discursos en los que son hablados estando en el lugar de objeto, también es necesario darle paso al sujeto? ¿Se trata de remover el ruido para poder escuchar lo que ya están diciendo?

Quizás el recorrido en este proceso vaya desde la concepción de niñez en plural (SZULC et al, 2023) hacia la escucha en singular, desamparándonos de los universalismos, los globalismos y los discursos que no le dan paso a lo que los niños ya están diciendo.

9 Según la antropóloga mencionada, la masculinidad hegemónica es un mandato que presenta algunos atributos como el dominio, la frialdad, entre otros, y debe ser sostenida continuamente mediante actos de dominación y violencia simbólica y/o concreta.

Entonces, hay particularidades a la hora de escuchar a un niño, pues tenemos en cuenta diversos discursos y el accionar profesional no es el mismo con los adultos. Sin embargo, aunque en muchas ocasiones los niños ocupan el lugar de objeto en diversos discursos que atraviesan sus vidas, no creemos que sea privativo de ellos. Es cierto que hay cierta sobrevaloración de los enunciados de otros, pero esto no sólo responde a un lugar subalterno en las relaciones de poder. Por estructura, pensándolo desde la perspectiva psicoanalítica, los niños vienen al mundo en el lugar de objeto. En el mejor de los casos, objeto de deseo de otros y causa de incontables acciones humanas. Esto, aunque necesario, no es suficiente en la constitución subjetiva. Cada vez que, como generación anterior, recibimos lo nuevo, a los niños, a las nuevas generaciones, realizamos ciertas operaciones que tienen que ver con la humanización o con los cuidados que los cachorros humanos requieren. Estas operaciones incluyen la posibilidad de que participen del mundo como sujetos, de donarles ese lugar (DE LAJONQUIÈRE, 2011).

Otra puerta de entrada a la cuestión de lo diferencial de la escucha puede estar en relación con la carga de representaciones sociales que se presentan en el campo de las infancias. Quienes decidimos trabajar con niños andamos con esas representaciones a cuestas, por ejemplo, en aquel sentimiento de infancia que nombraba Aries (1973), pudiendo generar una matriz diferencial a la hora de escuchar niños. Lo hemos notado en la construcción del rol profesional a partir de nuestra posición subjetiva, de ahí que nos interese interpelarlo o cuestionarlo.

En esa línea, Batista Franco (2016) menciona la idea de territorios existenciales de cada quien. En el marco de esa conceptualización, y aunque haya particularidades en la enunciación de los sujetos llamados niños por su edad, o incluso aunque aquello que los niños enuncian requiera del tejido de otras voces como las de sus referentes de cuidado, aun así, sostenemos que el escuchar a niños plantea otras claves de lectura que construiremos quienes estamos interesados en escucharlos o dialogar con ellos. Para ello es prioridad abstenernos o estar advertidos de que en esa relación se plantea el ejercicio de un poder. Quizás vinculado con un saber, con la voluntad de saber¹⁰ (FOUCAULT, 1976) y con el sentimiento de infancia antes nombrado, pero también con las representaciones sociales nombradas más arriba, con la construcción de las profesiones, entre algunas otras cuestiones que quizás aún no estemos visibilizando.

Podemos entramar estas ideas con aquellas de las tecnologías leves (BATISTA FRANCO, 2016), mencionadas en torno a la pregunta de cómo se construye un problema de salud con la particularidad de que sea en las clínicas con los niños, cuestión en la que se incluye el tiempo. Aunque imaginemos, por cierta construcción histórica de nuestras disciplinas, que a las consultas llegan las personas con los problemas constituidos y que nosotros solamente traduciríamos aquello en categorías científicas, constatamos que nunca se da de una forma tan simplista. Los problemas se construyen en ese espacio intercesor que se genera con el usuario/consultante y los profesionales, y para ello, hace falta tiempo y lecturas en varias dimensiones. Por eso, en ocasiones, es necesario que intervengan otras disciplinas o incluso diferentes disciplinas en diversos momentos.

10 “La verdad no reside en el sujeto solo que, confesando, la sacaría por entero a la luz. Sólo puede completarse en aquel que la recoge. A éste le toca decir la verdad de esa verdad oscura: hay que acompañar la revelación de la confesión con el desciframiento de lo que dice. El que escucha no será sólo el dueño del perdón, el juez que condena o absuelve; será el dueño de la verdad. Su función es hermenéutica” (Foucault, 1976, p. 67)

Esta pregunta disruptiva y estos intentos de respuestas, a medida que las íbamos transitando, nos fueron quedando desabridas, por eso fuimos intentando diversas entradas a la misma. No la cerramos aquí, sino que la percibimos en otro estatuto. Como dijimos en la introducción, nos propició cierto atravesamiento en nuestras posiciones ético-políticas y profesionales. La dejamos por ahí, quizás en otro tiempo adquiriera otro sabor.

La escucha de NNyA como apertura a otras clínicas

Para finalizar, nos gustaría recuperar una idea que comparte Úrsula Le Guin (1986) introduciéndonos en la posibilidad de cambiar la perspectiva desde la que se construyen los relatos. La novelista nos propone hacer un esfuerzo por no leer la historia de la humanidad desde el relato de los héroes, desde quién utiliza una lanza para cazar un mamut y darle de comer a toda la comunidad. Su invitación reside en leer la historia, o la construcción de ella, desde aquellos objetos que funcionaron de contenedor, como un bolso para juntar frutas y semillas, o un trapo en el que se envuelve a un niño que no camina para poder ir a buscar agua al río. Corremos del héroe con la lanza y empezamos a mirar la historia desde el bolso de semillas.

En la misma línea, Dyer (2016), al hablar sobre la futuridad Queer, nos propone imaginar diversas trayectorias de infancias en función de las nociones y los conceptos de las teorías Queer propias del colectivo de diversidades.

Por último, el libro *Infancias del Sur Global*, de Lucía Rabello de Castro (2021), inicia su compilación preguntándonos sobre si es posible construir lentes que miran a un niño Mapuche, a una niña de un barrio popular, a un adolescente en conflicto con la ley, a un niño de escuela pública que termina su primaria sin saber leer ni escribir y ver espacios productores de infancia y no solo factores que la limitan.

Quizás no podamos responder a la pregunta de si escuchar a niñas es distinto de escuchar adultos, pero de alguna manera una novelista feminista, las niñas diversas y el pensamiento decolonial nos están invitando a pensar que escuchar a les niñas nos va a abrir a nuevas maneras de mirar y entender el mundo. Como sujetos subalternos en una estructura social que marginaliza a la niñez, cada niña que podamos escuchar nos estará invitando a mirar el mundo y a imaginarlo desde los bordes de la humanidad. Quizás convenga cambiar las preguntas, ¿Escuchar a les niñas nos propone nuevas clínicas? ¿Encontraremos nuevas maneras de hacer clínica desde los bordes de la humanidad, más pertinentes a lo que cada sujeto desee?

Sin intenciones de resolver estas preguntas nos animamos a habitarlas sin darles respuesta, como una tensión permanente de búsqueda lúdica y con las intenciones éticas y políticas de ser interpelados por los desamparos y las sorpresas.

BIBLIOGRAFIA

- ARIES, P. **El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen**. Madrid: Taurus, 1973.
- BATISTA FRANCO, T. MERHY, E. **Trabajo, producción del cuidado y subjetividad en salud: Textos seleccionados**. Editorial Lugar, 2016. ISBN 978-950-892-528-2
- BARTHES, R. **Lección Inaugural de la cátedra de Semiología Lingüística del Collège de France**, pronunciada el 7 de enero de 1977. México: Siglo XXI Editores, 1982.
- CAMPOS, G. W. de S. La clínica del sujeto: por una clínica reformulada y ampliada. In: CAMPOS, G. W. de S. **Gestión en Salud: en defensa de la vida**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1996-1997. p. 39-50.
- COLANGELO, A. Crianza infantil y diversidad cultural: aportes de la antropología a la práctica pediátrica. **Archivos Argentinos de Pediatría**, Buenos Aires, v. 118, n. 4, p. e379–e383, 2020.
- DE LAJONQUIÈRE, L. **Figuras de lo infantil**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2011.
- DELEUZE, G. **Conversaciones 1972–1990**. Valencia: Editorial Pre-Textos, 1990. Disponible en: <https://esquizoanalisis.com.ar/wp-content/uploads/2022/11/deleuze_conversaciones-1.pdf>. Acceso en: 5 jul. 2025.
- DYER, H. Queer futurity and childhood innocence: beyond the injury of development. **Global Studies of Childhood**, v. 70, n.3, p. 290-302, 2016.
- EVANS, E. **Diccionario introductorio de psicoanálisis lacaniano**. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- FOUCAULT, M. **Historia de la sexualidad 1: la voluntad de saber**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1976.
- FREUD, S. El creador literario y el fantaseo. In: FREUD, S. **Obras completas**, v. 9 (1906–08): El delirio y los sueños en la “Gradiva” de W. Jensen y otras obras. Buenos Aires: Amorrortu, 1908.
- HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza**. Valencia: Ediciones Cátedra; Universitat de València; Instituto de la Mujer, 1991.
- LACAN, J. Alocución sobre las psicosis del niño. In: LACAN, J. **Otros escritos**. Buenos Aires: Paidós, 2012. (Original de 1967). p 381-391.
- LE GUIN, U. **La teoría de la bolsa de transporte de la ficción**. 1986. Disponible en: <<https://mirror.anarhija.net/es.theanarchistlibrary.org/mirror/u/uk/ursula-k-le-guin-la-teoria-de-la-bolsa-de-transporte-de-la-ficcion.pdf>>. Acceso en: 5 jul. 2025.
- LEVIN, J. **Tramas del lenguaje infantil: una perspectiva clínica**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2009.
- MERHY, E. **La integralidad desde la perspectiva del cuidado en salud: una experiencia del Sistema Único de Salud en Brasil**. Salud Colectiva | Universidad Nacional de Lanús | ISSN 1669-2381 | EISSN 1851-8265
- MONTES, G. **La frontera indómita: en torno a la construcción y defensa del espacio poético**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

NAJLES, A. R. La política del psicoanálisis con niños: de la entrada al final. **Revista Registros**: Colección Diálogos, Tomo Rosa y Celeste, Buenos Aires, 2002. p.37-47.

PROVINCIA DE BUENOS AIRES. **Lei nº 13.298, de 29 de dezembro de 2004**. De promoción y protección integral de los derechos de los niños. La Plata, 2004.

RABELLO, L C.. Os universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global. In: RABELLO DE CASTRO, L. (Org.). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 41-60.

REMORINI, C. La infancia y el tiempo: la obsesión WEIRD por la cronologización del desarrollo infantil. **Revista Sociedad e Infancias**. Madrid: Ediciones Complutenses, 2021. p.57-68.

ROMÉ, M. La responsabilidad en la clínica con niños: debates actuales y contribuciones de la enseñanza de Lacan. **Revista universitaria de psicoanálisis**, Buenos Aires, n. 21, p. 15-22, 2021. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/151477>>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SEGATO, R. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 3. ed. Buenos Aires: Prometeo, 2021.

SOLER, C. Une difficulté en la psychanalyse d'enfant. **Revue Le Petite Girafe**, Paris, n. 2, p. 6-8, 1994.

STOLKINER, A. ¿Qué es escuchar a un niño? Escucha y hospitalidad en el cuidado en salud. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE LA PATOLOGIZACIÓN EN LA INFANCIA, 3, 2019, Buenos Aires. **Anais [...]**. Disponible en: <<https://es.slideshare.net/slideshow/stolkiner-a-2019-qu-es-escuchar-a-un-niopdf>>. Acesso em: 5 jul. 2025.

STOLKINER, A. Prácticas médicas y abordaje interdisciplinario: desafíos. In: STOLKINER, A. **Prácticas en Salud Mental**. Buenos Aires: Noveduc Editorial, 2021. p. 265-272.

SZULC, A. et al. Infancias, alteridades, historicidad y agencia: claves conceptuales desde las ciencias sociales. In: SZULC, A. et al (orgs.). **Niñez Plural**: desafíos para repensar las infancias contemporáneas. Buenos Aires: El Colectivo, 2023. p. 13-27.

TODOROV, T. **Introducción a la literatura fantástica**. México: Editions du Seuil, 1980. Disponível em: <https://www.academia.edu/125684106/Introducci%C3%B3n_a_la_literatura_fant%C3%A1stica_Todorov>. Acesso em: 20 abr. 2026.

Resumen Este escrito recorre un trayecto de trabajo en el campo de la salud que inició con la pregunta propuesta por Stolkiner (2019) en torno a qué es escuchar a niños desde la hospitalidad y de qué debemos desampararnos para ello. Nos propusimos interrogar de qué se trata el proceso de escucha diferenciándolo en tres momentos diversos, abocándonos a lo que llamamos disposición inicial. En el camino, irrumpió una pregunta en torno a la escucha diferencial, si es que la hubiera, con niños y adultos, en las diferentes maneras en los que son plasmados los dichos de cada uno de ellos. Este camino nos llevó a pensar en nuevas modalidades de hacer clínicas que, aunque no haya respuestas acabadas para ello, nos entusiasma a los desamparos y las sorpresas.

Palabras claves: escucha, salud, hospitalidad, relaciones intergeneracionales, interdisciplina.

Renúncias e surpresas: algumas ferramentas para a escuta clínica com crianças

Resumo Este artigo traça uma trajetória de trabalho na área da saúde que teve início com a questão levantada por Stolkiner (2019) sobre o que significa escutar crianças com acolhimento e o que devemos renunciar para fazê-lo. Propusemos explorar a natureza do processo de escuta, diferenciando-o em três momentos distintos, com foco no que denominamos disposição inicial. Ao longo desse processo, surgiu uma questão relativa à escuta diferencial, se é que existe, entre crianças e adultos, e às diferentes maneiras como suas palavras são expressas. Essa trajetória nos levou a considerar novas abordagens para a prática clínica que, embora não ofereçam respostas definitivas, nos inspiram às renúncias e às surpresas.

Palavras-chave: escuta, saúde, acolhimento, relações intergeracionais, interdisciplinaridade.

Helplessness and Surprises: Some Tools for Clinical Listening with Children

Abstract This paper traces a path of work in the field of health that began with the question posed by Stolkiner (2019) about what it means to listen to children from a position of hospitality and what must we rid ourselves of to achieve this. We set out to question what the listening process entails, differentiating it into three different moments, focusing on what we call the initial disposition. Along the way, a question arose about differential listening, if any, with children and adults, in the different ways in which each of their statements are captured. This path led us to consider new ways of conducting clinical practice. Although there are no definitive answers, we are excited by the helplessness and surprises.

Keywords: listening, health, hospitality, intergenerational relationships, interdisciplinarity.

FECHA DE RECEPCIÓN: 18/08/2025

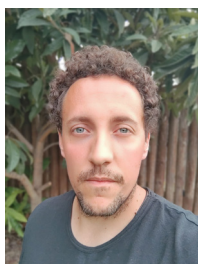
FECHA DE APROBACIÓN: 02/12/2025



Mercedes De la Mata

Licenciada y profesora en Psicología, Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Especialista en Clínica con Niños y Adolescentes y en Ciencias Sociales con mención en Psicoanálisis y Prácticas Socio-Educativas, Psicóloga en el Hospital Dr. Ricardo Gutiérrez.

E-mail: delamatamercedes@gmail.com



Mariano Agustin Girini

Médico Pediatra Especialista en Intervenciones sociales con Niños, Niñas, Adolescentes y Jóvenes en la Universidad Nacional de La Plata. Jefe del Servicio de Área Programática y Redes en Salud, Hospital Dr. Gutiérrez, de La Plata, Argentina.

E-mail: margirini@gmail.com



Lançamento da parceria de cooperação científica UERJ-UFRJ na editoração da Revista DESIDADES



Link de acesso: <https://youtu.be/7Gbi-plaWdc>

- Resumo** O vídeo registra a mesa de abertura do evento que celebrou a consolidação da parceria de cooperação científica entre a UERJ e a UFRJ na editoração da Revista DESIDADES, ocorrido no dia 26 de março de 2026. Os representantes das duas universidades e a editora-chefe da DESIDADES destacam a relevância da cooperação institucional para fortalecer a revista e ampliar seu alcance acadêmico. A parceria entre as instituições é apresentada como resultado de um longo processo de diálogo e como uma estratégia fundamental para assegurar a continuidade e o fortalecimento da revista no cenário científico brasileiro e latino-americano.
- Palavras-chave:** infância, adolescência, juventude, editoração científica, universidade.
- Resumen** El video registra la mesa de apertura del evento que celebró la consolidación de la alianza de cooperación científica entre la UERJ y la UFRJ en la edición de la Revista DESIDADES, realizado el 26 de marzo de 2026. Los representantes de ambas universidades y la jefa de edición de DESIDADES destacan la relevancia de la cooperación institucional para fortalecer la revista y ampliar su alcance académico. La alianza entre las instituciones se presenta como resultado de un largo proceso de diálogo y como una estrategia fundamental para garantizar la continuidad y el fortalecimiento de la revista en el ámbito científico brasileño y latinoamericano.
- Palabras clave:** infancia, adolescencia, juventud, edición científica, universidad.
- Abstract** The video registers the opening panel of the event celebrating the consolidation of the scientific cooperation partnership between UERJ and UFRJ in the publication of the DESIDADES Journal, held on March 26, 2026. Representatives from both universities and the Editor-in-Chief of DESIDADES highlight the importance of institutional cooperation in strengthening the journal and expanding its academic reach. The partnership between the institutions is presented as the result of a long process of dialogue and as a fundamental strategy to ensure the continuity and strengthening of the journal within the Brazilian and Latin American scientific landscape.
- Keywords:** childhood, adolescence, youth, scientific publishing, university.

Participantes da mesa de abertura:

Roberto Dória

Diretor do Centro de Educação e Humanidades da UERJ

Vantuil Pereira

Decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ

Fátima Dysman

Vice-diretora do Instituto de Psicologia da UFRJ

Ana Paula Moura

Diretora da Faculdade de Educação da UFRJ

Anna Paula Uziel

Diretora do Instituto de Psicologia da UERJ

Lucia Rabello de Castro

Editora-chefe da Revista DESIDADES

Por uma educação transformadora: ideias e práticas de Janusz Korczak, por Aline Alvim, Monica Fantin e José Douglas Alves

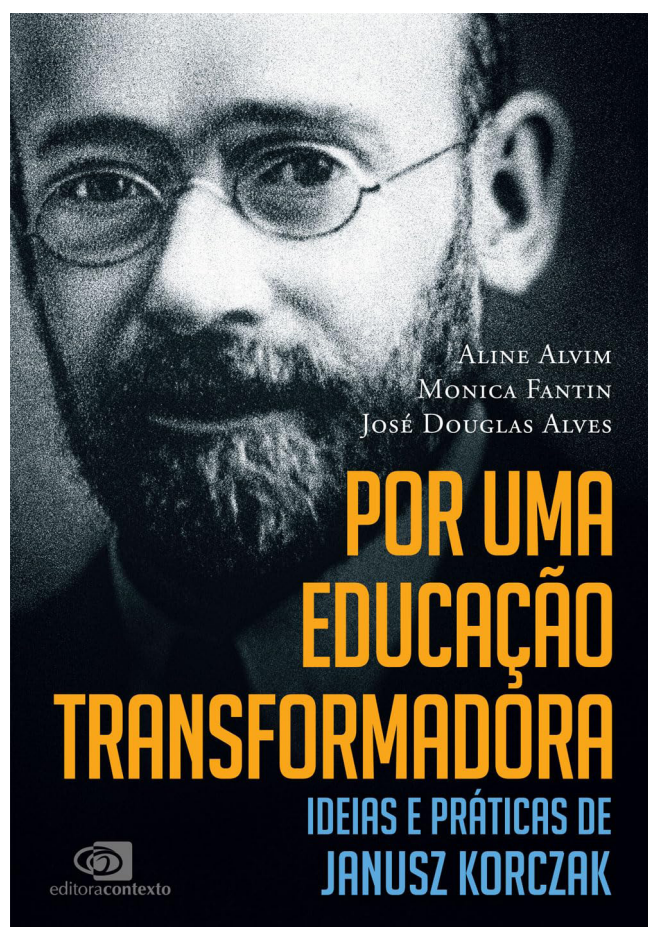
RESENHA POR

Sandra Claudiano Semptikowski de Jesus

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

<https://orcid.org/0009-0002-3058-3828>

Os direitos das crianças: conquista e participação de Korczak



A obra *Por uma educação transformadora: ideias e práticas de Korczak*, de Aline Alvim, Monica Fantin e José Douglas Alves, destaca-se por trazer à tona questões que dizem respeito à obra e à vida de um dos educadores mais emblemáticos do século XX, Henryk Goldszmit, pedagogo e médico polonês que ficou mais conhecido por seu pseudônimo: Janusz Korczak.

O legado de Korczak ganhou notoriedade pela forma como ele não somente enxergava, mas percebia as crianças em sua inteireza humana. O seu olhar sobre e para as crianças, bem como a sua relação com elas, contribuiu para a consolidação daquilo que hoje pode ser considerado princípio básico da Sociologia da Infância: a percepção da criança como sujeito social, cultural e, sobretudo, de direitos.

Quando notamos, no contexto do tempo presente, uma relação afetiva que parece distanciar os adultos das crianças, cada vez mais envoltos nos ecrãs das telas digitais, ou quando reconhecemos a precariedade na vida de tantas crianças, nas complexas realidades em que muitas delas vivem, percebemos a atualidade e o valor do pensamento de Korczak. Isso revela também uma triste constatação: o quanto o autor continua pouco conhecido no meio acadêmico e social em nosso país, em especial no curso de Pedagogia, que poderia tê-lo como referência básica na formação.

Sua trajetória, por si só, inspira uma profunda reflexão sobre nossa prática como educadores/as, pesquisadores/as, como humanos. Quem conhece minimamente a história de vida de Korczak, como está presente neste livro, nota sua relevância para o âmbito teórico e prático. O quanto temos feito, enquanto indivíduos e sociedade, para que os direitos das crianças possam ter garantia na prática cotidiana da vida, como defendia Korczak, e não permaneçam em segundo plano pelas lentes adultocêntricas que regem a sociedade?

Essa é uma das questões que Aline Alvim¹, Monica Fantin² e José Douglas Alves³ fazem refletir a partir de sua obra. Ao se dedicarem a compartilhar com o público a trajetória e algumas das contribuições pedagógicas desse que foi considerado um dos precursores da Declaração Universal dos Direitos da Criança, os autores enfatizam a relevância de conhecer o trabalho e a vida de Korczak.

O livro é dividido em quatro capítulos, e já na apresentação os autores buscam tornar nítida a relevância de Korczak nas relações entre a infância, educação, cultura, política e sociedade, não somente para a área da Educação, mas para outras como a do Direito, da História, da Sociologia, entre outras.

O primeiro capítulo, intitulado *Janusz Korczak: biografia e contexto histórico*, traz um contexto histórico da vida do pedagogo e médico polonês, nascido em Varsóvia, na Polônia, em 22 de julho de 1878. Considerado um dos mais importantes educadores judeus do século XX e pioneiro nos estudos acerca da escuta, do reconhecimento e dos direitos da criança, formou-se médico pediatra e posteriormente pedagogo. Korczak escreveu diversos trabalhos, entre eles artigos, peças teatrais, livros sobre a infância e educação, além de contos e histórias infantojuvenis. Devido a essa produção voltada ao respeito das crianças e à garantia de seus direitos, tornou-se um célebre defensor desses sujeitos.

Conforme relatam os autores (ALVIM; FANTIN; ALVES, 2024), quando pequeno, Korczak tinha dificuldades de se relacionar com outras crianças por sofrer preconceito em relação à sua descendência judia. Pela educação severa de sua época, Korczak não tinha muita empatia por seus professores, devido aos métodos que utilizavam: uma educação pautada na centralidade hierárquica da figura do professor.

Aos 18 anos, Korczak começou a dar aulas particulares para filhos de família da classe alta da sua sociedade, o que o fez também dar aulas para crianças de famílias carentes. Em pouco tempo, ele ficou conhecido como o “amigo das crianças”, o que o ajudou na escrita de seus primeiros livros. Após se formar em Medicina, serviu na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) como médico, continuando a escrever sobre as crianças. Ao retornar a Varsóvia, percebeu que seus artigos haviam gerado grande repercussão no público, consagrando-o como “Janusz Korczak”, o novo escritor jovem da literatura de

1 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA, UFSC/CNPq).

2 Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Pedagoga, doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e líder do Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA, UFSC/CNPq).

3 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA, UFSC/CNPq).

Varsóvia. Korczak vivia entre os estudos e aperfeiçoamento na Pediatria e sua dedicação às crianças carentes; e com a sua amiga Stefa, que tinha formação em Ciências Naturais e também era interessada pela Educação, criaram e mantiveram um orfanato.

No período entre 1914 e 1918, Korczak serviu ao exército na Primeira Guerra Mundial, prestando serviços médicos às tropas russas. No período, manteve sua produção para crianças, escrevendo e transmitindo histórias pelo rádio para as crianças de Varsóvia. Em 1919, teve início a Guerra Polono-Soviética (1919-1921), na qual também foi recrutado para servir como major no novo exército polonês, no hospital de Lodz, aos 41 anos de idade. Durante a guerra, contraiu tifo e foi para a casa de sua mãe em Varsóvia para se recuperar. Ela acabou contraindo a doença e faleceu, o que motivou Korczak a escrever uma de suas obras menos conhecidas: *A sós com Deus*.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, em 1939, sua situação piorava, pois o regime nazista fizera com que Korczak fosse afastado de todos os seus afazeres médicos, da coordenação do orfanato, de suas transmissões no rádio. Iniciava-se um período de sofrimento, extrema pobreza e incertezas para as crianças e adultos judeus, bem como para aquelas pessoas que não se enquadravam no ideal de “raça pura” vigente.

Apesar da situação de extrema penúria, Korczak não abandonou as crianças e não media esforços para conseguir o que pudesse para elas. Ele descreveu essa situação em seu *Diário do gueto*, obra publicada postumamente e que traz algumas das anotações de Korczak em um período de grandes privações. Uma singela e incompleta obra que transparece o amor que Korczak sentia pela humanidade.

O segundo capítulo, *A visão de criança em Korczak*, traz a concepção de criança do educador e médico polonês, atrelada à sua experiência com as crianças no orfanato. Seu olhar de médico se relacionava ao de pedagogo, fazendo com que ele tivesse um olhar mais atento e integral a esses sujeitos. Para ele, é preciso conhecer e compreender as crianças e as suas razões. Diferentemente de uma percepção que ainda hoje reduz as crianças à ideia de incompletude, de seres incompletos perante os adultos, Korczak enfatiza a criança como um ser completo, criticando a tendência que o adulto tem de subestimar o que hoje são suas alegrias, tristezas, paixões e aborrecimentos em nome de um futuro hipotético.

Como qualquer ser humano, a criança tem desejos, vontades, mágoas, amores, ódios, paixões, sonhos e frustrações. Ao reconhecê-la em sua integridade e especificidade, o respeito à criança tornou-se uma marca central do pensamento de Korczak, constituindo a base de sua construção pedagógica.

Já o terceiro capítulo, *A Educação em Korczak*, apresenta a concepção e os ideais pedagógicos do autor, aplicados majoritariamente em seu orfanato, conhecido como Lar das Crianças. A análise desse capítulo está ancorada, como nos capítulos anteriores, em um diálogo com referenciais que abordaram o trabalho de Korczak, mas, sobretudo, em sua obra *Como amar uma criança*, na qual ele descreve com detalhes seu ideal de educação e sua realização prática.

As propostas pedagógicas de Korczak convergiam para a criança como sujeito central do processo educativo, o que faz com que o seu pensamento dialogue, guardadas as devidas proporções, com nomes como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), John Dewey (1885-1952), Maria Montessori (1870-1952), Ovide Decroly (1871-1932), Henri Wallon (1879-1962), Alexander S. Neil (1883-1973), Anton Makarenko (1888-1939) e Célestin Freinet (1896-1966).

Korczak criticava o sistema de ensino de sua época, as aulas puramente expositivas, o currículo dissociado da vida prática do aluno, professor e alunos sem um contato relacional. Ao propor um sistema de ensino baseado na cooperação entre escola, família e as várias instituições sociais, cuja ênfase recairia numa autogestão das próprias crianças, isso desenvolveria laços de confiança e relacionamento de equidade e respeito entre adulto e criança. Essa autogestão ganha destaque na obra pelos objetos ou dispositivos pedagógicos⁴ utilizados por Korczak no orfanato.

No quarto e último capítulo, *Contribuições para a infância e a educação*, tem-se o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, em especial a partir da Segunda Guerra Mundial e da Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU 1959). Alvim, Fantin e Alves (2024) enfatizam, entre tais direitos, o direito ao respeito e ao amor, tão caros a Korczak.

As palavras finais do livro destacam a importância de Korczak para as práticas sociais e pedagógicas de nosso tempo, evidenciando o amor pelas crianças, que permeou sua vida e o seu trabalho. Sua persistência na defesa dos direitos à educação, à saúde e a uma vida digna está contemplada na sua prática profissional e ética, inspirando educadores/as, pesquisadores/as e todas as pessoas que se preocupam com as crianças a não abrir mão da luta em prol de um mundo justo para todas as pessoas, especialmente as que costumam ser as principais vítimas das tantas desigualdades que o assolam: as crianças.

Ao dialogar com outras autoras e autores, tais como Gadotti (1998), Monteiro (2005), Grzybowski (2007), Marangon (2007), Szpiczkowski (2008), entre outros e outras que estão entre as referências básicas de quem estuda o médico e pedagogo polonês, Alvim, Fantin e Alves (2024) passam a fazer parte desse rol de referências a respeito de uma figura histórica tão relevante como Korczak. Embora tenha frequentado escolas rígidas em sua infância, Korczak tomou o seu próprio exemplo para constituir caminhos diferentes, apresentando uma didática que investia em instigar a curiosidade, o lúdico e a imaginação das crianças.

Ele demonstrou, na prática, possibilidades de como fazer a diferença na vida desses sujeitos.

4 Quadro, caixa de cartas, a vitrina dos objetos achados, a vassoura-escova, o comitê da tutela, as reuniões-debate, o jornal, o tribunal de arbitragem, o parlamento e a autogestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, A.; FANTIN, M.; ALVES, J. D. **Por uma educação transformadora: ideias e práticas de Janusz Korczak**. São Paulo: Contexto, 2024.

GADOTTI, M. Janusz Korczak: precursor dos direitos da criança. In: **The Sixth International Janusz Korczak Conference**, Israel, 1998.

GRZYBOWSKI, P. P. **Janusz Korczak: como amar o mundo**. Varsóvia, 2007.

ARANGON, A. C. R. **Janusz Korczak, precursor dos direitos da criança: uma vida entre obras**. São Paulo: Unesp, 2007.

MONTEIRO, M. H. E. **Janusz Korczak, precursor dos direitos da criança: uma vida entre obras**. Araraquara: UNESP, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança**. Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral n. 1386 (XIV), de 20 de novembro de 1959. [S. l.: s. n.], 1959.

SZPICZKOWSKI, A. **Janusz Korczak: construindo um mundo melhor**. Maaravi: Revista Brasileira de Estudos Judaicos, n. 4, p. 11-20, 2008.

Palavras-chave: direitos da criança, Korczak, educação.

DATA DE RECEBIMENTO: 27/09/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 12/11/2025

Sandra Claudiano Semptikowski de Jesus

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis/SC – Brasil.

E-mail: sandra.sempt@gmail.com